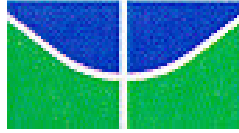


UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

OS MEDOS E OS PROCESSOS DE SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL
NA CIDADE DE BRASÍLIA

Autor: Jean Carlos Gomes Camargo

Brasília, 2010



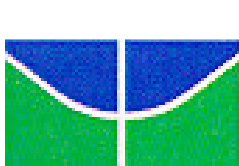
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

OS MEDOS E OS PROCESSOS DE SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL
NA CIDADE DE BRASÍLIA

Autor: Jean Carlos Gomes Camargo

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Brasília, Março de 2010



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

OS MEDOS E OS PROCESSOS DE SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL
NA CIDADE DE BRASÍLIA

Autor: Jean Carlos Gomes Camargo

Orientador: Doutor Brasilmar Ferreira Nunes (UnB)

Comissão Julgadora

Prof. Doutor Brasilmar Ferreira Nunes (UnB)
Prof^ª. Doutora Lúcia Cony Faria Cidade (UnB)
Prof^ª. Doutora Mariza Veloso Motta Santos (UnB)

Suplente:
Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB)

Dedico este trabalho à minha avó
Maria Lícia Gomes (*In memoriam*)

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação no prazo regular, de 24 meses, estabelecido para os mestrandos bolsistas deve-se muito ao apoio, em forma de bolsa de estudo, concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Com esse apoio, pude me dedicar exclusivamente à vida acadêmica durante o curso de mestrado. Agradeço essa fundação pública e a UnB por terem financiado este estudo. Além dessas duas instituições subordinadas ao Ministério da Educação, sinto necessidade de agradecer cada brasileiro e cada brasileira, os quais, de fato, custearam esse curso de mestrado e a bolsa.

Quero também deixar registrado aqui meu agradecimento aos moradores do Plano Piloto que disponibilizaram seu precioso tempo de trabalho, estudo e lazer para participar desta pesquisa, compartilhando comigo suas experiências e histórias de vida nesta cidade.

Sou grato também ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPG/SOL). Quero registrar aqui também meu obrigado ao Prof. Dr. Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro, que coordenou eficientemente esse PPG no período em que cursei o mestrado. Com sua gentil contribuição, o programa permitiu-me contornar obstáculos ao longo do desenvolvimento desta pesquisa e forneceu condições para minha participação em eventos acadêmicos. Esse longo parágrafo de agradecimento se justifica, principalmente, pela transferência de meu orientador para a Universidade Federal Fluminense e sua mudança para a cidade do Rio de Janeiro. A orientação desta pesquisa foi favorecida pela concessão de passagens aéreas subsidiada pela coordenação do PPG para que meu orientador pudesse vir à Brasília participar da banca de qualificação de mestrado e defesa da dissertação.

Agradeço à Márcia, ao Abílio, ao Evaldo e Patrícia, funcionários da secretaria do PPG/SOL, pelo empenho solícito nos meus processos burocráticos dentro da UnB. Além disso, preciso reconhecer a gentileza, a prestância e as conversas descontraídas da Márcia e do Abílio através do guichê da secretaria de Pós.

Sou muito grato ao Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa por sua amizade e pelos ensinamentos acadêmicos e de vida, muitos dos quais durante as conversas nos

corredores, na lanchonete ou nos trajetos entre o “minhocão” e a Colina. Mas, sobretudo, sou muito grato por sua tutoria no Estágio Docente onde procurou ensinar-me, generosamente, preciosos métodos didáticos de ensino. Foi uma experiência singular e especialmente valiosa lecionar, sob sua tutoria, para uma turma com mais de 100 estudantes de graduação. Agradeço-lhe também por ter participado da banca de qualificação deste mestrado e contribuído com críticas e sugestões.

Preciso reconhecer a influência que o Prof. Dr. Eurico Cursino dos Santos teve em minha maneira de pensar teoria sociológica clássica. Inspirou uma leitura crítica dos autores clássicos demonstrando-me que seria possível trabalhar com teoria clássica de maneira criativa. Quero registrar meu reconhecimento ao Prof. Dr. Marcelo Carvalho Rosa pelas dicas valiosas durante qualificação de mestrado. Agradeço-lhe também por ter, durante os primeiros dias como coordenador do PPG/SOL nesse mês de março de 2010, solicitado gentilmente ao Decanato de Pesquisa e Pós-graduação (DPP) auxílio para impressão desta dissertação.

Serei sempre agradecido à Prof^a. Dr^a. Berlindes Astrid Kuchemann pelos seus valiosos ensinamentos de metodologia que inspiraram o capítulo 3 desta dissertação.

Não consigo encontrar palavras em nossa língua para expressar a importância do Prof. Dr. Brasilmar Nunes como meu orientador durante esse mestrado. Ainda está muito fresco na minha memória o dia em que fui a sua sala no Departamento de Sociologia e propus-lhe orientar este trabalho. Demonstrou toda sua generosidade e capacidade de mestre, reconheceu os obstáculos que viriam pela frente, mas aceitou prontamente o desafio. Durante este trabalho, esteve sempre disposto a me atender presencialmente, por meio eletrônico ou por telefone. Foi um orientador que buscou, em cada encontro, valorizar e desenvolver meu potencial. Soube respeitar e estimular minhas idéias. Percebi nele um verdadeiro mestre apaixonado por seu trabalho de orientação e pesquisa. Cada texto ou livro seu redobrava minha admiração por ele. Sem esquecer que suas aulas foram responsáveis por me incutir o desejo de aprofundar nos estudos de sociologia urbana. Além disso, quero aproveitar a oportunidade para agradecê-lo por me introduzir nos estudos urbanos sobre Brasília. Por tudo isso, sou muito grato.

Agradeço o companheirismo e a amizade da Raquel Lima, com quem compartilhei o momento de formação disciplinar de mestrado e, principalmente, a experiência do estágio docente. Vou guardar na lembrança com muito carinho nossos bate-papos no estacionamento ou nos corredores da UnB depois das aulas do mestrado ou do estágio docente, como também das conversas durante o rodízio de tapioca.

Agradeço também as colegas do SOL Priscila Landim e Patrícia Cabral e o professor de francês Célio Domingues pela contribuição na pesquisa de campo. Devo reconhecer que as dicas e sugestões acadêmicas e não acadêmicas do colega historiador Giliard Prado e do cientista político Aílton Sousa foram muito significativas. Aproveitei também para agradecer a amiga Marcilaine Oliveira por trabalhar cuidadosamente na transcrição da maioria das entrevistas e o colega Marcos Reis pelas valiosas dicas acerca do *software* de análise qualitativa AQUAD. Agradeço a hospitalidade e gentileza com que fui recebido pelos amigos Kênia e Jocelito, no meu retorno à Brasília para cursar esse mestrado.

Em muitas ocasiões, a solidão de sociólogo foi interrompida para atender convite do amigo humanista e sempre solidário Evandro de Souza Silva para participar de jantares e bate-papos no seu apartamento em Brasília. Também compartilhei meus momentos de folga com o amigo etnólogo Patrik Thames. Quando ia visitar parentes em Goiânia, meu amigo e primo Ronaldo Miqueloni e eu perdíamos a noção de tempo conversando sobre a vida pessoal e profissional. Foi muito valiosa sua companhia.

Preciso mencionar aqui também o quanto sou sortudo (num contexto em que nosso trabalho depende significativamente de computador e internet) de ter como primos o Orlando Rodrigues Gomes e o Ricardo Miqueloni, profissionais *experts* em internet, redes e sistemas de informação. É impossível contabilizar as inúmeras vezes que trabalharam ou assessoraram-me nos assuntos e problemas relacionados a *software*, *hardware* ou internet e redes de computadores. Aos dois sou muitíssimo grato.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar também meus agradecimentos a Ronaldo Vieira, Rosane de Alencar Vieira, Ana Ledamir de Alencar e Rosiane de Alencar pelo inestimável apoio que deles recebi durante esse curso de mestrado.

Agradeço também o apoio e carinho inestimáveis dos meus irmãos Reginaldo Gomes Camargo e Clélia Sílvia Gomes Camargo; dos tios Divino Gomes, Lourdes Gomes, Osmar Gomes e Sandra Rodrigues, bem como da prima Vanessa Miqueloni e do primo Vinícius Gomes. Quero registrar aqui também meus agradecimentos a meu avô Orlando Gomes que durante boa parte dos meus estudos não só incentivou, como também, muitas vezes, investiu neles. Preciso agradecer meu tio Luiz Miqueloni por, em vários momentos, ter lido textos que escrevi e procurado dar sugestões para melhorá-los. Um muito obrigado especial devo, sobretudo, a meu tio Nilmar Gomes pela generosidade, solicitude e pelo apoio irrestrito.

Agradeço muito minha mãe Wilma Gomes que, durante minha trajetória de vida, sempre ousou acreditar em mim, apoiando e, por inúmeras vezes, subsidiando meus planos acadêmicos.

Sou muito grato também a minha namorada Suzane de Alencar Vieira por ter acompanhado intensamente meus momentos acadêmicos e não acadêmicos nesses dois anos do curso. Suas preciosas sugestões teórico-conceituais, suas revisões de textos, entre muitas outras coisas, foram importantíssimas para o resultado final desta dissertação. Ofereceu-me também seu ombro amigo em momentos tão tristes como o do falecimento de minha estimada avó quando eu ainda escrevia o primeiro capítulo desta dissertação. Deu-me apoio e, sobretudo, força para superar a tristeza. Isso foi muito significativo para eu concluir este trabalho.

Minha querida avó Maria Lícia Gomes acompanhou aqueles intensos anos, meses e dias de estudos que precederam o vestibular. Esteve presente nos meses em que eu frequentava no período matutino as aulas do curso de Ciências Sociais e no noturno curso de Letras. A maior parte de vida estudantil foi marcada por sua presença. Só quem, de manhã antes de ir para a aula, encontrou, por inúmeras vezes, à mesa o café da manhã, ao retornar sentiu do portão o cheiro do almoço quente, teve a oportunidade de se deparar na cozinha com uma fornada de pão de queijo quente nas tardes dos dias banais da semana, conseguiria compreender quão valoroso é tudo isso. Seu trabalho e apoio, sem dúvidas, foram importantes para eu entrar nesse curso de mestrado. Todas as vezes que ficou sabendo que eu sairia de Brasília para ir visitá-la procurou produzir comidas e doces com aquelas mãos nas quais sua história de trabalho árduo em fazenda do interior de Minas

Gerais estava registrada em forma de calos. Preciso confessar que algumas lágrimas insistem em correr no meu rosto quando escrevo este parágrafo de agradecimento. Dói saber que seu sorriso tímido, seu abraço, carinho, seus doces e comidas só poderão fazer-se presente através da memória. Minha gratidão é grande, mas reconheço não saber como agradecer essa verdadeira *grand-mère* que já não se encontra mais presente por ter resolvido encantar quando eu ainda escrevia o primeiro capítulo desta dissertação em novembro do ano passado. Vó, você não sabe o quanto faz falta!

RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma análise dos medos urbanos entre moradores do Plano Piloto (Brasília), a partir de uma abordagem que conjuga o foco da sociologia urbana com uma perspectiva de análise afinada com a sociologia psicológica de Bernard Lahire. Objetivamos saber como os medos se articulam a um padrão de comportamento e interação social e como formas de classificação reiteram a segregação sócio-espacial. A partir de entrevistas semi-estruturadas, buscamos captar sensações, valores e práticas, seguindo a lógica de classificação dos entrevistados para os quais o espaço urbano de todo Distrito Federal oferece o quadrante para julgamentos classificatórios. A partir desta pesquisa percebemos como a vivência dos indivíduos no espaço urbano participa da configuração dos medos urbanos. Os indivíduos elaboram, no plano das representações, uma cartografia dos medos urbanos e figuras de perigo materializadas e personificadas. Observamos que a utilização dos espaços públicos do Plano Piloto pelos indivíduos de cidades-satélites é vista como uma “invasão” indesejada. O espaço urbano do Plano Piloto é marcado por premeditação, planejamento, organização, normatização, homogeneidade social. Essas características ensejam afetos ambivalentes nos indivíduos. Ao mesmo tempo em que os brasilienses do Plano questionam a falta de mudança no espaço físico da cidade, defendem a permanência de um espaço socialmente homogêneo. Este discurso tende a corroborar a utopia arquitetônica de Le Corbusier (planejamento, ordem e estabilidade) presente no projeto de Lucio Costa. Frequentemente, os discursos dos entrevistados salientam a proposta original do Plano Piloto enquanto uma cidade administrativa que “foi feita para o funcionário”. Essa definição singular desse espaço garante-lhes marcas de distinção que os caracterizam: “ter alto salário”, “ser funcionário público”, “morar em áreas nobres” e “ter acesso a altos padrões urbanísticos”. Esta pesquisa evidenciou que a cidade é vista como espaço que incita medos e, ao mesmo tempo, corrompe os indivíduos. Os moradores do Plano evocam um ideal de vida segura relacionada à fazenda e ao campo definidos por eles como espaços que incitam sensações de segurança em contraposição aos espaços da cidade vistos como espaços de medos.

PALAVRAS-CHAVES: Brasília, segregação sócio-espacial, medos urbanos, insegurança, desigualdades sociais

ABSTRACT

This research presents an analysis of urban fears among residents of Plano Piloto (Brasília), departing from the approach that combines the focus of urban sociology with a perspective of analysis of psychological sociology of Bernard Lahire. The aim is to understand how the sensations of fears are linked to patterns of behavior and social interaction, and how patterns of classifications express and legitimize the social and territorial segregation in Federal District. We used as research procedures interviews semi-structured in order to apprehend sensations, values, behaviors, and practices based on discourses of individuals that live in Brasilia City. We try to follow the logic of classification which is grounded on the frame of urban spaces. Based on this research, we realized how individual experiences of urban spaces configure urban fears. On the realm of representations, the individuals create a cartography of urban fears and images of danger embodied. We observed that the use of city by individuals from satellite-cities is interpreted as an unwanted “intrusion”. The urban space of Brasília is characterized by premeditation, planning, organization, normalization, and social homogeneity. These attributes arouse ambivalent affections. The individuals disprove the absence of change in the urban space, although they also wish safeguard the space socially homogeneous. Their speech tends to corroborate the architectural utopia of Le Corbusier (planning, order and stability) that inspired the project of Lucio Costa. Very often, the discourses emphasize the original proposal of Plano Piloto as a place constructed for government employees. This idea assures signs of distinction that particularize the residents of Plano Piloto: “to have high wage”, “to be government employees”, “to live in prime districts” and “to have access to urban spaces of high standard”. The city is represented as a space that provokes fears and corrupts individuals. The residents of Plano evoke an ideal of safe life related to farm defined as space of safety as opposed to urban spaces seen as spaces of fears.

Keywords: Brasília, social and territorial segregation, urban fears, insecurity, social inequalities

Sumário de Tabelas, Quadros e Figuras

<i>Tabela 1 - Taxa média geométrica de incremento anual da população residente, de 1950 a 2000</i>	<u>42</u>
<i>Tabela 2 - Posição dos cinco maiores municípios em relação ao PIB. Participação relativa ao PIB. População 2002/2006</i>	<u>44</u>
<i>Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Regiões Administrativas e Municípios da RIDE/DF - 2000</i>	<u>47</u>
<i>Figura 1 - Ordem através da qual se chegou aos entrevistados</i>	<u>74</u>
<i>Quadro 1 - Conjunto de entrevistas, por sexo e faixa etária</i>	<u>75</u>
<i>Figura 2 - Entrevistados distribuídos na Asa Norte e Asa Sul do Plano Piloto</i>	<u>76</u>
<i>Quadro 2 - Categorias de evocações em torno da figura do “estranho”</i>	<u>93</u>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - BRASÍLIA ENTRE UTOPIA E REALIDADE	22
1.1. Construção de um novo paradigma de cidade	25
1.2. Cidade como um mosaico de pequenos mundos	28
1.3. Da utopia à síntese de um projeto de sociedade	33
1.4. Padrão diferenciado de ocupação do espaço urbano	35
1.5. Da utopia à realidade	39
1.6. Metropolização de Brasília e desigualdades sociais	41
1.7. Plano urbanístico e construção de um <i>apartheid</i> tupiniquim	48
CAPÍTULO 2 - PAIXÕES TRISTES E MEDOS URBANOS	51
2.1. Os medos urbanos como objeto da sociologia	51
2.2. Paixão triste: uma concepção filosófica de medo	59
2.3. Medos urbanos e as cidades contemporâneas	65
CAPÍTULO 3 - A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	69
3.1. Construção da amostra	74
3.2. As entrevistas e a análise de dados	77
CAPÍTULO 4 - OS MEDOS E AS CIDADES	82
4.1. Sobre o Plano Piloto	83
4.2. Sobre cidades-satélites	86
4.3. Lugares perigosos	90
4.4. Do “estranho” ao perigoso	92
4.4.1. O “Estranho” ou o “estrangeiro”	92
4.4.2. O migrante	94
4.4.3. Os “perigosos”	96
4.5. O medo na cidade	97
4.6. Brasília: o medo corporificado	102
4.7. O medo da cidade	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
BIBLIOGRAFIA	119

INTRODUÇÃO

A construção de Brasília representou o esforço modernizador da sociedade brasileira e ficou conhecida como realização da vontade de um presidente (Juscelino Kubitschek) e do projeto urbano de um urbanista (Lucio Costa) e de um arquiteto (Oscar Niemeyer). A construção da cidade tornou-se referência no mundo por ser a reprodução quase integral do projeto original de Lucio Costa. Isso faz do Plano Piloto de Brasília uma exceção entre a maioria dos projetos arquitetônicos no mundo que ficaram ou no papel ou foram radicalmente alterados durante ou antes mesmo da execução.

O Plano Piloto de Brasília, que neste ano 2010 completa 50 anos de sua inauguração, continua emblemático pelo seu significado simbólico. Consiste num caso exemplar de uma cidade planejada e concebida em conformidade com os meios arquitetônicos dos anos 1950. A “Carta de Atenas” produzida no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna no ano 1933 servia de inspiração aos projetos arquitetônicos daquela década. Segundo regia essa Carta, as cidades não poderiam ser pensadas isoladamente, como um ponto no território. Essa concepção priorizava a integração do meio físico e social, como também com as funções de habitar, de trabalhar e de divertir.

Brasília¹, desde sua construção, tem colocado o espaço do Distrito Federal em contínua evolução. A chegada de novos habitantes em direção à Brasília é uma rotina. Todavia, como a região do Plano Piloto foi engessada para expansão urbana, restaram apenas as cidades-satélites e as áreas ainda desocupadas nos seus arredores para a ação do

¹ A denominação “Brasília” oficialmente se refere ao chamado Plano Piloto original, desenhado por Lucio Costa, e que corresponde a uma das Regiões Administrativas (conhecidas popularmente como cidades-satélites). Dado o poder de monopolização simbólica que detém por ser a sede do poder estatal da nação, Brasília, segundo Brasilmar Nunes (2004), absorve a referência ao Distrito Federal no seu conjunto, conhecido pelos brasileiros, simplesmente, como “Brasília”. No ano 2009, o território do DF se dividia em 30 Regiões Administrativas: RA I (Brasília), RA II (Gama), RA III (Taguatinga), RA IV (Brazlândia), RA V (Sobradinho), RA VI (Planaltina), RA VII (Paranoá), RA VIII (Núcleo Bandeirante), RA IX (Ceilândia), RA X (Guará), RA XI (Cruzeiro), RA XII (Samambaia), RA XIII (Santa Maria), RA XIV (São Sebastião), RA XV (Recanto das Emas), RA XVI (Lago Sul), RA XVII (Riacho Fundo), RA XVIII (Lago Norte), RA XIX (Candangolândia), RA XX (Águas Claras), RA XXI (Riacho Fundo II), RA XXII (Sudoeste/Octogonal), RA XXIII, (Varjão), RA XXIV (Park Way), RA XXV (SCIA - Setor Complementar de Indústria e Abastecimento), RA XXVI (Sobradinho II), RA XXVII (Jardim Botânico), RA XXVIII (Itapoã), RA XXIX (SIA - Setor de Indústria e Abastecimento) e RA XXX (Vicente Pires). Neste trabalho adoto a denominação oficial de Brasília.

capital especulativo imobiliário. No espaço do DF, salta aos olhos o contraste entre o perfeito planejamento urbano de Brasília (Plano Piloto) e a desordem urbana das cidades-satélites do Distrito Federal, bem como das cidades do entorno desse Distrito².

As cidades-satélites e as cidades do Entorno cresceram (e continuam) de forma desordenada para que fosse preservado o Plano Piloto, espaço que se restringe cada vez mais a um grupo com maior volume global de capital³. Os moradores com baixo volume global de capital têm sido empurrados para além das margens do Plano Piloto. Muitos desses migram de espaços deprimidos de outras regiões do país para o Planalto Central, chegando aqui com pouca qualificação para garantir um emprego com alta remuneração. Em função disso, muitas vezes, não têm conseguido sustentar-se nas cidades-satélites (dominadas pelos especuladores imobiliários) e, por isso, fixam residências nas cidades do Entorno do Distrito Federal.

Cumpramos ressaltar que a designação “Brasília” é popularmente usada como sinônimo de Distrito Federal. Há autores como Aldo Paviani (1997, 2005 e 2009) que adotam essa designação popular. Existem outros como Brasilmar Nunes e Arthur Costa (2007), por exemplo, que consideram “Brasília” apenas o espaço reconhecido oficialmente, ou seja, o Plano Piloto. Ao fazer essa distinção nominal entre o espaço de Brasília e Distrito Federal e agrupar as Regiões Administrativas (RA) do DF segundo o indicador social renda, Nunes e Costa pretendem focalizar as condições concretas que dão sustentação às interações sociais no espaço do DF. Com base nos dados censitários de 2000, os dois autores construíram três grandes regiões classificatórias. A saber, Região Central na qual se encontram RAs cujas famílias percebem renda maior do que 20 Salários Mínimos (SM).

² O Entorno do Distrito Federal ou Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE, conforme passou a se chamar oficialmente a partir da Lei Complementar nº 94 de 19/02/1998) abrange 57.169Km², território do Distrito Federal e de mais dois estados, Goiás e Minas Gerais. São 22 municípios, sendo 19 municípios do estado de Goiás e 3 municípios de Minas Gerais. A população total é de 3.200.000 habitantes, sendo 2.189.789 residentes no Distrito Federal em 2007. Concentra um grupo composto por indivíduos de renda média e, sobretudo baixa, polarizadas pelo Distrito Federal em questões de mercado de trabalho e de acesso a equipamentos coletivos urbanos (educação e saúde principalmente).

³ Utilizo o modelo de estratificação social de Pierre Bourdieu (1996; 2007) cujo esquema reflete o ordenamento do espaço social em dimensões primordiais. Na primeira dimensão, os agentes estão organizados conforme o volume global do capital que possuam. Na segunda, conforme o peso relativo de seus capitais cultural e econômico, no conjunto de seu patrimônio. E, por fim, segundo a evolução, ao longo do tempo, do volume e da estrutura de seu capital global. Deste modo, percebe-se que as posições de classe equivalem a uma classe de *habitus*, cuja produção se dá a partir de condicionamentos sociais e de intermediação dos *habitus* e a suas capacidades ordenadoras de bens e de propriedades

Região Satélite I, segunda grande região, onde se encontram RAs com famílias com renda de 7 a 20 SM. E, por fim, Região Satélite II, conjunto de RAs cujas famílias obtêm renda inferior a 7 SM⁴.

A especulação imobiliária tem elevado o preço do metro quadrado do solo do DF. O aumento populacional pressiona a demanda por habitação. A imagem da cidade de Brasília (Plano Piloto) possui poder de atrair indivíduos de várias regiões do país, os quais majoritariamente não conseguem, todavia, morar nela.

A imagem de Brasília atrai migrantes, mas sua dinâmica urbana os empurra para suas margens. O migrante pobre e com pouca qualificação é obrigado, por vezes, a trabalhar por baixa remuneração que não lhe garante sobrevivência nas Regiões “Central” e “Satélite I” do DF. Esse migrante tem sido empurrado para as cidades da Região “Satélite II” e, principalmente, para as cidades do Entorno do Distrito Federal.

No entanto, notícias sobre pobreza e violências nas cidades satélites de Brasília ou RAs ainda causam uma sensação de estranheza para aqueles que acompanham a dinâmica da cidade através dos meios de comunicação. Nascida para ser a capital política do Brasil, Brasília tornou-se uma cidade midiática e está no noticiário diariamente. Aquelas notícias estranham por destoarem da imagem de Brasília como sinônimo de cidade segura apresentada cotidianamente na mídia nacional. Não raras vezes, essa imagem de Brasília se universaliza e, por isso, engloba todo Distrito Federal.

Brasília é onde habita uma parcela importante do funcionalismo público federal e do próprio Governo do Distrito Federal, especialmente seus escalões superiores. Isso caracteriza a área como espaço socialmente homogêneo, ou, pelo menos, com um grau de homogeneidade acima da média das demais cidades brasileiras. Além desse perfil social do Plano Piloto, aquele estranhamento decorre da monopolização midiática exercida pela sua Esplanada dos Ministérios, onde além dos edifícios do poder executivo, conta também com os do legislativo e judiciário. As notícias que desviam o foco da esfera decisória e política do governo para problemas sociais flagrantes contradizem o ideal de capital que nasceu

⁴ Na Região Central, encontram-se Brasília (Plano Piloto), Lago Sul, Lago Norte, Cruzeiro e Núcleo Bandeirante. Na Região Satélite I: Taguatinga, Gama, Sobradinho, Guará, Candangolândia, São Sebastião. E na Região Satélite II estão Brazlândia, Paranoá, Planaltina, Ceilândia, Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas e Riacho Fundo.

para abrigar a burocracia do governo com auspício de símbolo de cidade segura.

Nossa proposta nessa pesquisa é averiguar na cidade de Brasília qual a relação entre os sentimentos de indiferença, insegurança e medos urbanos (mais especificamente medos de “estranhos”⁵) e o processo de segregação sócio-espacial. Buscaremos, portanto, verificar se a dimensão da insegurança e medos na cidade de Brasília constitutiva do comportamento e do padrão de interação social produz formas de classificação relacionadas à segregação sócio-territorial na cidade, e como o volume e a qualidade do capital social influenciam a lógica de ocupação do território da cidade, estruturam a hierarquização do espaço e configuram a segregação sócio-espacial. Poderíamos perguntar também se na relação inversa a segregação sócio-espacial que garante a homogeneidade social do espaço urbano de Brasília também provocaria medos e sensação de insegurança.

Partimos da hipótese segundo a qual as representações sobre sentimentos de indiferença, insegurança e medos alimentam formas de restringir determinados indivíduos ou grupos a fazerem uso da cidade enquanto espaço público e subsidiam desejo de privatização de determinadas áreas da cidade. Supõe-se que as sensações de medos produziram formas de classificação que induzem à segregação sócio-territorial não só na cidade de Brasília, mas em outras cidades do Distrito Federal e do entorno deste.

O geógrafo Aldo Paviani (1997), por exemplo, evidencia que já havia no traçado de Lucio Costa para a construção do Plano Piloto, embora não explicitamente, um projeto de exclusão sócio-espacial da população pobre que escolheria Brasília como destino. A segregação no território se processou já com os habitantes nos canteiros de obras que se espalhavam em favelas em volta da cidade em construção. Os habitantes iam sendo transferidos pelo poder público para outras áreas, resultando no surgimento das primeiras cidades-satélites como Taguatinga que foi criada no ano 1958. A partir dos anos 1960, o

⁵ Quando nos referirmos a “estranho”, estaremos tomando por base o estudo de Simmel acerca do estrangeiro, ou seja, aquele que está próximo e distante ou que está distante e próximo ao mesmo tempo. Para Simmel (1983), o estrangeiro é um elemento do próprio grupo. Por natureza, não é proprietário de terra, nem no sentido físico, nem no figurado. Aos olhos do outro, ele não é daquela “terra”. É um indivíduo móvel que ocasionalmente entra em contato com todos os elementos do grupo, porém não se liga organicamente com qualquer um deles por laços estabelecidos de parentesco, localidade e ocupação. Quando é uma pessoa estranha à cidade, por exemplo, em boa parte das vezes, os estrangeiros não são realmente concebidos como indivíduos, mas como estranhos de um tipo particular. O elemento de distância não é menos geral em relação a ele que o elemento de proximidade. Para Simmel, a estrutura que conduz o modo de ser do estrangeiro é particular, composta de distância e proximidade, indiferença e envolvimento.

Governo foi obrigado a preparar outras localidades, como Ceilândia, Sobradinho e Gama, para moradores que estavam excluídos do planejamento do Plano Piloto de Brasília.

O sociólogo urbano Brasilmar Nunes (1997) e o geógrafo Aldo Paviani (1997) observaram que o desenho urbanístico construído para Brasília contribui mais para afastar do que para aproximar as pessoas e gerou barreiras simbólicas nas Super-Quadras suscitando indefinições entre espaço público e espaço privado. Brasília tornou-se uma cidade com um padrão de cidade-jardim com altíssimos custos de manutenção que elevam sobremaneira o preço também dos imóveis. Esse padrão urbanístico restringe os processos cotidianos de interação social urbana e consolida-a como uma cidade elitista e exclusivista, características que seriam reforçadas com a criação de um “museu vivo” a partir do tombamento da cidade como Patrimônio da Humanidade pelos organismos internacionais e nacionais (UNESCO e IPHAN) no ano 1987.

Supomos que esse modelo urbanístico dificultaria a interação social, alimentaria o individualismo e a restrição do contato, e faria de Brasília um espaço, por excelência, para o exercício da atitude *blasé* simmeliana.

Com base nesse projeto e nesse modelo de interação que configuram um padrão de organização do espaço urbano e do estilo de vida urbano em Brasília, tentaremos entender como são configurados os medos urbanos e como esses se refletem na classificação dos espaços da cidade e dos indivíduos.

É comum encontrarmos no discurso midiático e no discurso do senso comum o suposto segundo o qual o fenômeno da violência seria a causa dos medos urbanos. Essa relação causal obscurece processos sociológicos mais amplos de formação da subjetividade e do comportamento citadino brasileiro e de sua tensão contemporânea potencialmente transformadora. Neste trabalho, buscaremos demonstrar que os medos urbanos possuem uma composição representacional complexa e heterogênea.

Nesta pesquisa, tentaremos esclarecer que o medo da violência urbana não é a única chave de explicação para o distanciamento entre as pessoas na metrópole. O indivíduo *blasé* de Georg Simmel (1979) do século XX e a análise de Richard Sennett (1997) sobre a cidade de Veneza do século XVI são maneiras de tratar a segregação sem reduzir os medos urbanos ao fenômeno da violência urbana. Os medos urbanos estão contextualizados em

processos urbanos mais amplos como o planejamento do espaço e sua transformação pelos agentes, o processo migratório, a formação do espaço social e espaço simbólico, bem como a consolidação do *ethos* do agente metropolitano.

Pensamos ser interessante matizar as considerações sobre medos urbanos a partir da noção de “mundo social” do sociólogo francês Bernard Lahire. Para este, não existe nada mais social, mais compartilhado por todos indivíduos do que os “problemas” ditos “pessoais” como consciência de culpa, incompreensão, frustração, mal-estar e depressão. Com base em sua teoria acerca de uma sociologia psicológica, tomamos os medos urbanos como objetos da sociologia. Defendemos o rompimento entre fronteiras abismais construídas a partir da dicotomia sociedade/indivíduo, muitas vezes, defendida dentro das escolas sociológicas tradicionais.

No que tange aos medos urbanos, a antropóloga Rossana Reguillo (2008) já havia chamado a atenção para o fato de que embora os indivíduos que sentem medos não saibam ao certo de onde vêm essas sensações, eles as representam e atribuem-lhes causa. A autora observou que os medos dos indivíduos não ficam sem causas. Há causador ou causadores dos medos na cidade. Embasados nessa crença, os indivíduos acreditam que alguém tem que pagar o pato. Deve haver um “bode expiatório”, porque isso seria como um medicamento que regenera instantaneamente uma enfermidade crônica. Poder-se-á observar, neste trabalho, que embora os brasilienses do Plano Piloto não saibam de onde vêm os medos urbanos, procuram encontrar a qualquer custo uma causa para seus medos.

Toda a insegurança percebida tende a ser associada a certos atores que são pensados como responsáveis pela deterioração social e pelo caos urbano. Os medos de um espaço ou de indivíduos que frequentam ou habitam determinados lugares da cidade são tomados como mote para a construção de muralhas reais e simbólicas que permitem separar espaços para conter os indivíduos classificados como perigosos. Para aquela antropóloga, por exemplo, os medos não podem ser entendidos de forma unívoca e monocausal. Tratam-se de sensações silenciosas, porém atuantes na vida da cidade. São paixões politicamente canalizadas que tensionam as fronteiras políticas e geográficas. Reguillo pensa que os medos contemporâneos estão intrinsecamente ancorados no contexto de globalização, gerado pela secularização na modernidade e pelo descrédito institucional.

Nós também pensamos que os medos produzem representações e participam da dinâmica de classificação de espaços e pessoas. Esta pesquisa está assentada sobre o suposto de Durkheim e Mauss segundo o qual classificar é inerente ao indivíduo social. Conforme nos demonstraram Durkheim e Mauss (1999), classificar faz parte da vida humana e está presente em todas sociedades. A classificação tem como objetivo fazer compreender e tornar inteligíveis as relações humanas. Com base no suposto desses autores clássicos, penso que classificar faz parte da dinâmica de categorização e segregação do espaço urbano e das pessoas que o habitam. Parece-nos que os processos de segregação sócio-espacial são acompanhados por classificações de espaços e de indivíduos.

Esta investigação sobre medos urbanos será pautada pela lógica classificatória dos espaços urbanos e seus desdobramentos. Segundo nossa perspectiva, a desigualdade social, matriz social das classificações, fornece o modelo para as operações classificatórias e o espaço urbano é mobilizado como o plano sobre o qual as classificações operam. Os medos urbanos são pensados como afetos que mediam as classificações e sentimentos ou sensações de distância e proximidade manifestados pelos indivíduos com relação a grupos ou “outros” indivíduos. Os medos, como afetos, são elementos das classificações humanas. Diante disso, parece-nos restar agora analisar os padrões de classificação de indivíduos e dos espaços citadinos em questão.

Esta dissertação, estruturada em torno da problemática dos medos urbanos e dos processos de segregação sócio-espacial na cidade de Brasília está dividida em quatro capítulos.

O primeiro capítulo apresenta uma discussão sobre a cidade de Brasília e sua construção, e uma contextualização dos processos urbanos e da configuração socioeconômica de Brasília, do Distrito Federal e das cidades do Entorno. Procuramos identificar alguns aspectos do planejamento de Brasília os quais dificultariam a interação social entre indivíduos. Buscamos demonstrar como foi sendo construída uma “ilha urbana” (Plano Piloto) no Planalto Central do Brasil. Nesse capítulo, o leitor poderá perceber ainda que utilizamos indicadores sociais fundamentais para uma discussão acerca das desigualdades socioeconômico-culturais no Distrito Federal.

O capítulo dois é consagrado à temática dos sentimentos de medo, insegurança e indiferença. Nele faremos uma breve incursão interdisciplinar em torno do tema. Procuraremos constituir medos urbanos enquanto objetos sociológicos, seguindo a proposta do sociólogo francês Bernard Lahire de apreender processos sociais a partir de sensações individuais. Os medos, como se poderá observar, parecem conseguir modificar a imagem do espaço citadino construído e vivido, e construir uma nova classificação, tanto positiva como pejorativa, para esses espaços. Podem também orientar a classificação que os indivíduos fazem de “si” e dos “outros” que de inofensivos podem se tornar perigosos ou vice-versa.

No capítulo terceiro, buscamos remeter o leitor ao processo de construção desta pesquisa. Passo a passo, trataremos sobre a escolha da metodologia, das técnicas e, principalmente, do modo como desenvolvemos nossas análises.

O último capítulo é dedicado à análise de entrevistas realizadas com brasilienses que moram no Plano Piloto. Este capítulo busca organizar, a partir da análise de entrevistas, as classificações operadas pelos moradores do Plano Piloto. Poder-se-á perceber que buscamos seguir as categorias e a lógica das classificações indicadas nas falas dos entrevistados. Segundo essa lógica, as classificações de “espaço” precedem e, em certa medida, orientam as classificações de “indivíduo”. O espaço urbano de Brasília e das cidades-satélites oferecem o quadrante sobre o qual operam as classificações de “indivíduos”.

CAPÍTULO 1 - BRASÍLIA ENTRE UTOPIA E REALIDADE

Conforme sugere o sociólogo estadunidense Richard Sennett (1997), a cidade é concebida em estreita analogia com a anatomia. Ao fazer uma história da cidade através do estudo da arquitetura e do corpo humano, o autor evidenciou que a maioria dos estudiosos da cidade não consegue se livrar da herança indireta da “revolta do pão” que ocorreu na França em 1789 ou das descobertas do médico William Harvey. A “revolta do pão”⁶ e o modelo do corpo humano constituem dois paradigmas que orientam a concepção orgânica de cidade que é também assimilada pelos estudiosos e gestores urbanos.

Até o século XVIII, a ciência médica reconhecia que o calor do corpo explicava as diferenças entre homens e mulheres, bem como entre seres humanos e animais. Acreditava-se que o calor do corpo do animal humano era inato. Todavia, uma tese do médico William Harvey acerca da circulação do sangue abalou essa certeza e mudou a compreensão do corpo. Para ele, embora os humanos possuíssem uma alma imaterial, não era a presença de Deus no mundo que explicava a diferença térmica dos corpos dos homens e das mulheres, como também o modo como o coração fazia o sangue circular. O médico Harvey descobre que são o batimento do coração e a velocidade com que o sangue circulava nas *veias* e *artérias* os responsáveis pelo aquecimento do corpo dos animais humanos.

Esse novo modelo de compreensão do corpo coincide, segundo Sennett, com o surgimento do capitalismo moderno que valoriza o individualismo. O homem moderno é móvel, e este movimento autônomo seria um meio de reduzir a experiência sensorial, dessensibilizando o corpo humano.

⁶ A alta do preço do pão foi um estopim para a Revolução Francesa. A grande revolta do pão, iniciada na manhã de 5 de outubro do ano 1789, explodiu no distrito operário de Saint-Antoine, a leste de Paris, e nos armazéns de gêneros alimentícios, no centro da cidade. Algumas mulheres se negaram pagar o preço estipulado para o pão, que havia aumentando significativamente em função da queda na oferta de farinha. Depois que a notícia foi se espalhando, juntava-se uma multidão de quase seis mil mulheres no Hôtel de Ville querendo resposta para suas solicitações. No dia seguinte, os rebeldes enfrentaram os guardas do palácio de Versalhes, matando, degolando e exibindo as cabeças de dois deles. Os portões de Versalhes não se abriam. O rei e a rainhas estavam encurralados e, por isso, viam-se impotentes perante sessenta mil pessoas que se ajuntaram em torno dos muros do palácio. A rebelião produziu dois resultados, segundo Sennett: as autoridades perceberam a necessidade de encontrar um meio de controlar futuras manifestações e o preço do pão precisaria ser fixado a um preço acessível às camadas populares.

As descobertas de médico William Harvey influenciariam profundamente mudanças de perspectiva nos planos urbanísticos. Suas teorias sobre a circulação do sangue e a respiração inspiraram agentes de saúde pública, construtores e reformadores urbanos no sentido de facilitar a liberdade do trânsito das pessoas e seu consumo de oxigênio, imaginando uma cidade de *veias* e *artérias*. Valorizada tanto pela medicina como pela economia, a circulação criaria uma ética da indiferença, sustenta Sennett.

Contudo, os elos entre a cidade e a nova anatomia só se estabeleceriam com as descobertas acerca da pele humana. Descobre-se que a pele é a membrana que permite ao corpo respirar. Assim como o sangue, o ar também deveria percorrer todo corpo. A descoberta de Harvey, posteriormente, apontaria para uma exigência de que o ar, a água e os dejetos também fossem mantidos em movimento e que cuidados antecipados deveriam ser tomados na cidade para evitar crescimento acidental o qual pioraria a sobrecarga e a obstrução da malha urbana. A partir dali a noção de higiene apareceria aos administradores públicos como um quesito de primeira importância para a composição de índices estatísticos. Foucault (2001) também encontra a origem do interesse por tais índices como ferramentas da arte de governar. Segundo ele, a arte de governar desde o século XVI esteve ligada ao desenvolvimento do aparelho administrativo da monarquia territorial, onde ocorre o aparecimento dos aparelhos de governo. A arte de governar se ligou a um conjunto de análises e de saberes que se desenvolveram no final daquele século, mas que só foram adquirir toda sua importância no século XVIII (entre esses saberes destacava-se o conhecimento sobre o Estado, em seus diversos elementos, dimensões e nos fatores de sua força, ou seja, aquilo que foi denominado de estatística: uma ciência do Estado).

Com o surgimento das indústrias nas cidades, um aglomerado de pessoas passou a se concentrar em um pequeno espaço físico. Sennett (1997) pensa que o desejo de facilitar as funções respiratórias e a circulação transformou o panorama das cidades e os métodos de asseio pessoal. Engenheiros, arquitetos-urbanistas juntamente com administradores públicos assumiriam o papel de protagonistas da “faxina urbana”. O saneamento básico e as leis de saúde pública entrariam na pauta da administração pública.

Partindo da idéia de um corpo saudável, limpo e deslocando-se com liberdade, o desenho urbano tornou-se compatível com essas condições sanitárias. O planejamento urbano passou a preconizar a circulação eficiente e a construção de grandes estradas. A rua

tornou-se então um importante espaço urbano, cruzando áreas residências ou atravessando o centro da cidade. As palavras *artéria e veia* entram no vocabulário dos projetistas por verem o sistema sanguíneo como modelo de tráfego de mão única.

O desenho cartográfico do Plano Piloto de Brasília nos remete a uma cruz ou a uma ave em pleno voo. O desenho de Brasília materializaria o paradigma do corpo. Segundo Sennett, as descobertas do médico Harvey demonstraram que a ave é um animal cuja circulação sanguínea é mais rápida o que garante ao seu corpo temperatura mais elevada do que dos animais mamíferos como os humanos. A representação de Brasília como uma ave enfatiza essa preocupação com circulação rápida, seguindo uma concepção orgânica de cidade.

A “revolta do pão” consolidou-se como um paradigma do potencial ameaçador da multidão mobilizada em um espaço cidadão. O protesto popular se espalhou violentamente pelas ruas estreitas da capital francesa sem possibilidade de controle. Era necessário incorporar ao projeto das futuras cidades estratégias urbanas que favorecessem controle e defesa da capital política ao privilegiar a construção de vias amplas e de circulação rápida.

Doravante, esse modelo de cidade influenciaria o planejamento de novas cidades, mas principalmente das capitais. Os urbanistas e gestores urbanos apropriariam de um modelo de cidade com duas prioridades: a circulação rápida para o centro de poder político, ferramentas eficientes de controle de aglomerações, multidões e motins; em segundo lugar, delimitação espacial entre as diferentes classes sociais. Isso fomentaria espaços de riqueza inacessível, ou seja, espaços nas cidades que, para indivíduos de classes populares, seriam meros lugares de circulação rápida (e não espaços de moradia).

Houve essa influência no projeto para o Plano Piloto de Brasília? Não é prudente, com esses poucos meses de estudos para o desenvolvimento desta dissertação, fazer uma afirmação categórica. Todavia, é chavão dizer que as vias largas do Plano Piloto de Brasília e a extensão de sua Esplanada dos Ministérios permitem a manifestação de uma multidão sem oferecer risco ao Palácio do Planalto, já que as vias, em formas de *veias e artérias*, permitem aos órgãos de segurança circular rapidamente para conter qualquer manifestação que ameace administradores públicos.

Brasilmar Nunes (2004), por exemplo, faz uma observação interessante e, por isso, vale a pena trazê-la a essa discussão. O autor nota que o desenho urbanístico de Lucio Costa para o Plano Piloto de Brasília acabou por beneficiar uma tecnocracia que administraria o Brasil, sobretudo, a partir do ano 1964 no qual os militares dariam um golpe de Estado e implantariam um regime ditatorial. O desenho da nova capital federal brasileira beneficiaria esse regime militar por ter sido capaz de aumentar ainda mais a distância entre o Estado e a sociedade civil. Na nova capital, o Estado poderia também se isolar territorialmente. Segundo o autor, os governos militares, durante os 20 anos da Ditadura Militar no Brasil (1964-1984), puderam manter-se longe das pressões das ruas. Aqui estariam (e estiveram) protegidos, particularmente, por um código urbanístico que os distanciava da realidade social do país.

Desde sua inauguração, Brasília seria, portanto, o palco de uma tecnocracia elitista, uma cidade na qual o estilo de vida desse grupo elitista se confundirá com o da nova capital federal e passará, destarte, a ser concebida popularmente como uma “Ilha da Fantasia”.

1.1. Construção de um novo paradigma de cidade

Segundo a ótica dos intelectuais da primeira metade do século XX, que dissertavam sobre a modernidade e o desenvolvimento, o Brasil era um caso sem solução. Seus olhares se voltavam para os países que haviam se industrializados ou no século XVIII ou XIX. Comparando a organização social brasileira com a dos países europeus, levantaram a hipótese segundo a qual uma “doença hereditária” impedia o progresso socioeconômico no Brasil. O país havia herdado sua organização social da península Ibérica na qual se acreditavam não ter existido feudalismo, fenômeno imprescindível, na opinião de Raymundo Faoro (1993) principalmente, para industrialização.

Faoro era muito pessimista quanto ao futuro brasileiro. Pensava que em um Estado patrimonialista, como o Brasil, só poderia desenvolver um capitalismo comercial, nunca

industrial. A herança lusitana era o mote do insucesso brasileiro. Já Sérgio Buarque de Holanda (1977) defendia que o Estado brasileiro se transformara numa extensão da “casa grande” em virtude da predominância do patriarcalismo. Todavia, Holanda, ao contrário de Faoro, demonstrava uma pitada de otimismo quanto ao futuro brasileiro. Pensava que o país poderia passar por processo de urbanização se houvesse um deslocamento do quadro político dominado pelos senhores rurais. O fim da escravidão e a implantação da República no Brasil do final do século XIX eram vistos como indícios de que o país estava preparado para um processo de industrialização e de democratização.

O tema da cidade ou da urbanização também era assimilado nessas teorias que tentavam explicar o insucesso brasileiro. No que tange as construções de cidades no território brasileiro, segundo Holanda, essas foram mais fruto de feitorização do que colonização dos portugueses, para os quais era impensável construir grandes obras sem perspectiva de retorno imediato. Holanda acreditava que a vida humana em cidades era antinatural. Construir cidades era visto como um instrumento de dominação.

Ao comparar a colonização dos vizinhos hispânicos com a brasileira, Sérgio Buarque de Holanda defenderia o colonizador espanhol como um *ladrilheiro*, e o colonizador português como um *semeador* para quem o natural conservantismo, o deixar-estar, o desleixo, sempre se sobrepunham à ambição de arquitetar o futuro. O *semeador* português era aquele homem que jogava as sementes de cidades ao vento, deixa-as ao léu, mas quando, entre centenas, uma germinava, defendia o direito autoral de “produtor”.

Se se tomasse cegamente por base a herança ibérica, então essa lógica garantiria como verdadeiro que o planejamento de uma cidade no Brasil não sairia do papel por não existir nada mais alheio à história brasileira do que o planejamento urbano.

Ao observarmos atentamente a história de construção de cidades no Brasil, encontraremos um quadro diferente do de Holanda. Ao procurar decifrar momentos relevantes da história urbana recente no país, Nunes (2004) e Freitag (2009) percebem que, no Brasil, planejar e construir cidades novas com fins precisos ou com funções predefinidas é uma prática tradicional. Alguns casos empíricos foram negligenciados por esses intelectualistas do início do século passado.

A cidade de Salvador, capital do estado baiano, é o caso de “planejamento” e “construção” mais antigo no país. Salvador⁷ foi fundada em 1549 por decisão administrativa da Coroa Portuguesa. Mais recentemente foram, nos anos 1850, construídas Terezina e Aracaju. Belo Horizonte, no ano 1895. No século XX, foram planejadas e construídas as cidades de Goiânia (ano 1933) e Palmas (ano 1980)⁸. Para Nunes (2004, p.45), essas “*são experiências que mostram que o país detém uma certa tradição em planejar cidades, tradição esta talvez tão sólida como a de outros países do continente ou mesmo do mundo*”.

Mas o caso brasileiro exemplar, por excelência, é a construção de uma nova Capital Federal para o país na segunda metade dos anos 1950⁹ que, segundo Freitag (2002), simbolizou um esforço modernizador da sociedade brasileira. Na opinião de Nunes (2004), várias construções de cidades no Brasil tiveram, muitas vezes, a função de grandes projetos em áreas desabitadas ou em áreas onde se fazia necessário deslocar populações. Essas experiências (com exceção de Palmas cuja construção é posterior) constituíram o cenário maior de referência para a decisão de construir Brasília, uma nova cidade, e transferir a capital política para o Planalto Central. A implantação do Plano Piloto de Brasília é quase reprodução total do projeto original. Isso também contribuiu para tornar-se num sucesso consensual entre os urbanistas.

Esses exemplos de planejamento e construções bem sucedidas deveriam ser usados para refutar completamente os argumentos de Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, por serem eles falaciosos? Não cremos. Os intelectuais do início do século XX, como Faoro e Holanda, mostravam-se pessimista quanto ao futuro brasileiro não só por construir suas previsões a partir de um ponto de vista eurocêntrico, mas, sobretudo, por se pautarem numa lógica historicista do tipo “se p, então q”. Se não houve feudalismo, então não haverá industrialização, nem urbanização.

Penso que os olhares de Holanda e Faoro voltado para o passado é necessário para nos livrar do risco de fazer apologia da construção de Brasília, como algo que emerge do

⁷ Freitag (2009) observa, com base em Edison Carneiro, que Salvador foi uma cidade concebida ainda em Portugal, planejada e racional, e por isso a cidade pode ser comparada a uma verdadeira Brasília do século XVI.

⁸ A socióloga Bárbara Freitag (2002) também observa que além de Goiânia, a cidade de Marília foi concebida na prancha de urbanistas e arquitetos durante os anos 1930.

⁹ A pedra fundamental para Brasília foi lançada por JK no ano 1958, em pleno cerrado brasileiro.

“nada” e inteiramente orientado para o futuro. Como observa a socióloga Barbara Freitag (2002), os brasileiros gostam de dar as costas a sua história e a seu passado. O planejamento racionalmente de novas cidades corrobora essa tendência. Mas não consegue se livrar da herança sócio-política que contradiz as intenções racionais e igualitárias dos idealizadores de espaço urbano. Os brasileiros, sustenta a autora, quando voltam seus olhares para o futuro, abandonam suas cidades antigas e constroem novas, modernas e futuristas: “*Pensam, com isso, deixar também atrás de si o modelo de sociedade hierarquizada e injusta que se originou no período colonial português*” (Ibid, p.30). Sua hipótese sustenta que o planejamento urbano brasileiro é sempre orientado por um *deslocamento*, no sentido freudiano do termo. A mudança de cidade significa, muitas vezes, transferir para outro sítio problemas não solucionados. Freitag (2002) nos faz observar que Faoro e Holanda não estavam tão equivocados assim.

Esse equilíbrio (otimismo/pessimismo) e uma análise racional da cidade de Brasília são maneiras de nos livrar daquilo que Pierre Bourdieu (2007) chamou de *Illusio*¹⁰. É justo reconhecer o sucesso do planejamento e da construção de Brasília e também frisar os ideais igualitários que inspiraram o projeto de Lucio Costa. No entanto, considero importante ressaltar que esse espaço construído também reproduziu as desigualdades sociais e econômicas flagrantes na sociedade brasileira.

1.2. Cidade como um mosaico de pequenos mundos

Embora todos tenham sido migrantes, o que chama a atenção é que apenas alguns grupos, sobretudo os que foram contemplados com a construção da cidade de Brasília por integrar ao quadro de funcionalismo público, se legitimaram como cidadãos brasilienses. Outros grupos, principalmente aqueles indivíduos de classes populares que trabalharam

¹⁰ Para Bourdieu, *illusio* é um jogo de alusões letradas e de analogias. Segundo sugere esse sociólogo francês, a matéria da análise sociológica deve ser de tipo distinto das ideologias dos campos e das crenças dos agentes sociais. A análise evita participar dos jogos do campo, considerado “pecado capital” cometido pelo sociólogo que neles se deixa cair.

braçalmente na construção da cidade, continuam contudo sendo os “outros¹¹”. No sentido empregado por Georg Simmel, continuam a ser os “estranhos” ou “estrangeiros¹²”.

A reserva diante do “estranho” ou do “estrangeiro”, ou o medo de ter contato com ele, sempre foi um fenômeno trivial nas cidades. Nem sempre, contudo, o caráter econômico-cultural havia ganhado tanta visibilidade, como nas metrópoles contemporâneas e globalizadas. Nestas, afirmou-se a primazia e a quase exclusividade do uso da moeda como um meio de câmbio. A moeda desobrigou, pois, relações de proximidade entre diferentes indivíduos. Esse fenômeno é tratado por Simmel (1979) em sua reflexão sobre os efeitos do ambiente da grande cidade na vida mental e psíquica dos indivíduos. O autor destaca especialmente a generalização da moeda como o instrumento que garante a vida anônima dos indivíduos. Seu uso corriqueiro permite a polarização por grupos de renda, diluindo e despersonalizando a relação de dominação em si. Na concepção do autor, a monetarização permitiu uma margem importante de liberdade pessoal na medida em que o desempenho (o qual pôde ser comprado com dinheiro) foi separado da personalidade dos indivíduos.

Se se fizer uma viagem na história da Veneza do século XVI, perceber-se-á um sentido de segregação distinta desse empregado nos tempos atuais, todavia se poderá também notar similitudes. Sennett (1997) registrou que os cidadãos venezianos parcelavam o solo para segregar os “estranhos”, porque classificavam-nos como sujeitos, impuros e doentes. Os venezianos se autotransformavam, por outro lado, como purificados e saudáveis. Por isso não queriam correr o risco de ser tocado e contaminado por aqueles cujos corpos estranhos e cheios de enfermidades. Para não correr esse risco, seria criada uma lei para resguardar o cidadão. Imigrantes indiscriminadamente seriam obrigados a morarem enclausurados. Ficariam na periferia da cidade segregados com o auxílio da polícia local.

Para os venezianos, a diferença estava impregnada de impureza. Independente da posse de capital econômico ou cultural, só eram cidadãos ali as famílias cristãs que viviam na cidade antes do renascimento do comércio. Diferente da cidade de Brasília, na qual para

¹¹ Bauman (2008) entende “outros” como *estranhos*, anônimos, os sem-faces que giram em torno das grandes cidades ou com quem se cruzam constantemente.

¹² Vale a pena reforçar que o estrangeiro é, no sentido de Simmel (1983), um elemento do próprio grupo. Por natureza, não considerado proprietário de terra, nem no sentido físico, nem no figurado. Aos olhos do outro, ele não é daquela “terra”. Para Simmel, a estrutura que conduz o modo de ser do estrangeiro é particular, composta de distância e proximidade, indiferença e envolvimento.

o processo de legitimação do “título” de cidadania brasileira, além de ser pioneiro e funcionário público, tais capitais também eram necessários.

Havia na cidade de Veneza do século XVI um alto sentimento de medo, algo próximo ao que ocorre nas cidades de hoje (século XXI). Todavia, temos aqui um aspecto absolutamente original. Esse exemplo evidencia que a forte sensação de medo dos “estranhos” e a convivência com eles não são fenômenos inteiramente contemporâneos, mas faz parte de cidades que recebem migrantes diariamente. Com a chegada desses novos habitantes, os “cidadãos” se vêem obrigados a dividir “sua” cidade¹³ com indivíduos “estranhos”. Com o intuito de proteger “sua” cidade, os “cidadãos brasileiros” podem agir com indiferença ou adotar mecanismos de reserva, visto que relação amistosa poderia indicar tolerância ou consentimento da presença do “estranho”. O psicólogo social Yi-fu Tuan (2005) notou que o medo do “estranho” e da desordem pública era “lugar-comum” nas cidades do século XVIII. Os medos, segundo o autor, por serem experimentados por indivíduos, são subjetivos, no entanto, alguns são certamente produzidos por um meio ambiente ameaçador, mas outros podem não ser. O medo é um sentimento complexo, no qual se distinguem claramente dois componentes: sinal de alarme e ansiedade. Enquanto o sinal de alarme se liga a um evento inesperado e impeditivo no meio ambiente, ao passo que a ansiedade é uma sensação difusa de medo e pressupõe uma habilidade de antecipação. É um pressentimento de perigo quando nada existe nas proximidades que justifique o medo.

Há vários tipos de paisagens do medo e, de modo geral, construir fronteiras como cerca viva no jardim e muralha na cidade sempre foram vistos como meio de controlar forças hostis. Segundo Tuan, para sobreviver, desde suas primeiras experiências de vida, o animal humano depende completamente de outrem. Para esse psicólogo, o homem constrói sua noção de realidade a partir do que pensam outros seres humanos. Se, por um lado, os outros são aqueles que oferecem maior segurança, por outro lado também são, contudo, os maiores causadores comuns de medos. São fantasmas, bruxas, assassinos, ladrões, assaltantes, estranhos e agourentos que assombram os indivíduos.

O psicólogo social considera irônica a concepção de que a cidade tenha ganhado a

¹³ Pensamos a cidade como concebe Nunes e Martins (2001): como um produto a ser consumido.

acepção de lugar assustador, já que originalmente sua construção tinha como finalidade corrigir exatamente as aparentes confusões e o caos da natureza. Todavia, observa no discurso dos indivíduos que a cidade se transformou num meio ambiente físico desorientador: que embora ruas e prédios sejam produtos de planejamento e reflexão, um imenso labirinto desordenado foi seu resultado.

Yi-Fu Tuan (ibid) chama a atenção para o fato de que, desde o final do século XVIII, o medo na cidade teve como causa os “estranhos” ou estrangeiros pobres. Na sua opinião havia motivos para aqueles antigos residentes da cidade sentirem medo dos “estranhos” e dos novos imigrantes, pois o objetivo destes de encontrar trabalho para sobreviver quase sempre era frustrado. E quando isso ocorria restava-lhes sentir desespero.

Um dos medos mais antigos é o medo de outros indivíduos. Os estranhos ou vagabundos foram uma das causas mais comuns de distúrbios em vários centros urbanos. Yi-fu Tuan demonstra, todavia, ser otimista quando à redução do medo do estranho. Mas ressalta que a tentação de ver o outro como hostil e subumano sempre se apresenta, embora possa estar profundamente escondida. São em condições estressantes que os “estranhos” podem ser transformados, conscientemente, em inimigos. Por isso, devem ser mortos, e suas casas, destruídas.

O medo dos “estranhos” foi (e penso que continua sendo) o sentimento mais comum desfrutado pelos nativos da cidade. O medo de ver a cidade atacada por furiosos e famintos era uma constante nas cidade (e parece continuar presente, conforme se poderá notar em boa parte das entrevistas que fizemos). A entrevista abaixo exemplifica essas preocupações no caso brasileiro.

Um sonho que eu tenho muito. Uma pessoa estranha é um índio. Eu não tenho preconceito, nem xenofobia contra, nada. Mas eu tenho... não sei se é muito filme que eu já assisti? Me veio um índio entrando na minha casa. Eu sonho com isso. Um índio maquiado, todo pintado, cheio de penas, uma cor avermelhada assim. E na hora que eu estou fechando a porta da minha casa, esse índio entra e não deixa eu fechar (sic). E invade a minha casa e eu acordo. Isso é um sonho que eu tenho, eu não sei se já aconteceu ou vai acontecer. A família toda sabe disso. Uma vez por mês eu tenho um sonho assim: eu estou fechando a porta da minha casa e tem um índio entrando e eu acordo. É uma sensação de medo que eu tenho. [...] Eu tenho muito medo dessa coisa do “Sem-Terra”, sabe! Isso é uma coisa que eu não aceito muito, essas invasões. Porque hoje a pessoa não tem terra e está invadindo uma terra, amanhã ele consegue a terra, mas não tem carro e vai pegar o carro do outro, vai pegar a mulher do outro. Eu acho que é por aí a

coisa, começa com a terra e vai parar dentro da sua casa. Eu não aceito muito isso! (Entrevista 17)

Esses medos fazem sentido ao entrevistado, na medida em que ele observa a chegada de migrantes diariamente em sua cidade. O brasileiro demonstra-se ciioso de sua cidade, mas sobretudo de seu espaço privado.

Enfim, as cidades contemporâneas, como Brasília, aproximam-se à antiga Veneza do século XVI, narrada por Sennett. Não obstante, diferentemente daquela Veneza, tratada por Sennett ou das cidades-objetos dos relatos de Yi-Fu Tuan, nossas cidades contemporâneas, sobretudo as metrópoles, ganharam proporções inimagináveis. Hoje são milhões de indivíduos vivendo que dividem o mesmo espaço urbano.

As grandes cidades contemporâneas, como, por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro ou Brasília, têm, contudo, um poder de atração muito superior ao daquela Veneza, porque nessas o indivíduo pode esperar encontrar, a longo prazo, segundo Park (1979), entre as diversas manifestações da vida urbana, um tipo de ambiente no qual poderá sentir-se à vontade.

A resposta abaixo de um brasileiro, para uma pergunta sobre “onde é um lugar seguro”, corrobora essa opinião de Park:

Um lugar que eu tenho certeza que eu estou seguro, eu posso até estar enganado, mas eu posso citar aqui mais de um lugar que eu esteja seguro. Esse lugar é assim de pessoas amigas, né?, que frequente assim o mesmo ambiente quase sempre, que tenha assim as mesmas afinidades do ponto de vista político, do ponto de vista social, né? E que tenha assim também a mesma educação formal e informal presente. (Entrevista 12)

Em uma grande cidade, parece não importar tanto o espaço físico, mas sim se as pessoas que o frequentam possuem semelhanças na maneira de pensar e agir. Para Park, esses desejos de segregação são meios de estabelecer distâncias morais entre indivíduos diferentes na cidade grande. É, exatamente, esse distanciamento que torna, na opinião dele, a cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram: *“Tudo isso tende a dar à vida citadina um caráter superficial e adventício; tende a complicar as*

relações sociais e a produzir tipos individuais novos e divergentes.” (Ibid, 62).

1.3. Da utopia à síntese de um projeto de sociedade

Os anos 1950-1964, no Brasil, são considerados por Nunes (2009a) como um momento caracterizado pelas fortes correntes migratórias campo-cidade, pelo crescimento da área urbana e pelo fenômeno que será comum nas grandes cidades, ou seja, conurbação. Tal fenômeno forçaria uma complexificação dos estudos urbanos. A administração pública e a gestão do espaço urbano, que se tornavam cada vez mais complexa, passariam a ser monitoradas por profissionais com conhecimento especializado.

A construção de uma nova capital para o Brasil se enquadra dentro deste período. O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) implementa a proposta de transferência da capital no país da cidade do Rio de Janeiro para Brasília¹⁴.

JK foi buscar apoio numa coligação de forças políticas de centro-direita para concorrer à eleição presidencial no ano 1955. Como candidato a presidente, apresenta um projeto geral cuja proposta era transformar a realidade econômica e social do Brasil. Seu Plano de Metas ditou o tom do debate na campanha presidencial em que JK foi eleito. Ao assumir o poder no dia 31 de janeiro do ano 1956, Juscelino Kubitschek, com o programa “50 anos em 5” que foi incluído no seu Plano de Metas, objetivava a mudança no padrão de industrialização do país e a transferência da Capital Federal para Brasília.

A transferência da Capital Federal foi anexada posteriormente ao Plano de Metas. Um evento aparentemente trivial teria motivado a construção de Brasília. No dia 4 de abril do ano 1954, Juscelino Kubitschek foi à cidade de Jataí (GO) apresentar 30 metas do seu plano de governo. Durante seu discurso, JK transmite ao público seu ideal político de cumprir a Constituição, o que também era uma estratégia para evitar a perseguição de militares. Aquele era o primeiro comício de sua campanha presidencial. Quando terminou

¹⁴ Segundo Nunes (2004), Brasília aparece como proposta individual de um candidato eleito a partir de um programa de governo caracterizado por propostas de modernização da estrutura econômica. No entanto, a proposta de transferência da capital federa já estava presente na Constituição de 1891.

de falar, um jovem morador da cidade (Antônio Soares Neto) pergunta ao então candidato se mudaria a capital para o Planalto Central para cumprir as Disposições Transitórias da Constituição de 1891. Embora JK tenha sido pego de surpresa, prometeu-lhe construir uma nova capital e mudaria a sede governamental do Rio de Janeiro para o Centro-Oeste brasileiro.

Três anos e dez meses foi o prazo fixado por JK. Para cumprir esse prazo, JK precisaria fazer seu projeto virar uma obrigação de todos os brasileiros. Havia muitas resistências, porque se considerava ser mais realista prever no mínimo cinco anos. Todavia, conforme salientaram as sociólogas Deis Siqueira e Lourdes Bandeira (1997), Brasília foi inaugurada dentro do prazo previsto: “*No dia 21 de abril de 1960, Juscelino inaugurava Brasília. A cidade projetada em forma de avião, de cruz ou de um pássaro em vôo, pelo urbanista Lucio Costa, e ornamentada com os edifícios de Oscar Niemeyer estava pronta*” (Ibid, p.231). Tinha-se erguido, no meio do nada, uma cidade na qual se fabricaria uma “nova civilização” que derrubaria os paradigmas aventados por aqueles intelectuais da primeira metade do século XX.

A transferência da capital política do país para o Planalto Central envolvia dimensões distintas da realidade sociocultural do Brasil. O projeto baseado na Carta de Atenas do CIAM¹⁵ só pôde ser rigorosamente executado no caso de Brasília porque, como observou Nunes (2004), tratava-se de uma cidade nova que seria construída num espaço onde a vida social não havia se consolidado e a propriedade privada do solo podia ser controlada rigidamente. Tais questões se mostraram importantes para que se fizesse uso literal da “Carta de Atenas”. As ideias que se difundiam pelo mundo seriam adaptadas para um sítio sem nenhuma tradição no urbanismo nacional.

Só foi possível porque se tratava de um espaço distante das influências dominantes de sítios urbanos consolidados. Aqui o urbanista estava livre para poder aplicar as ideias gerais de “Atenas” com garantia de que o desenho projetado seria implantado. Restavam apenas sonhar e desenhar. De acordo com Nunes (2004, p.51), “*entre as ‘cidades-jardins’*

¹⁵ CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - foi realizado em 1933 e estabeleceu os princípios da “Carta de Atenas” documento que se transformou num verdadeiro manual doutrinário do planejamento urbano modernista. A Carta de Atenas se transformaria numa teoria atualizada do urbano. Essa carta tornou-se uma “bíblia” aos urbanistas que nela se inspirariam. Ela indicava três funções fundamentais: de habitar, de trabalhar e de divertir. E para que esses objetivos fossem atingidos, três regras também deveriam ser cumpridas, isto é, ocupação do solo, organização da circulação e legislação.

e o extremo racionalismo corbusieno desenha-se uma cidade que se transforma em um dos símbolos do urbanismo contemporâneo, não só do Brasil, mas do mundo". A socióloga Mariza Veloso Santos (1997) vai ao encontro dessa concepção de Nunes ao observar que Brasília teria tornado a única cidade do mundo completamente estruturada pelos princípios da arquitetura modernista.

Tornou-se consensual entre os estudiosos do urbanismo modernista no Brasil do segundo meio do século XX que Brasília se consolidou como a síntese de um projeto de sociedade. Sob essa perspectiva, a cidade aparece como a unidade central física e social, construída num espaço denso e com funções econômicas terciárias vitais.

1.4. Padrão diferenciado de ocupação do espaço urbano

Brasília foi construída para aqui, "no meio do nada", se fabricar uma nova civilização.

Conforme se buscou salientar anteriormente, o desenho urbanístico moderno de Brasília que preconizava circulação rápida na cidade acabaria por dificultar a interação social no seu espaço citadino, e alimentaria o individualismo e o "medo do contato" entre concidadãos, visto que todos esses nos serão "estranhos". A observação de Siqueira e Bandeira (1997, p.244) corrobora tal hipótese: "*seu caráter político-administrativo condiciona a existência de um número significativo de pessoas que vivem sós ou 'de passagem', o que dificulta a criação de vínculos com a cidade e uma intensificação das sociabilidades*".

Brasilmar Nunes (2003) chama atenção para os desdobramentos não previstos no espaço reservado para a nova capital. Havia sido planejada uma nova cidade capital e nada passava pela cabeça dos planejadores sobre o surgimento de uma metrópole. Metropolização foi o rumo que a nova capital tomou desde sua inauguração. Surgiria uma futura metrópole com características típicas das grandes cidades brasileiras, a saber,

periferização da população, elevados índices de violência, segregação espacial, entre outros.

Surgia no Plano Piloto de Brasília, portanto, um espaço ideal para o indivíduo exercitar o que Simmel (1979) considera fenômeno psíquico reservado à metrópole e que resulta de estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos: atitude *blasé*.

Para Brasilmar Nunes (2003), pode-se verificar objetivamente que o processo de consolidação de Brasília foi se dando por um aumento no número das cidades-satélites, que terminariam por caracterizar uma rede urbana subregional com claros indícios de metropolização. Restava apenas as conurbações potenciais para concretizarem sua imagem. Por isso, em outro contexto (Nunes, 2009a), o sociólogo urbano referirá à Brasília como um *case study*, visto que nela se apresentam questões sobre a relação entre o planejamento urbano e a vida cotidiana na cidade. Na opinião do autor, temos a idéia pré-concebida de que o projeto da cidade, seu planejamento urbano, deveria fornecer os caminhos presentes e futuros que o espaço da cidade segue e seguiria. A racionalidade idealizada não previa, contudo, a possibilidade de mudanças nos rumos pensados e desenhados na prancheta.

Além disso, embora a metrópole Brasília não fora desenhada, já iniciava, segundo o geógrafo Aldo Paviani (2009), antes mesmo da inauguração da nova capital. Durante a gestação de Brasília já começava surgir um polinucleamento urbano, periferização e segregação sócio-espacial: “Ao projetar Taguatinga, em 1958 [dois anos antes da inauguração de Brasília], o governo local deflagrou um processo de interminável criação de cidades-satélites – todas visando proteger o Plano Piloto de ocupações ilegais, irregulares e informais (favelas), as denominadas ‘invasões’.” (Ibid, p.80). Sua conclusão assegura que desde a inauguração houve a intenção de valorizar o Plano Piloto e mantê-lo elitizado. Isso será tomado como explicação por Nunes (2009b) para sustentar que o Plano Piloto de Brasília tornou-se uma área de moradia de famílias de alta renda e, por isso, um espaço de caráter socialmente homogêneo.

Está claro que o projeto de Brasília, naquela perspectiva utópica, não a previa como alternativa para as migrações. Nunes (2004) destaca em seu trabalho que, já no final dos

anos 1950, as taxas de crescimento populacional no país, mas, sobretudo, nas áreas economicamente deprimidas, geraram um enorme estoque de população a qual viria engrossar os fluxos migratórios em direção aos centros industriais do país. A agricultura baseada em latifúndio fazia com que famílias desprovidas de posse da terra passassem a privilegiar as cidades nas quais já se haviam implantado indústrias. Esses núcleos urbanos tornavam-se um foco privilegiado dos rumos das correntes migratórias, ao ponto de, naqueles anos, governos, como o de São Paulo, declararem necessidade de conter fluxos de migrantes para seu território. A direção dessas correntes migratórias rurais para as grandes cidades industriais só se alteraria nos anos 1960 com a construção de Brasília. Será essa cidade um ponto de destino para onde os expulsos de áreas deprimidas se dirigirão do mesmo modo que se dirigiam para São Paulo, Rio de Janeiro, ou seja, para as grandes capitais do país.

A direção tomou outro rumo, mas não alterou a essência do processo: *“é para uma cidade que os migrantes vão, o que comprova a resistência às mudanças na sociedade rural e simultaneamente a capacidade de atração exercida pelo sistema urbano sobre o imaginário das populações migrantes”* (Ibid, p.37). Na visão do autor, a construção de Brasília foi um empreendimento estatal vitorioso. Serviu para desafogar outras cidades com problemas já nos anos 1960 em consequência da incapacidade de gerar empregos para uma demanda exponencial.

Além de emprego, a disponibilidade de terras existentes na nova capital terminaria, de acordo com Nunes (2003), por funcionar também como um fator de atração por si só suficiente para explicar a transferência de parcela significativa do número de migrantes de áreas deprimidas. Isso refletiu na “seleção” do perfil do migrante que se transferiria para Brasília: *“Ao lado da burocracia estatal que vem a Brasília em situação peculiar de segurança, a população migrante que aqui chega está a procura de emprego, mas também, para boa parte, a expectativa de acesso à terra urbana com inserção econômica”* (Ibid, p.99).

Diante disso, o Distrito Federal só poderia terminar como um território composto por migrantes de diferentes origens socioeconômicas que aqui polarizados no Plano Piloto, cidade planejada segundo critérios racionais, ou em cidades-satélites, nas quais, com ar caótico que caracteriza as periferias urbanas do país, imperam as leis do mercado

imobiliário. Em consequência, poder-se-á observar um padrão diferenciado de ocupação de seu espaço urbano. Ao lado do Plano Piloto, com suas moradias de alto padrão de qualidade, encontrar-se-ão áreas deterioradas, áreas que se assemelham àquelas encontradas nas grandes cidades brasileiras.

Para Brasilmar Nunes (2009b), o planejamento de Brasília, por meio de uma rígida legislação do uso do solo e ocupação, terminou por distribuir os indivíduos em territórios que guardam uma estreita relação com os níveis socioeconômicos. A cidade tornou-se um enclave, cuja função seria servir de reservatório de trabalho não aproveitado por uma economia bastante fragilizada e incapaz de absorver essa oferta: *“Explica-se aí a maior taxa de desemprego do país”* (Ibid, p.100).

Aldo Paviani (2009), a fim de medir a taxa de desemprego no Distrito Federal, orientou-se na pesquisa de Emprego-Desemprego do Dieese que lhe permitiu notar que o desemprego no Distrito Federal havia atingido 216 mil pessoas no mês de outubro do ano 2008 (isso significa 16% da população economicamente ativa – 1.348.000 pessoas). Comparando em termos relativos, esse geógrafo considera o dado preocupante, posto que a média de desemprego das metrópoles estudadas pelo Dieese tinha atingido no máximo 13%. Isso significa, de acordo com ele, que, no Distrito Federal, a saída para os indivíduos desempregados são as atividades informais. Um enorme contingente de trabalhadores se ocupa ou é obrigado a se ocupar com biscates, “faz tudo”, coleta de materiais usados, comércio de rua, entre outros.

Esta discussão só poderia encaminhar-nos para observação “clichê” segundo a qual neste ano 2010 em que Brasília completa 50 anos, embora já se possa falar de uma cultura e de uma identidade brasiliense, visto que já se encontram gerações nascidas aqui, todos “são”, de alguma maneira, migrantes. No entanto, nem todos conseguem se legitimar como cidadãos e continuam sendo “outros” e são ainda referidos como migrantes. Muitos “outros” continuam sendo os “outros”, segregados por serem “estranhos” aos moradores para os quais Brasília “foi” pensada: quadro político e funcionário público federal.

1.5. Da utopia à realidade

Brasília consiste, sem dúvidas, num caso exemplar de uma cidade planejada e erigida sobre um espaço “vazio” e que foi implantada conforme parâmetros arquitetônicos particulares. Foi projetada de acordo com uma concepção particular de cidade em moda nos meios arquitetônicos dos anos 1950, que buscavam inspiração na referida Carta de Atenas. No início, tal proposta tornou-se motivo de polêmicas. Contudo, terminou sendo aceita e transformou-se num modelo para outras realizações urbanísticas mundialmente importantes, como o bairro *La Défense* em Paris e o centro administrativo do estado de Nova York em *Albany*, ressalta Nunes (2009a). Se antes da construção de Brasília, os planejadores urbanos buscavam inspiração no exterior, agora era a proposta brasileira que influenciaria outras experiências no exterior.

O projeto racional do urbanista Lucio Costa apresentava pressupostos que demarcavam claramente a relação espaço e sociedade. Nunes (2009b) observa que o urbanista imaginara a possibilidade de um novo homem no espaço novo.

Para Siqueira e Bandeira (1997), Lucio Costa pensara numa nova civilização. Numa mesma espacialidade, haveria a redução ou desaparecimento das diferenças culturais, raciais, étnicas, entre as classes sociais. Esse espaço seria o palco de mudanças sociais radicais. O projeto de Brasília propunha reduzir ou amenizar as desigualdades sociais.

A ideologia modernista vislumbrava para as Super-quadras de Brasília um lugar de habitação coletiva, comunal, semelhante ao modelo de organização doméstica. Lugar de novas ordens coletivas de vida cotidiana, de novas práticas, de novas sociabilidades. Procurara-se estandardizar os espaços residenciais de Brasília e objetivava-se, com isso, amenizar as gradações socioeconômicas do país. Nesse novo sítio, conforme sustentam Siqueira e Bandeira (1997), os signos de *status* deveriam ficar restritos aos interiores e seriam puramente privados: “*Na capital, todos teriam os mesmos direitos de acesso, de convivência e de desfrute de todas as partes da cidade, desde os mais altos aos mais*

humildes funcionários” (Ibid, p.243).

Mas isso, segundo as autoras, não passou de uma utopia. A intenção era “sacralizar” os espaços de Brasília, legitimando as práticas e usufrutos igualitários. Mas o que ocorreu realmente foi exatamente o contrário disso. A utopia não se transmutou em realidade, ou seja, em mais igualdade, em compartilhar o espaço coletivo ou na diminuição da diferença entre público e privado.

A socióloga Barbara Freitag (2002) delineou os supostos de uma utopia na proposta da nova Capital. A cidade socialista, que Brasília deveria ser, acabou-se transformando na imagem da própria diferença social do país. O geógrafo Aldo Paviani trilha a mesma linha da crítica de Freitag. Na opinião dele, “*Brasília acabou se transformando no conjunto atual de núcleos disseminados no território, ou uma constelação urbana, induzida pelo que se considerou ‘planejamento urbano’*” (Paviani, 2005, p.194).

De fato, nem tudo se transformou em “flores” na Esplanada dos Ministérios, nas Super-quadradas ou até mesmo na Praça dos Cristais, projetada pelo renomado paisagista Roberto Burle Marx¹⁶. Ora, na verdade, não se discute o caráter urbanístico inovador do Plano Piloto de Brasília. Todavia, ele tem recebido duras críticas pelos efeitos sociais negativos que produziu e tem produzido. Uma dessas críticas salienta que “*o traçado urbanístico da Capital Federal não propicia a espontaneidade e a informalidade dos encontros, típicos das outras ‘urbes’*. *Faltam-lhe esquinas, ruas de pedestres, praças, enfim, espaços públicos tradicionais de lazer*” (Siqueira e Bandeira, 1997, p.243).

Criou-se, pois, um desenho urbanístico que mais afasta do que aproxima as pessoas. Essa configuração do espaço induz à perda qualitativa nos processos cotidianos de interação social urbana e à consolidação de um espaço cada vez mais homogêneo.

Com o passar dos anos, as evidências de que esse modelo obrigaria os indivíduos a se restringem aos espaços de trabalho e ao espaço familiar-doméstico viriam à tona. Deis Siqueira e Lourdes Bandeira observam que “*os grupos que se formam [no Plano Piloto] são, em sua maioria, pequenos e fechados, o que necessariamente tende a intensificar os*

¹⁶ A Praça dos Cristais que foi projetada por Roberto Burle Marx se localiza no Setor Militar Urbano. Sua construção teve início no ano 1965. Depois de 5 anos de construção foi inaugurada no ano 1970. O jardim foi construído em 102 mil metros quadrados em forma de um triângulo para abrigar 53 espécies de plantas catalogadas.

laços entre as pessoas e aprofundam um processo de auto-relacionamento” (Ibid, p.243).

Como ocorria nas cidades medievais que Pechman e Kuster (2007) preferem chamar de cidadelas fechadas, o Plano Piloto de Brasília foi, para Siqueira e Bandeira (1997), construído guardado por muros e portas invisíveis, os quais o separam do resto do mundo. Projetada e inaugurada, Brasília filtraria, doravante, cada vez mais rigorosamente seus habitantes. Mas, ao mesmo tempo, tal modelo de cidade que separaria os diferentes ensinará nos habitantes medos daqueles que estão além dos “muros simbólicos e invisíveis” da cidadela Plano Piloto, fomentando restrição do contato.

1.6. Metropolização de Brasília e desigualdades sociais

O campo de nossa pesquisa é, sem dúvida, o Plano Piloto de Brasília. No entanto, para uma pesquisa sobre medos urbanos é necessário considerar um processo urbano mais amplo que envolve um espaço extensível ao entorno do Plano Piloto. É sobre esse espaço mais amplo que atuam as representações e as sensações de medos e insegurança. Consideramos, portanto, como contexto desta pesquisa não apenas o espaço de Brasília (Plano Piloto), mas o espaço envolvente, qual seja, o espaço das cidades-satélites e em certa medida das cidades que compõem o Entorno do DF ou Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF)¹⁷.

Seguindo os indicativos teóricos de Singer (1987) sobre a dinâmica dos fluxos migratórios, pode-se observar que o processo migratório do Distrito Federal esteve diretamente relacionado com o processo de estagnação e mudança em curso no Brasil desde os anos 1950. São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, nos anos 1960 e 70, mas

¹⁷ RIDE-DF conforme passou a se chamar oficialmente a partir da Lei Complementar nº 94 de 19/02/1998), abrange 57.169Km², território do Distrito Federal e de mais dois estados, Goiás e Minas Gerais. São 22 municípios, sendo 19 municípios do estado de Goiás e 3 municípios de Minas Gerais. A população total estimada pelo IBGE para o ano 2007 é de 3.513.261 habitantes, sendo 2.455.903 residentes no Distrito Federal. Concentra um grupo composto por indivíduos de renda média e, sobretudo, baixa, que estão polarizadas em função do mercado de trabalho e de acesso a equipamentos coletivos urbanos (educação e saúde principalmente).

principalmente nos anos 1990, já davam sinal de “expulsão” de migrantes nos seus espaços. A partir da construção de Brasília, na segunda metade dos anos 1950, o Distrito Federal passou a constituir um importante polo de atração dos fluxos migratórios. Como se percebe nas taxas geométricas abaixo.

Tabela 1 - Taxa média geométrica de incremento anual da população residente, de 1950 a 2000

Brasil e Unidades da Federação	1950 - 1960	1960 - 1970	1970 - 1980	1980 - 1991	1991 - 2000
Brasil	2,9	2,89	2,48	1,94	1,64
Distrito Federal	-	14,39	8,22	2,86	2,82
Rio de Janeiro	3,48	3,13	2,31	1,15	1,3
São Paulo	3,39	3,33	3,5	2,13	1,78

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, DATASUS
Elaboração: Jean Camargo

Até os anos 1970, as taxas médias de crescimento populacional no Estado do Rio de Janeiro ficavam acima da média brasileira. Na opinião da arquiteta/urbanista Luciana Lago (2009), há no Rio de Janeiro particularidades que o distinguem dos demais Estados brasileiros. Ele vem passando por uma histórica crise econômica, que se iniciou muito antes da chamada “década perdida¹⁸”. Desde os anos 1940 o Estado fluminense tem perdido posição relativa para São Paulo e, posteriormente, para outras regiões. A autora destaca que a mudança da capital para Brasília no ano 1960 também gerou efeitos negativos. Enquanto Capital Federal, o Rio de Janeiro abrigava um importante setor bancário, um amplo sistema de transportes, e constituía a sede de numerosas empresas privadas e estatais. Nessa última década do século XX e nesta primeira do século XXI, sua economia tem sido caracterizada pela perda da capacidade competitiva da indústria, com o

¹⁸ Década perdida se refere à estagnação econômica pela qual passaram os países da América Latina nos anos 1980. Durante esses anos percebeu-se um forte retração na produção da indústria e menor crescimento das economias nacionais.

eixo mais moderno deslocando-se para São Paulo e sua região de influência e, mais recentemente, para Belo Horizonte. O estado do Rio de Janeiro também perdeu a atratividade para implantação de sedes de empresas privadas e estatais, principalmente no que diz respeito ao sistema financeiro (sedes de bancos) que também tem se deslocado para a capital paulista.

Durante os anos 1950, a taxa geométrica de crescimento populacional do estado de São Paulo (3,39) permaneceu inferior a taxa do Rio de Janeiro (3,48). Todavia, a média de incremento anual da população paulista tem sido superior a média nacional desde os anos 1950 até o 2000, a partir do qual se pôde observar que o taxa de incremento anual da população no estado de São Paulo (1,78) permaneceu apenas 8% acima da média brasileira.

Brasília, desde a segunda metade dos anos 1950, já começava atrair parte do fluxo migratório, principalmente de áreas deprimidas do sertão nordestino, que se dirigiria para São Paulo e Rio de Janeiro. As taxas geométricas de crescimento populacional no Distrito Federal (DF), desde a inauguração de Brasília no ano 1960, têm permanecido bem acima da média nacional. O recenseamento do IBGE no ano 2000 observou uma taxa de incremento populacional no DF de 2,82%, que representa 72% acima da média brasileira (1,64%).

Segundo a Codeplan/DF (2008), no ano 2004, o Distrito Federal registrava uma população de aproximadamente 2 milhões e 100 mil habitantes, dos quais 32,5% dos residentes tinham nascido no próprio Distrito Federal. Apenas 0,3% da população residente no DF era natural de outros países. Um quantitativo de 1,4% dos residentes no DF se originava da Região Sul do Brasil. Outros 2,1% provieram do Norte. Outros 6,5%, da Região Centro-Oeste (Com exceção do Distrito Federal e Entorno, pois apenas 1,3% dos residentes no DF eram oriundos do seu Entorno até aquele ano). Dos residentes no DF, 13,7% eram naturais da Região Sudeste. O Nordeste foi a Região brasileira que mais cedeu habitante para o Distrito Federal, 26,6% provieram desta região. Das Regiões Nordeste e Sudeste que o Distrito Federal mais atraiu migrantes, isto é, até o ano 2004, 40,3% da população do Distrito Federal eram oriundos de uma dessas Regiões.

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan, 2007) notou, a partir

dos dados censitários do IBGE para o ano 2000, que os municípios que fazem parte da RIDE/DF sofriam um crescimento populacional de aproximadamente 4%, taxa bem acima da média nacional. Os destaques foram as médias dos municípios goianos Águas Lindas de Goiás cuja taxa geométrica de crescimento populacional foi de 14,52%. Luziânia apresentou uma taxa média de incremento populacional de 7,23%. Padre Bernardo (6,25%), Planaltina de Goiás (5,92), Valparaíso de Goiás (5,91), Novo Gama (5,32%), Cidade Ocidental (5,06%) e Cristalina (5%) são casos de municípios com taxas médias geométricas de incremento populacional três vezes maior do que a média brasileira para o mesmo ano (1,64%).

Esse poder de atração de Brasília pode ser explicado também pelo bons índices que tem conseguindo no cenário nacional. O DF¹⁹ tem, desde o ano 2002 (ver a tabela 2 abaixo), o terceiro maior PIB (Produto Interno Bruto) entre os municípios brasileiros, ficando atrás apenas dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, cujas populações são bem superiores às do Distrito Federal.

Tabela 2 - Posição dos cinco maiores municípios em relação ao PIB. Participação relativa ao PIB. População 2002/2006

Municípios e Unidades da Federação	Posição dos municípios em relação ao PIB					Participação relativa em 2006 (%)	
	2002	2003	2004	2005	2006	PIB	População (1)
São Paulo/SP	1	1	1	1	1	11,94	5,9
Rio de Janeiro/RJ	2	2	2	2	2	5,4	3,29
Brasília/DF	3	3	3	3	3	3,78	1,28
Belo Horizonte/MG	4	5	4	5	4	1,38	1,29
Curitiba/PR	6	4	5	4	5	1,26	0,96

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada

Segundo o IBGE (2009), no ano 2006, as participações de São Paulo (11,9%), Rio de Janeiro (5,4%), Brasília (3,8%), Belo Horizonte (1,4%) e Curitiba (1,4%), somadas,

¹⁹ Para compor esses números do PIB, o IBGE tem se referido à Brasília, mas os dados são referentes ao Distrito Federal. Neste caso, o DF é tratado como município e não como uma unidade da Federação.

representavam cerca de um quarto do PIB brasileiro. Nesse mesmo ano, a renda, que São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG) e Curitiba (PR) geraram, correspondeu a quase um quarto de toda a geração de renda do país. A renda agregada dos 50 municípios com os maiores PIB (onde residiam 30,1% da população) alcançou a metade do PIB do Brasil, enquanto os 1.359 municípios com os menores PIB responderam por 1% do PIB do país.

O Distrito Federal viu, portanto, crescer sua taxa populacional nas últimas décadas. Do ano 1980 para o ano 2008, a população do Distrito Federal cresceu quase 120% (de 1 milhão e 200 mil aproximadamente para quase 2 milhões e 600 mil). Isso porque não são contabilizadas taxas geométricas de crescimentos das cidades do Entorno. Se essas taxas fossem contabilizadas também, poder-se-ia perceber um acréscimo superior a 200%.

É Brasília (Plano Piloto), portanto, que atrai o fluxo migratório. No entanto, esse fluxo tem sido redirecionado para as cidades satélites e para o Entorno do DF. Segundo a Codeplan (2008), há uma estimativa de que a população da RIDE/DF tenha ultrapassado a casa de 3 milhões e meio. Desse conjunto, a maioria reside no DF, ou seja, são 2 milhões e 450 mil e 903 habitantes vivendo no Distrito. Outras 130 mil pessoas habitam os três municípios mineiros e aproximadamente 928 mil habitantes moram nos municípios goianos que pertencem a RIDE/DF. Cabe ressaltar que Lucio Costa acreditava que 600 mil habitantes estariam vivendo no Plano Piloto no ano 2000. Todavia, no ano 2004, somente 200 mil habitantes aproximadamente viviam em Brasília (Plano Piloto), ou seja, menos de 40% do previsto pelo urbanista.

Os dados do DATASUS (2010) demonstram que a expectativa de vida no Distrito Federal é a maior apresentada na Federação durante o ano 2004 (75 anos). Embora também tenha ocorrido uma significativa redução de óbitos infantis (de 41 óbitos para cada mil crianças nascidas vivas nos anos 1980 para 17 por mil nos primeiros anos deste século XXI), as médias do Distrito Federal só estão em posição mais privilegiada do que outras unidades da Federação, contudo, por serem desconsideradas as taxas dos municípios mineiros e goianos que integram a RIDE/DF e dependem quase que diretamente dos serviços de Brasília ou de outras cidades do Distrito Federal. Para se ter uma idéia, no município goiano Santo Antônio do Descoberto a taxa média de mortalidade infantil para o ano 2000 foi de 27 óbitos para cada mil crianças nascidas vivas. Pertencente ao Entorno também, a média do município de Águas Lindas de Goiás ultrapassou a casa de 25 óbitos,

segundo a SEPLAN (2007).

De acordo com avaliação do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), no ano 2000, o Distrito Federal conseguiu um alto desenvolvimento humano ao alcançar 0,84 no IDH²⁰. Todavia, esse índice geral coloca o Distrito Federal 50 posições atrás do município com maior IDH do país, São Caetano do Sul que alcançou 0,919 no IDH, e bem a frente do município Manari (PE), com o pior IDH do Brasil e, por isso, ficou na 5506ª colocação entre os municípios brasileiros em função de apresentar um baixo índice de desenvolvimento humano, ou seja, IDH (0,467).

Com exceção do Lago Sul, Lago Norte e Cruzeiro que apresentam IDH superior a 0,93 (tabela 3 abaixo), a qualidade de vida de um indivíduo que reside em Brasília difere das outras Regiões Administrativas do Distrito Federal. Brasília é o espaço dentro da RIDE/DF onde um habitante tem a melhor perspectiva de longevidade. A maior diferença se dá no que tange ao IDH-Renda. Enquanto Brasília apresenta um índice superior a 0,9, as cidades-satélites (Regiões Administrativas) Santa Maria, Paranoá, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas, Planaltina e Brazlândia não conseguiram alcançar o índice 0,7.

²⁰ Discutir acerca de desenvolvimento e distribuição de renda é importante para se medir as condições de vida da população de DF. O conceito de desenvolvimento econômico não se confunde com crescimento econômico. Este deve ser entendido como o crescimento econômico quantitativo da produção de um país ou município. Para os sociólogos e economistas, o conceito de desenvolvimento é mais amplo. Além do crescimento econômico, esse conceito refere-se às condições de vida da população. Uma cidade é subdesenvolvida quando a maior parte de seus habitantes tem condições de vida sofríveis. Através de indicadores sociais, são encontradas as informações acerca da qualidade de vida da população, como a esperança de vida da população ao nascer, números de médicos e de leitos por habitante, acesso à água potável, a esgoto sanitário, a coleta de lixo etc. Existem outros indicadores como a taxa de alfabetização ou média quantitativa de anos na escola que dimensionam as condições de qualificação da população. O IDH é um índice que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo da unidade mais desenvolvido é considerado o país, estado ou município. É uma média aritmética de 3 indicadores. São eles “indicador de renda (o PIB *per capita*)”, “indicador de saúde da população (quer seja, um indicador de longevidade que mede a expectativa de vida da população ao nascer)”, e “indicador de educação”

Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Regiões Administrativas e Municípios da RIDE/DF - 2000

Ranking		IDH - Educação	IDH - Renda	IDH - Longevidade	IDH	Distância de Brasília, em Km (1)	
BR	RIDE/DF						
	1º	Lago Sul (DF)	0,982	1	0,854	0,945	8
	2º	Brasília - Plano Piloto (DF)	0,991	0,948	0,87	0,936	-
	3º	Lago Norte (DF)	0,958	0,978	0,864	0,933	8
	4º	Cruzeiro (DF)	0,992	0,934	0,857	0,928	7
	5º	Guará (DF)	0,944	0,831	0,826	0,867	11
	6º	Taguatinga (DF)	0,944	0,806	0,816	0,856	21
	7º	Núcleo Bandeirante (DF)	0,972	0,896	0,811	0,853	13
	8º	Candagolândia (DF)	0,947	0,761	0,85	0,853	11
	9º	Sobradinho (DF)	0,923	0,763	0,824	0,837	22
	10º	Riacho Fundo (DF)	0,958	0,706	0,815	0,826	18
	11º	São Sebastião (DF)	0,944	0,714	0,804	0,82	26
	12º	Gama (DF)	0,942	0,72	0,784	0,815	30
354º	13º	Unai (MG)	0,86	0,748	0,829	0,812	80
668º	14º	Cidade Ocidental (GO)	0,915	0,7	0,77	0,795	42
686º	15º	Valparaíso de Goiás (GO)	0,902	0,716	0,767	0,795	35
	16º	Santa Maria (DF)	0,934	0,627	0,82	0,794	26
	17º	Paranoá (DF)	0,948	0,612	0,8	0,785	25
	18º	Ceilândia (DF)	0,91	0,67	0,773	0,784	26
	19º	Samambaia (DF)	0,921	0,629	0,791	0,781	25
	20º	Recanto das Emas (DF)	0,937	0,598	0,791	0,775	26
	21º	Planaltina (DF)	0,872	0,652	0,769	0,764	38
	22º	Brazlândia (DF)	0,906	0,642	0,734	0,761	45
1.550º	23º	Cristalina (GO)	0,825	0,674	0,783	0,761	119
1.701º	24º	Luziânia (GO)	0,85	0,665	0,752	0,756	58
1.878º	25º	Formosa (GO)	0,84	0,681	0,73	0,75	79
2.109º	26º	Novo Gama (GO)	0,855	0,646	0,726	0,742	46
2.347º	27º	Buritís (MG)	0,789	0,687	0,723	0,733	207
2.419º	28º	Cabeceira Grande (MG)	0,785	0,634	0,771	0,73	139
2.555º	29º	Abadiânia (GO)	0,797	0,628	0,743	0,723	118
2.573º	30º	Planaltina (GO)	0,82	0,619	0,729	0,723	56
2.668º	31º	Águas Lindas de Goiás (GO)	0,815	0,61	0,726	0,717	47
2.690º	32º	Corumbá de Goiás (GO)	0,782	0,635	0,73	0,716	128
2.757º	33º	Pirenópolis (GO)	0,789	0,64	0,711	0,713	139
2.844º	34º	Santo Antônio do Descoberto (GO)	0,81	0,6	0,716	0,709	44
2.904º	35º	Padre Bernardo (GO)	0,795	0,623	0,696	0,705	106
2.917º	36º	Cocalzinho de Goiás (GO)	0,78	0,596	0,735	0,704	110
3.052º	37º	Alexânia (GO)	0,796	0,629	0,664	0,696	87
3.064º	38º	Água Fria de Goiás (GO)	0,763	0,601	0,722	0,695	118
3.067º	39º	Cabeceiras (GO)	0,8	0,608	0,677	0,695	235
3.395º	40º	Vila Boa (GO)	0,738	0,582	0,703	0,674	156
3.546º	41º	Mimoso de Goiás (GO)	0,716	0,568	0,709	0,664	126

(1) O trajeto escolhido é o mais curto entre as duas localidades

Fonte: PNUD/ONU e IBGE/Cidades-Mapa Rodoviário
Elaboração: Jean Camargo

No Plano Piloto, a qualidade de vida urbana atinge os parâmetros de países de primeiro mundo²¹, ao passo que em outras localidades, nas cidades-satélites, a perspectiva é menos promissora. O fato é que as cidades-satélites estão longe de incorporarem o “planejamento urbano” do Plano Piloto de Brasília em seus anseios urbanísticos.

²¹ O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Plano Piloto (0,936) é superior ao de países como Holanda (0,935), Japão (0,933) e Filândia (0,933), reconhecidos por se apresentarem entre os dez países com maior Desenvolvimento Humano do mundo (Fonte: Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central, 2003).

Intensifica ainda mais o contraste entre crescimento desordenado das cidades-satélites e o planejamento rigoroso do Plano Piloto. Esse contraste é percebido como uma marca da segregação sócio-espacial.

1.7. Plano urbanístico e construção de um *apartheid* tupiniquim

Brasília foi uma cidade construída segundo o modelo “*high-tech*” da arquitetura moderna. Um marco na concepção de arquitetura e de cidade que não encontra paralelo em modelos exteriores. Representa um ponto de inflexão no processo de autonomização do planejamento urbano no país.

O geógrafo e sociólogo urbano David Harvey (2009), ao estudar a condição de vida pós-moderna, observou que os modernistas sempre buscaram fincar seus olhos no futuro. Diferentemente dos modelos da sociedade contemporânea, na qual “torna extremamente difícil” qualquer planejamento de longo prazo. Isto pode muito bem explicar por que indivíduos contemporâneos se preocupam tanto com o presente (*Carpe Diem*) e menos com o futuro. Para Harvey, estamos vivendo no mundo do indivíduo *blasé*. Uma sociedade de efêmeras imagens criadas: do simulacro, no qual imagem original e cópia dificilmente são distinguidas. Onde a estética triunfa sobre a ética.

Brasília é fruto de um plano modernista. Pensada para o futuro. Com o tombamento do Plano Piloto em Patrimônio da Humanidade pelos organismos internacionais e nacionais (UNESCO e IPHAN) no ano 1987, sua futuridade está praticamente assegurada.

O Plano Piloto de Brasília é, de acordo com Nunes (2004, p.14), “*onde habita parcela importante do funcionalismo público federal e do próprio Governo do Distrito Federal, especialmente seus escalões superiores. Este dado caracteriza a área como espaço socialmente homogêneo, ou, pelo menos, com grau de homogeneidade acima da média das demais cidades brasileiras*”.

Se se observa o modelo da cidade, nota-se que é segregador. É um espaço por excelência do indivíduo *blasé* de Simmel (1979). Indivíduo, que vive na cidade, não

consegue se relacionar com todas as pessoas, e como o espaço físico do Plano Piloto também não facilita as interações sociais urbanas, ele é obrigado a se resguardar e poupar energia para usá-la em suas ações egoístas. E o meio de fazê-lo, para defender-se dos seus diferentes (todos estranhos a ele), é se resguardando destes. Assim, adota a atitude *blasé*, um fenômeno psíquico reservado à grande cidade e que resulta de estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos. As pessoas *blasés* são as que vivem em perseguição desregrada pelo prazer. Esta vida *carpe diem* agita seus nervos intensamente e o faz experimentar as coisas, sem se importarem com a substância delas, pois deve imperar a estética sobre a ética, aparência sobre a essência. Indivíduo móvel, dessensibilizado cujo modelo coincide com o capitalismo moderno que valoriza no espaço citadino egoísmo e medo do contato (Sennett, 1997).

A concepção do plano urbanístico de Brasília, para Brasilmar Nunes (1997), estrutura um espaço social próximo de padrões de um *apartheid* tupiniquim. Posteriormente, o autor volta criticar tal concepção, argumentando que “*parece óbvio que Lucio Costa pensava no funcionalismo público e nada fez para a multidão que se dirigia para o Distrito Federal a partir de expectativas criadas pelo próprio projeto, seguindo à risca as exigências do edital*” (Idem, 2004, p.58). O geógrafo Aldo Paviani (1997) corrobora a omissão. Quando projetado, estimava-se para o Plano Piloto um total de 600 mil habitantes no ano 2000. A população urbana do Distrito Federal já no ano 1996 tinha atingido 1 milhão e 868 mil habitantes. Treze anos depois, o IBGE (2009) estava que o Distrito Federal esteja abrigando 2 milhões e 700 mil habitantes. População quase cinco vezes maior do que aquela prevista para o Plano Piloto no ano 2000 por Lucio Costa. Esse quantitativo de pessoas começou, portanto, a ser atraído para cidade desde o momento em que se deu o início às obras de construção há mais de 50 anos. São brasileiros de quase todo o território nacional, porém, inicialmente, durante a construção, a grande maioria era indivíduo do sertão nordestino que chegava para fornecer a mão de obras para a construção de Brasília.

Do ponto de vista da organização sócio-espacial, deve-se considerar o processo de urbanização implantado pelo governo federal no Distrito Federal. No entanto, há uma outra particularidade que, segundo Aldo Paviani (1997, p.49), precisa ser ressaltada, isto é, “*a de ter um projeto, não explícito, de exclusão sócio-espacial da população pobre, antes mesmo*

de sua inauguração”. A segregação no território se processou já com os habitantes nos canteiros de obras que se espalhavam em favelas em volta da cidade em construção. Os habitantes iam sendo transferidos pelo poder público para outras áreas, resultando no surgimento das primeiras cidades-satélites (Taguatinga no ano 1958). A partir dos anos 1960, o Governo se viu obrigado a preparar outras localidades, como Ceilândia, Sobradinho e Gama para moradores que o Plano Piloto de Brasília não “queria” abrigar.

Com base nas considerações de autores como Nunes e Paviani, percebe-se nitidamente a incapacidade do planejamento em tratar os chamados excluídos, a população pobre. No que tange as desigualdades sociais e condição de vida das famílias, parece não haver diferença entre o Distrito Federal e grandes cidades do país. Todavia, a distância que separa o Plano Piloto e suas cidades-satélites não pode ser medida em Km (quilômetros), visto que é de outra ordem, de ordem social. O planejamento racional de Brasília possui limites marcados espacial e socialmente. Um reflexo de aglomeração urbana de países periféricos.

CAPÍTULO 2 - PAIXÕES TRISTES E MEDOS URBANOS

2.1. Os medos urbanos como objeto da sociologia

O estudo sobre medos urbanos nos conduz a uma perspectiva sociológica que rompa fronteiras abismais entre indivíduo e sociedade. O sociólogo francês Bernard Lahire é um autor interessante por mostrar que “*o mundo social está tanto dentro de nós como fora de nós*” (Idem, 2004, p.12). Procura conjugar em suas análises indivíduos e sociedade por acreditar que o indivíduo está na sociedade do mesmo modo que a sociedade está no indivíduo. Mas para perceber sensações psico-sociais é preciso colocar essa discussão dentro de um modelo de sociedade que aceite aspectos psicológicos e sociológicos não como antagônicos, mas complementares. A concepção da sociologia de Simmel (2006) comporta esse aspecto. Para ele, a existência humana só se realiza nos indivíduos. As ações dos indivíduos surgem de impulsos e da busca por certas finalidades. Sociedade é caracterizada, num sentido mais amplo, pela interação psíquica entre indivíduos ligados uns aos outros pela influência mútua. É algo que os indivíduos fazem e sofrem ao mesmo tempo.

Na sociologia convencional ou tradicional, as emoções (enquanto comportamentos e afetos dos indivíduos) não constituíam objetos sociais. No entanto, como, para Lahire, é o ponto de vista sociológico que cria o objeto, as emoções podem ser, em sua teoria, reapropriadas pela perspectiva sociológica. Ao introduzir o livro *A Cultura dos Indivíduos*, Bernard Lahire explica que essa obra se origina do objetivo de produzir um conhecimento sociológico das práticas culturais francesas que conserve uma forte base individual ou que leve em consideração a escala especificamente individual da vida social. Ressalta que um mesmo indivíduo pode praticar isto e aquilo (por exemplo, golfe e futebol), gostar disto e também gostar daquilo. Um mesmo indivíduo pode frequentar uma determinada instituição cultural ao mesmo tempo em que frequenta um outro local de espetáculo por exemplo. Os indivíduos são múltiplos em suas atividades e preferências. Ao buscar romper com as dicotomias clássicas herdadas pela sociologia, suas pesquisas têm possibilitado avançar na apreensão, por um lado, dos patrimônios individuais de disposições e de competências

culturais incorporadas mais ou menos homogêneas ou heterogêneas, e, por outro lado, das propriedades dos diversos contextos de práticas que entram mais ou menos em harmonia ou em contradição com esses patrimônios individuais de disposições e de competências.

Segundo Lahire (2004), nos trabalhos de Pierre Bourdieu se pode encontrar um inquestionável esforço de explicitar a ação em matéria de teoria disposicionalista. Esse esforço é evidente nas noções de interiorização das estruturas objetivas, na incorporação das estruturas objetivas, das estruturas sociais, de esquema, de disposição, de sistema de disposições, de fórmula geradora, na incorporação de princípio gerador e unificador, ou na transferibilidade dos esquemas ou disposições.

No entanto, Lahire, mesmo sendo um dos principais “discípulos” de Pierre Bourdieu, não se exime de tecer duras críticas a “seu mestre”. As críticas de Bernard Lahire têm sido destinadas à teoria da ação, segundo a qual contexto e *habitus* converter-se-iam em práticas. Para o “discípulo” de Bourdieu, não devemos objetivar apenas descrever atores movidos por puras e simples “determinações internas”, nem mesmo desejar que as disposições mencionadas nas suas discussões sejam reduzidas às “rotinas”. Sua justificação é de que, nas atividades de um indivíduo estudado (pesquisado), uma disposição somente se revela através da interpretação de múltiplos traços, por vezes, coerentes ou contraditórios. Esses traços podem ser apreendidos a partir da observação direta dos comportamentos, do recurso ao arquivo, ao questionário ou à entrevista sociológica.

Por tomar conhecimento da escolha interacionista simbólica, conforme salientou o sociólogo Renato Ortiz (1983), Pierre Bourdieu acabou se diferenciando de Émile Durkheim, de Max Weber e de seu discípulo Alfred Schutz. Bourdieu não apenas reproduziu os argumentos desenvolvidos pela escola fenomenológica, mas procurou, sobretudo, superá-los.

Em outro contexto²², chamei a atenção para o fato de que embora Bourdieu buscasse um equilíbrio entre a ação orientada pela estrutura e a ação construída pelo próprio sujeito, seu conceito de ação continuou se aproximando mais do modelo durkheimiano que do interacionista. A ação que é sempre antecedida e orientada pelo

²² Cf. Camargo, 2009.

habitus encontra forte convergência com a noção de Durkheim para o qual o indivíduo é apenas um executor de normas. E desse modo sua ação pode ser deduzida de um sistema objetivo de representações encontrado fora do alcance do ator social.

Durkheim (2003), por exemplo, defende que mesmo quando os compromissos do indivíduo estão de acordo com seus sentimentos próprios, quando sente a realidade inteiramente, a realidade sentida não deixa de ser objetiva, porque não foi o indivíduo que estabeleceu aqueles sentimentos. A ação do indivíduo bourdieusiano contém uma “intenção objetiva” que ultrapassa sempre as intenções conscientes. Ela é concretamente realizada pelos indivíduos, mas as chances de efetivá-la se encontram objetivamente estruturadas no interior da sociedade. Segundo Bourdieu (2007, p.58), “*a intenção de distinção aparece com o estetismo pequeno-burguês que, eleitando-se com todos os substitutos pobres dos objetos e das práticas chiques define-se contra a ‘estética’ das classes populares ao rejeitar seus objetos de predileção*”. Neste ponto, pode-se notar a afinidade com Durkheim.

A principal diferença entre ambos reside no foco que cada um adota para observar a realidade social. Enquanto Durkheim procura focar a sociedade cujo todo (o social) não é (ou não é o mesmo) a mera soma das partes (os indivíduos), Pierre Bourdieu, tendo em seu horizonte o embate objetivismo/subjetivismo, direciona seu foco a “grupos sociais diferentes” ou “classes sociais virtuais”, e não a sociedades.

Os sentimentos e sensações são temas tratados por Durkheim. No entanto, as sensações só teriam objetividade se fossem originalmente sociais. Medo e sofrimento sentidos por um indivíduo se constituíam como tema da sociologia enquanto sensação ou sentimento coletivo. A perspectiva do indivíduo aparece, portanto, reduzida à objetividade da sociedade.

Bernard Lahire (2006) observa que a sociologia sempre teve relações complexas com a noção de “indivíduo”. Para ele, pode-se dizer que a sociologia durkheimiana se afirma justamente pelo abandono das realidades individuais.

A respeito da intencionalidade e autoria da ação, Giddens (2003), que também tem a ambição de equilibrar ação/estrutura, percebe que a intencionalidade se caracteriza por

um ato em que seu perpetrador sabe, ou acredita, que terá uma determinada qualidade ou desfecho e para isso utiliza conhecimento. Para Bourdieu, ao contrário, quase sempre o indivíduo não tem escolha durante a realização da ação. E por isso, não devemos falar da intenção do ator, mas sim das disposições que orientam sua ação.

Diferentemente, Giddens (2003) percebe que há circunstâncias na vida social coercitivas que impedem que os indivíduos façam suas próprias escolhas. Contudo tais situações não devem ser relacionadas à dissolução da ação como tal. Para ele, o ser humano é um agente intencional. Sua ação ocorre como um fluxo contínuo de conduta, assemelhando-se à sua cognição. No entanto, Giddens ressalta que a ação intencional do ser humano não se compõe de uma série de intenções, razões e motivos isolados.

O Sujeito de Giddens é mais ativo do que de Bourdieu. De fato, parece haver uma previsibilidade da ação de um indivíduo de uma classe bourdieusiana, já que o estilo de vida e o *habitus* estão perfeitamente conjugados. Não obstante, embora reconheça o dualismo segundo o qual a ação orienta e é orientada, Giddens concebe o sujeito de modo oposto à concepção de Bourdieu. Mas, o ativismo de seu agente precisa ser contextualizado, já que o pensamento do sujeito ativo, para Giddens, é contextual.

A ação em Giddens tem similaridades com a noção de linguagem de Chomsky (1969), para o qual linguagem é atividade e não produto. O mesmo se poderia pensar da ação em Bourdieu, visto que o *habitus*, para ele, não é autossuficiente para gerar a ação. Uma hipótese óbvia seria que a ação é também uma atividade do sujeito. Mas, raramente, em Pierre Bourdieu, a ação e representações presentes constituem uma atividade do indivíduo. Considera a ação estruturada por meios sociais passados e orientada pelas disposições.

Não tenho dúvidas de que Bourdieu e Giddens são dois dos autores mais importantes da sociologia contemporânea. Todavia, essa discussão, na qual foi incluído Chomsky, fez-nos perceber aspectos sutis nas teorias deles. A obra de Bourdieu nos dá uma sensação de algo “fixo”, como uma casa bem presa ao solo (uma casa de alvenaria que depois de construída, seus idealizadores digam para futuros moradores: “agora pintem da cor que quiserem!”). Isto dá uma falsa sensação acerca da autoria do ato, já que por mais que se mude a decoração ou transforme alguns cômodos, a casa terá “sempre” o

esqueleto original. Talvez seja por isso que alguns de seus estudiosos, principalmente depois de sua morte, passaram a criticar a ausência da noção de mudança em sua teoria.

Por outro lado, a obra de Giddens leva o leitor a certo incômodo. Sua teoria parece estar continuamente em movimento. Mas não um movimento desorientado. Seria como um dirigível preso ao solo por três cordas. O balão permanece em constante movimento, desce, sobe, movimenta-se para um lado, para o outro. No entanto, a mudança em Giddens também não é tão clara assim como podem sustentar algum de seus seguidores. A vida é uma rotina para Giddens, um movimento que não leva a lugar algum. A mudança, para ele, ocorre se as cordas do dirigível forem cortadas ou estouradas. Ou seja, a mudança está sempre a depender de algo, de fenômeno ou de uma força externa.

Bernard Lahire tem minado essa dicotomia entre a “ação orientada e ação construída” e, com isso, vem avançando nesta empresa que Giddens e Bourdieu tinham defendido para si. Além disso, não abre mão do tema da “mudança social” em sua teoria. Lahire explica que, embora certos *habitus* possam ter sido duravelmente instalados no corpo de um indivíduo, não há garantias de que todos indivíduos irão sempre se conformar com os *habitus* herdados. Há possibilidade de “mudança”. Defende que pode haver indivíduo que (em função de um casamento, de um nascimento, de divórcio, da morte de um parente próximo ou de um novo trabalho) desejará se livrar daqueles hábitos por passarem a considerá-los como “maus hábitos”. As coisas se passam como se a nova situação possibilitasse ao indivíduo sentir uma parte de suas disposições ou hábitos como estranhas a si mesmo.

Segundo Lahire (2004), não se pode falar de “indivíduo”, pois existe “indivíduo” e “indivíduo”. Salienta que, por mais concreto e evidente que possa parecer, o indivíduo é um fato a conquistar e a construir e não a “registrar” como uma mera evidência. Em outro momento (Lahire, 2006), o autor ressalta que, raríssimas vezes, os sociólogos voltaram suas atenções para variações interindividuais e intra-individuais que eram estudadas em certos setores da psicologia.

Os pesquisadores, em suas batalhas, visando conquistar o monopólio de variação e da escala de contextualização de comportamento, excluía, de forma bastante radical, as variações intra-individuais do raciocínio sociológico ordinário. Raras foram as vezes em

que se tinham explorado as sutilezas intraindividuais em contextos socioeconômicos, culturais, regionais e mesmo familiares.

Além desses aspectos negligenciados pelos sociólogos, penso que a sociologia contemporânea, representada por Giddens e Bourdieu, contextualiza a relação indivíduo e sociedade a partir do ponto de vista da ação social. O tema da sensação e sentimentos permanece ofuscado nesse debate, não lhes parece relevante. Na sociologia de Durkheim e Bourdieu, o “social” permanece como fonte de objetividade. Nesse sentido, as ações e sensações indivíduos não seriam objetivas em si mesmas e apenas adquiriam objetividades para a disciplina da sociologia enquanto reduzidas à sociedade ou às disposições de classes sociais.

Lahire salienta que, muitas vezes, defendeu-se que a coletividade “pensasse conscientemente”. Todavia, ele gostaria de saber que lugar é esse onde a coletividade pensa conscientemente. O autor está de acordo que não se inventa a cada geração uma nova língua, o direito, a moeda, o casamento etc., ou seja, uma nova geração, quando surge, não inventa o conjunto de instituições econômicas, políticas, culturais, religiosas e morais que são herdadas e às quais os indivíduos irão aderir e compor, mesmo sem se darem conta.

Os indivíduos só podem dotar-se de representações sociais por meio dos discursos sobre o mundo social, entre os quais se destacam os discursos religiosos, políticos, jornalísticos, filosóficos, literários ou científicos. É evidente, portanto, que do ponto de vista de cada indivíduo que nasce as coisas existem antes e fora dele. Todavia, o autor questiona que se todas as instituições mencionadas funcionarem independentemente dos usos que cada indivíduo faz delas, elas não existiriam fora dos usos que milhares de outros indivíduos fazem.

Para Lahire, o social não é logicamente distinto dos indivíduos, e, por isso, não vê onde se apóia esse, tão renomado e defendido na sociologia, “fora dos indivíduos”. Ao personificar o “fora dos indivíduos”, ou seja, os coletivos, estar-se-iam dotando os grupos ou instituições de propriedade atribuídas inicialmente aos indivíduos. Somente os indivíduos podem ter consciência, pensamento, intenção, vontade, espírito, sentimentos, etc. Deste modo, somente os indivíduos podem sentir medos nos espaços urbanos. Essas

sensações não são intrínsecas aos espaços urbanos. Por isso, personificar o coletivo é, segundo Lahire (2006), a melhor maneira de desprezar os indivíduos enquanto produtos sociais. E isso o sociólogo deve evitar.

Portanto, a objetividade das sensações como medos reside nos indivíduos. Segundo o autor, há um enorme buraco em matéria de construção sociológica do indivíduo, como também das sensações que apenas esses podem expressar. Seu programa científico da sociologia psicológica tem a ambição de tapar essa lacuna. Bernard Lahire (2008) ressalta um redirecionamento na perspectiva dos estudos sociológicos: a transição do paradigma do “indivíduo socializado” para o “social individualizado”. O desafio que a sociologia não deveria abandonar ou dar como suposto é a relação entre indivíduo e sociedade. De acordo com a proposta do autor, o interesse da sociologia psicológica incidiria sobre o indivíduo e tentaria apreender os processos sócio-cognitivos. A realidade social seria considerada sob o ponto de vista da incorporação. O social individualizado seria o social refratado em um corpo individual, concebido tal como se manifesta nos indivíduos.

O indivíduo retomado como o centro do interesse sociológico deixa de ser um átomo ou matriz corporal da análise sociológica para ser visto como um produto complexo de múltiplos processos de socialização. Esse redirecionamento de perspectiva causaria uma transformação nos métodos, nos conceitos e nos modelos de análise sociológica. A perspectiva do social individualizado permite perceber as estruturas emotivas e sensíveis como socialmente engendradas e refratadas pela vivência individual. Focaliza os desdobramentos individuais do social. Essa perspectiva é mais apropriada para constituir os medos urbanos como objeto da sociologia.

Discutir os medos urbanos nos remete diretamente à relação entre indivíduo e sociedade. Apenas os indivíduos podem sentir e sabem quais são os medos que os atormentam. Os medos urbanos, por exemplo, são afetos individuais que possuem uma configuração social por estarem ligados a processos sociais: *“Os indivíduos são aquilo que suas múltiplas experiências sociais fazem deles. Assim, longe de ser a unidade mais elementar, o indivíduo é, sem sombra de dúvida, a realidade social mais complexa a ser apreendida”* (Lahire, 2008, p.376). O indivíduo é fruto de todas as experiências vividas em múltiplos contextos. O indivíduo se constitui a partir de experiências sociais múltiplas.

As experiências em cidades, para nós, seriam igualmente múltiplas. Isso pode muito bem explicar por que os entrevistados que migraram de cidades interioranas para morar no Plano Piloto de Brasília pensam diferente daqueles que saíram de grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. As sensações de medo são individuais e singulares porque são configuradas de acordo com essas experiências.

Medos, insegurança e indiferença são sentimentos experienciados individualmente. Somente os indivíduos podem-nos dizer se sentem ou não medos de algum espaço da cidade. Se sentem ou não inseguros na vida cotidiana. Se temem ou confiam em outros indivíduos da cidade.

Enfim, precisa ficar claro aqui que, nesta pesquisa, além procuramos seguir a proposta do sociólogo francês Bernard Lahire em sua busca por apreensão de processos sociais a partir de sensações individuais, buscaremos também introduzir essa reflexão no dentro do modelo de sociedade de Simmel. É capital a maneira como Simmel observa sociedade a partir de interações psíquicas e parece adequar-se a nossa proposta de apreender os sentimentos e sensações de indiferença, insegurança e medos dos indivíduos que habitam o espaço urbano de Brasília.

Todavia, essas assertivas ainda não parecem ser esclarecedoras dos motivos pelos quais atentaríamos neste trabalho às sensações e não apenas às percepções dos indivíduos em seu cotidiano citadino. Se fechássemos aqui o capítulo, continuaria pairando no ar dúvidas como “por que tais sentimentos interessariam a um sociólogo?”. Por pensarmos que, embora a origem dos medos seja um mistério aos indivíduos seus medos são mobilizados, atualizados e materializados. Os medos se relacionam a experiências individuais em diferentes espaços urbanos.

Embora seja uma sensação experimentada individualmente, não se pode negar que quando confirmado por um grande número de pessoas, os medos parecem conseguir modificar a imagem do espaço citadino construído e vivido, construindo uma nova classificação (positiva ou negativa), para os espaços de sua cidade. Podem também ensejar a classificação de indivíduos.

Embora em Durkheim e Mauss (1999) as classificações tenham um fundamento social, o modo como essas classificações são operadas pelos indivíduos variam conforme as experiências individuais múltiplas na cidade. São essas experiências individuais que atribuem forma e conteúdo para essas classificações de espaços e indivíduos. Aqueles clássicos já haviam chamado a atenção para o fato de que é o valor emocional das noções de cada região que desempenha função significativa na maneira como as idéias se aproximam ou se separam. É o modo como se dá a aproximação ou a separação que serve de caráter dominador no processo de classificação.

2.2. Paixão triste: uma concepção filosófica de medo

A temática do medo é discutida pela filosofia e é incorporada em um sistema de afetos humanos. A filósofa Marilena Chauí (1987) nos interessa, propriamente, nesta discussão sociológica por nos fazer perceber a origem e os efeitos dos medos urbanos sempre articulados a outras paixões: *“Articulam-se a outras para formar verdadeiro sistema do medo, determinando a maneira de sentir, viver e pensar dos que a ele estão submetidos”* (Ibid, p.56). Pelo fato do sistema do medo flutuar entre esperança e desespero desencadeia outras paixões tristes. O medo, para a filósofa, nasce da experiência imaginativa.

Chauí, seguindo a lógica de pensamento filosófico de Espinosa acerca das paixões humanas, defende que os medos nascem da tristeza. Ódio, desespero, humildade, remorso, inveja, abjeção, despeito, comiseração, vergonha e arrependimento também compartilham a mesma origem.

Medos e as outras paixões tristes são as emoções mais violentas e agitadas que os indivíduos experimentam. Por nascerem da tristeza, são os afetos que mais enfraquecem o ânimo e deixam os indivíduos ontologicamente inseguros.

Alegria, tristeza e desejo são os afetos originais. O sistema do medo é constituído a partir de um conjunto de paixões articuladas no interior da tríade *alegria, tristeza e desejo*.

A esperança, por exemplo, é uma *alegria* (afeto original) instável que nasce da ideia de uma coisa do futuro ou do passado. Já o medo se diferencia da esperança por ser uma *tristeza*. Não obstante, se assemelha por ser também um afeto instável que nasce da ideia de uma coisa futura ou passada. Esperança e medo são afetos antagônicos, mas que mantêm entre si uma relação de interdependência. Não há esperança sem medo, nem medo sem esperança.

Segundo a lógica proposta por Chauí, quando os indivíduos de uma sociedade se sentem muito inseguros, significa que estão profundamente tristes. Para ela, a *segurança* é uma alegria (afeto original) que provém de uma coisa do passado ou do futuro sobre a qual não há dúvida. O desespero também se origina de uma certeza. Mas, ao contrário da segurança, não é uma *alegria*, e sim uma *tristeza*. É a ausência de dúvida a causa da segurança ou do desespero. Desespero e segurança se aproximam na medida em que referem ao passado e ao futuro quando sobre eles não pesam dúvidas.

Enquanto a segurança nasce da esperança, o desespero nasce do medo. Isso acontece porque os indivíduos imaginam algo que aconteceu no passado ou que poderia ocorrer no futuro e tomam como fatos reais que fazem parte do contexto presente de suas vidas. Os indivíduos vivem no tempo/espço presente que é um vazio a ser preenchido pelos afetos originais ou secundários.

Junto com ódio, o medo é a mais triste das paixões tristes. É o caminho de toda servidão. Há uma cultura do medo, segundo a filósofa, em nossa sociedade que também é cultura da culpa. Essa ideia coincide com a observação de Freud (1974b) sobre o sentimento de culpa. Para ele, esse sentimento tem origem ou no medo de uma autoridade, ou no medo do superego. Os dois obrigam uma renúncia instintiva. Mas, o superego vai um pouco além ao exigir também punição.

Sentimento de culpa, para Freud, é uma variedade da descrição orgânica e minuciosa de uma ansiedade sintomática que, em determinada ocasião, toma posse da totalidade da consciência. Freud percebeu o sentimento de culpa como o mais importante problema no desenvolvimento da civilização de sua época: “*O preço que pagamos por nosso avanço em termos de civilização é uma perda de felicidade pela intensificação do sentimento de culpa*” (Ibid, p.158).

A cultura do medo ou da culpa também tem, para Marilena Chauí (1987), sua origem no exterior da consciência. De fora para dentro da consciência é o caminho que a cultura do medo segue. O mal viria de fora e poderia entrar no indivíduo. A cultura do medo se iniciou com o medo do mal externo. O inimigo externo seria a própria imagem desse mal e, por isso, causaria medo. O medo, portanto, vem do exterior e incorpora no interior de cada ser humano.

A partir das especulações filosóficas e sócio-filosóficas de Chauí e Bauman (2009), pensamos que vivemos numa “era” da segurança onde quem controlar os medos (e, por conseguinte a esperança e as saídas) controlará também o projeto sócio-político das cidades. Diferentemente de Chauí (1987), contudo, Bauman (2009) pensa que os medos modernos tiveram início com a redução do controle estatal e com o aumento do individualismo. A insegurança moderna, em várias manifestações, seria caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos.

Para Chauí, as classes dominantes temeriam à desobediência, revolta e a perda do prestígio e do poder. Mas, segundo ela, nada causa mais medo na cidade do que a igualdade social. Desespero seria o sentimento dos poderosos, se não restasse dúvida de que todos tornariam iguais. Seria um risco à posição, já que iguais podem rivalizar entre si. O sociólogo francês Pierre Bourdieu (2007), na célebre obra *A Distinção*, onde procura demonstrar que os bens culturais também possuem uma economia, chamou a atenção para uma necessidade de distinção relacionada, principalmente, às algumas classes e defendidas por elas.

Para Bourdieu, as preferências manifestadas são afirmações práticas de uma distinção inevitável. Os gostos de um classe seriam, antes de mais nada, aversão produzida a partir de horror ou de intolerância visceral aos outros gostos, ou seja, aos gostos dos

outros. Essa intolerância exerce violências terríveis. O horror pelos estilos de vida distintos se transforma numa das mais fortes barreiras entre classes. É a partir dessa forte aversão que, segundo Pierre Bourdieu, aqueles que julgam ser detentores de um “gosto legítimo” defenderão que os gostos devem continuar separados. Estaria aí a causa do conflito instaurado entre classes, ou seja, conflito como consequência do desejo de distinção.

Além de referido desejo de distinção, os indivíduos, segundo Bauman, nutririam suspeitas com relação aos outros indivíduos, diferentes e distantes. Segundo Bauman (2009), os indivíduos contemporâneos suspeitam das intenções uns dos outros. Recusam confiar na regularidade da solidariedade humana. Bauman (2008) e Michauld (1989), assim como já faziam os frankfurtianos Adorno e Horkheimer (1985), procuram tecer duras críticas à onda de “esclarecimento” que televisões de vários países, através de *reality show*, têm procurado passar. O que está implícito nas mensagens é que todas as pessoas, sem exceção, podem ter sido recrutadas para servir ao mal. Querem vender aos telespectadores as idéias de que nunca se deve confiar em ninguém e de que os olhos precisam estar sempre bem abertos, sem jamais relaxar a vigilância.

Medo, para Bauman (2008), é um nome dado à *incerteza*: a ignorância da ameaça e do que deve ser feito. Na maior parte do tempo, os “outros”²³ representavam uma ameaça vaga e difusa. A presença de “outros” não corroboraria um sentimento de segurança ou garantias contra o perigo. Manter a distância dos estranhos ou dos diferentes “de mim” torna-se uma prática corrente nas cidades. Em consequência disso, alguns indivíduos, principalmente aqueles mais beneficiados pelo capital econômico, veem-se “obrigados” a investir parte de seu capital em segurança privada e arquitetura de *bunker*²⁴. Autossegregação se transforma em proteção. Há uma crença de que o futuro de nossas sociedades é incerto. A fragilidade da posição social e a insegurança da existência têm convergido para uma busca desenfreada por segurança pessoal (Bauman, 2009). São situações desse tipo que, segundo o autor, incitam à segregação-exclusão.

A insegurança é uma consequência da promessa utópica da “segurança total” (vida completamente livre do medo) anunciada gratuitamente nas sociedades modernas cuja

²³ “Outros” é entendido por Bauman como *estranhos*, anônimos, os “sem face” que circulam em torno das grandes cidades ou com quem se cruza constantemente.

²⁴ *Bunker*, em arquitetura militar, são unidades de defesa ostensivas geralmente construídas em concreto e contam com aberturas que possibilitem apenas o fogo de armas leves ou de artilharia.

lógica da ordem deveria se estabelecer como expressão do urbano.

Freud (1974b), ao observar a sociedade de sua época, evidenciou que foi necessário ao homem civilizado trocar uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança. Era preciso pagar esse preço para que houvesse avanço em termos de civilização. Para Freud, os indivíduos conseguiriam viver seguros, se não pudessem abrir mão de uma parcela de suas possibilidades de felicidade, ou seja, dos intensos sentimentos de prazer. Bauman (1998), no entanto, observa que, na sociedade contemporânea, tem havido uma inversão dessa lógica freudiana. A publicidade vem compelindo os indivíduos a satisfazer intensamente seus impulsos e, com isso, obrigando-os a trocar uma parcela de possibilidade de segurança por uma parcela de felicidade.

Bauman (2008) defende que a experiência de insegurança nas cidades contemporânea é aparentemente incurável, em especial, a variedade moderna de insegurança marcada pelo medo da maleficência humana, dos malfeitores humanos, ou seja, pelo medo dos “outros”, dos “estranhos”.

Brasília é uma cidade sobre a qual há uma grande preocupação com segurança e, por isso, conta com um grande número de militares²⁵ no seu território. Existem muros simbólicos que cumprem essa função de segurança e controle de modo tácito. A arquiteta-urbanista Raquel Rolnik (1999) nota que o processo de tombamento com objetivo de transformar cidade em patrimônio histórico tem insitado um desejo por condomínio de espaços exclusivos e protegidos como dos condomínios fechados. Para ela, esse processo de construção de condomínios fechados se trata de uma pura e simplesmente materialização das muralhas na cidade que já estavam presentes na lei e no imaginário urbano. Todavia, os muros de concretos com circuitos eletrônicos de controle e segurança revelam também um desejo de evitar a presença de “estrangeiros” nos bairros ou nas cidades.

²⁵ Para se ter uma idéia, só policiais militares eram 14.913 agentes para servir a população do Distrito Federal, mas esse número pode sofrer um acréscimo, pois houve um novo concurso no segundo semestre do ano 2009 (Fonte: sítio www.pmdf.df.gov.br). Temos que lembrar apenas uma parte desse efetivo, a elite policial, habita o Plano Piloto de Brasília. Isso serve para os agentes polícias da elite da Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar. Habitam o Plano Piloto também militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, agentes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, bem como agentes da Polícia Legislativa.

É irônico, mas pode ser que com a “intensificação” dos sentimentos do medo e da insegurança, os moradores de Brasília resolvam especular a efetivação transformação de “sua” cidade em condomínio horizontal. Talvez valha a pena também passar a registrar a entrada, nos postos policiais das Estradas Parques, de trabalhadores e visitantes. Deste modo, ficaria mais fácil controlar a entrada dos “estranhos”.

Deixando as ironias e especulações de lado, penso que o argumento da insegurança nas grandes cidades contemporâneas e a violência urbana não são suficientes para circunscrever o tema dos medos urbanos.

Considero fundamental reafirmar a perspectiva de Lahire para apreender os medos urbanos como sensações individuais de constituição múltipla. As vivências dos indivíduos no espaço urbano configuram os medos urbanos. Em nossa pesquisa, percebemos que os indivíduos moradores do Plano Piloto elaboram no plano das representações uma cartografia do medo e figuras de perigo materializadas e personificadas.

Os medos da violência urbana não é, portanto, a única chave de explicação para o distanciamento entre as pessoas da metrópole. O indivíduo *blasé* de Simmel do século XX e a cidade de Veneza do século XVI, relatada por Sennett, são maneiras de tratar a segregação sem passar necessariamente pela questão da violência urbana. A segregação, por exemplo, integra o processo de configuração da metrópole: seus projetos e sua transformação pelos agentes, o processo migratório, a formação dos espaços de distinção social e simbólica, bem como a consolidação do *ethos* do agente metropolitano. Refutamos o argumento da violência urbana, pois, para nós, parece ser uma das justificativas possíveis contemporâneas para as medidas de distanciamento e de segregação entre classes no espaço urbano e tende a encobrir outros processos, como de classificação e distinção, que temos a ambição de trazer à superfície.

2.3. Medos urbanos e as cidades contemporâneas

Em Agosto do ano 2009 foi ao ar um programa de reportagem dedicado exclusivamente ao tema do medo²⁶. Argumentava-se que o medo que seria um sentimento “natural” de “preservação da espécie” e “fundamental” para a sobrevivência humana, estava manifestando-se em “doenças contemporâneas”. Nas grandes cidades, o medo teria crescido em consequência da elevação da ansiedade dos indivíduos por causa da violência desenfreada.

O programa procurava sustentar que os medos haviam gerado problemas rotineiros de saúde e vinham repercutindo no cérebro, provocando insônia e depressão, no coração gerando arritmia e hipertensão, e no sistema gastrointestinal, causando indigestão e colite (inflamação do cólon). Drogas alotrópicas, terapias, “não confiar em ninguém”, instalar aparatos tecnológicos, como câmeras e cercas-elétricas nas residências eram profilaxias recomendados aos telespectadores por profissionais de saúde. Muitos indivíduos de grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro testemunharam a cura da “doença” depois do acompanhamento com um ou mais desses “medicamentos”.

Esse exemplo de noticiário cotidiano ressalta o suposto biológico e quase instintivo de uma noção de medo, mas a contextualiza no plano dos fenômenos urbanos. O estilo de vida das cidades contemporâneas, segundo a referida reportagem, estaria intensificando os medos nos indivíduos. Esse tipo de discurso deixa subentendido que os medos são produzidos no mundo social e urbano.

Em pesquisa desenvolvida na França, na segunda metade do século XX, Sebastian Roché (1993) observou que sentimentos de medos urbanos e insegurança são acompanhados por uma vontade de limitar os acessos à cidadania dos “estranhos”, como também por um desejo de cercar a “*polis*”. Os entrevistados de Roché mostravam-se receosos de incivilidades e de delinquências. Por detrás desses receios, havia o medo dos indivíduos de classes populares, em especial, do migrante pobre que chegava para “consumir” uma cidade que o cidadão francês considera dele. O migrante pobre e estranho, por não ser cidadão francês, gera medos, já que é tido também como portador de incivilidades e delinquência.

²⁶ Programa *Globo Repórter*: foi transmitido pela Rede Globo, emissora de televisão aberta do Brasil, no dia 28 de agosto de 2009.

Na França, virou uma regra o distanciamento entre os corpos das pessoas. Quando um corpo toca o outro é como sentir um arranhão numa ferida. A casa, por exemplo, tornou-se gradualmente uma propriedade pessoal e fechada (cercada) onde todo intruso é intolerável. Esse foi o fruto da civilização que exigiu a privatização dos corpos de modo a não mais aceitar o contato corporal entre os indivíduos.

Richard Sennett (1997) percebe que esse distanciamento entre indivíduos aponta um desejo de evitar uma relação mais íntima e profunda. Para ele, os indivíduos modernos passaram a sentir uma necessidade de distanciamento por acreditarem que quanto mais as pessoas se tornam íntimas, mais suas relações ficam dolorosas, fratricidas e dessociáveis.

Os medos de um espaço ou de pessoas que o frequentam ou o habitam são tomados como mote para a construção de muralhas reais e simbólicas que permitem separar os espaços ou conter os indivíduos classificados como perigosos e incitam um desejo de viver entre “iguais”. A antropóloga Rossana Reguillo (2008) defende que o tema do medo deve ser pensado em sua estreita relação com espaço urbano. Os medos constituem uma experiência individual, socialmente construída e culturalmente compartilhada. Não podem ser entendidos de forma unívoca e monocausal. São silenciosos, mas atuantes na vida da cidade. São paixões politicamente canalizadas que põem em crises as esquinas e as fronteiras políticas e geográficas do mundo. Na opinião da autora, os medos contemporâneos estão intrinsecamente relacionados com o contexto de globalização, de “vazio oracular”, gerado pela imposição moderna e o descrédito institucional.

A análise de Reguillo parece aproximar-se dos estudos de Durkheim e Mauss (1999) acerca do processo de classificação de “indivíduos” e de “coisas”. Todavia, no caso de Durkheim e Mauss, o sistema lógico é fundamento do sistema lógico e as classificações, por isso, são determinadas objetivamente pela própria sociedade. Com o propósito de compreender o fundamento das classificações e, em última instância, das representações, aqueles autores clássicos da sociologia vão buscar explicações em sociedades “primitivas” cujas relações eram consideradas elementares. Seus estudos lhes permitiram evidenciar que o fundamento da classificação é a desigualdade social (e esse é o suposto maior do meu uso de classificação nessa pesquisa). Segundo os autores, a sociedade não foi simplesmente um modelo segundo o qual o pensamento classificador teria trabalhado. As primeiras categorias lógicas foram categorias sociais. As primeiras classes de coisas foram classes de

homens. Só posteriormente as classes de coisas foram integradas às classes de homens.

Os homens classificavam as coisas porque estavam agrupados ou divididos em clãs. Eles se viam em forma de grupos o que significa dizer que um grupo se sentia distinto do outro. Para esses clássicos da sociologia, assim como os homens, as coisas não ficam em grupos isolados uns dos outros, mas, pelo contrário, mantêm entre si relações. Um conjunto de grupos de coisas forma um só e mesmo todo. Os homens representam, bem como classificam as coisas por serem sagradas ou profanas, puras ou impuras, amigas ou inimigas, favoráveis ou desfavoráveis, bem como organizadas ou desorganizadas, seguras ou inseguras, limpas ou sujas, perigosas ou inofensivas etc. Os indivíduos consideravam as coisas de uma mesma classe como parentes umas das outras e, por isso, “da mesma carne”, da mesma família.

No processo de classificação, as distinções e as semelhanças entre as coisas eram mais afetivas do que intelectuais. Não obstante, para Durkheim e Mauss, no mundo moderno a afetividade social havia enfraquecido de modo a deixar lugar livre ao pensamento refletido dos indivíduos. Não se sabe até que ponto a racionalidade moderna pode estar desvinculada da afetividade no processo de classificação, principalmente quanto assola os indivíduos. Importa deprender dos supostos de Durkheim e Mauss o caráter afetivo das classificações. Nesse sentido, os medos participariam desse processo de classificação.

Para o psicólogo social Tuan (2005), a tentação de classificar o diferente “de mim” como hostil e subumano é antiga. Nunca está ausente nos indivíduos reflexivos. Esses sentimentos e as classificações reais ficam profundamente escondidos. Somente ganham à superfície situações agitadas e estressantes da vida urbana. Nelas, os “estranhos” ou os diferentes “de mim” são classificados declaradamente como inimigos que devem ser segregados para não oferecer perigo. Reguillo corrobora essa observação de Tuan ao evidenciar que as figuras do medo são projetadas em indivíduos que ameaçam a estabilidade e a ordem.

Reguillo (2008) percebe que os indivíduos personificam seus medos e os representam no espaço urbano. Para ela, todos os medos urbanos percebidos tendem a ser associados a certos atores que são pensados como responsáveis pela deterioração social e pelo caos urbano. Embora Durkheim e Mauss (Idem) defendessem que cada região tem seu

valor afetivo próprio, Reguillo sente a dificuldade de encontrar respostas que lhe permitam perceber claramente o valor atribuído a cada região do espaço urbano pelos indivíduos. Para ela, a relação entre atores e território nunca é transparente. Penso que, por ser mediada por afetos, essa relação é inteligível principalmente aos atores que participam da relação. O pesquisador sente, na maioria das vezes, dificuldade de entender essa relação afetiva dos indivíduos com o espaço urbano por, em certa medida, não compartilhar do mesmo mundo social urbano.

CAPÍTULO 3 - A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Há alguns anos, acompanha-me o interesse por compreender os medos que levam os indivíduos a evitar lugares públicos e o contato com outros indivíduos, e a se isolar em “enclaves fortificados” no sentido empregado por Teresa Caldeira (2000) na obra *Cidade de Muros*. A partir do segundo semestre do ano 2006, aproximei-me do tema quando integrei à equipe de uma pesquisa²⁷ sobre violência urbana na qual estavam envolvidos profissionais de quatro disciplinas: Sociologia, Ciência Política, Psicologia Social e Planejamento Territorial e Regional.

Passei a observar que sentimentos de medos e insegurança eram uma constante nos relatos dos habitantes de regiões metropolitanas e de cidades interioranas. Essa recorrência dos medos em contextos tão díspares e o alto sentimento de insegurança em espaços reconhecidamente seguros continuaram a me intrigar.

No mestrado, por uma “coincidência feliz”, o curso de “Sociologia Urbana” do PPGSOL/UnB aproximou-me dos estudos urbanos sobre Brasília. Durante o curso foi-me apresentado a obra “Carne e Pedra” de Richard Sennett, que embasaria meu projeto de pesquisa. Da obra, interessei-me especificamente pelo capítulo “*O medo do contato*”, que tratava de uma forte segregação sócio-espacial na Veneza renascentista. Ali, além de extrair o mote para construção deste trabalho, pude confirmar meu forte interesse por estudos urbanos sem restringir problemas urbanos ao tema da violência urbana.

Brasília, um espaço considerado seguro, com baixas taxas de crimes violentos,

²⁷ Pesquisa “Violência Urbana no Estado de Goiás”, financiada pelo FINEP. Dentro dos eixos temáticos da pesquisa, interessavam-me particularmente cidades, medos, inseguranças, conflitos urbanos e segregação, representações sociais e meios de comunicação. A pesquisa foi coordenada pela socióloga Dr^a. Dalva Borges de Souza. Com uma metodologia “quali-quantitativa”, buscávamos medir a violência urbana no Estado de Goiás e, para isso, contávamos também com o apoio teórico-metodológico do Observatório das Metrópoles IPPUR/UFRJ. Partíamos da hipótese segundo a qual, neste início de século, nos municípios da Região Metropolitana de Goiânia, como também nas cidades goianas localizadas no entorno do Distrito Federal e, por isso, pertencentes à RIDE/DF, predominaria um modelo de violência, cuja execução se baseia no planejamento, como são os crimes contra o patrimônio. E tínhamos também escolhido para a amostra pequenas cidades que haviam experimentado, na última década, expressivo nível de crescimento socioeconômico, aumento do Produto Interno Bruto e crescimento da população urbana, fundamentando no suposto segundo o qual estaria havendo no Brasil uma descentralização da riqueza e, com ela, também da criminalidade, como atestam o decréscimo dos índices de violência do Rio de Janeiro e de São Paulo e um crescimento desses mesmos índices em cidades do interior desses estados.

surgiu como um campo ideal para o tema que queria investigar. Nessa nova pesquisa, surgiam as problematizações e um modo diferente de olhar para o tema. Os conflitos urbanos e os processos de segregação do espaço urbano foram tomados como um dos fatores cruciais na análise. Sob a orientação do sociólogo urbano Brasilmar Nunes, busquei analisar possíveis relações entre os sentimentos de indiferença, insegurança e medos urbanos e processos de segregação sócio-espacial na cidade de Brasília. Confrontaríamos o mundo social urbano em escala individual.

Confrontar o mundo social em escala individual deveria ser considerado uma “comparação” sociológica, para o sociólogo francês Bernard Lahire (2006). O autor defende a sociologia como uma ciência fundamentalmente da comparação. Na sociologia, “comparação” é, na maioria das vezes, “razão”. Porque são por meio das comparações que os conhecimentos mais significativos podem ser obtidos. O método sociológico comparativo se refere a uma característica essencial do raciocínio sociológico. Lahire explica que a comparação sempre está presente no fazer sociológico. Defende que pode estar implícita, como fizera Durkheim ao estudar o totemismo australiano e descrever o universo mítico das formas elementares da vida religiosa tomando por referência os universos culturais do Ocidente. Mas pode também aparecer explicitamente como método comparativo quando se resolve comparar dois objetos.

Para nossa pesquisa evoluir, restava-nos, todavia, construir uma metodologia para coletar os dados. Brasília faz parte de um universo amostral amplo e seria necessário encontrar uma abordagem que oferecesse mais confiabilidade e decidir se faríamos uma pesquisa quantitativa ou qualitativa.

Ora, a abordagem metodológica a se usar numa pesquisa sempre gerou polêmica no campo das ciências sociais. Nos primeiros anos da sociologia, quando ainda precisava se firmar como ciência, cometia-se um pecado imperdoável quem pensasse estudar uma sociedade sem o apoio da estatística. A análise estatística era vista como o único método cientificamente fidedigno e legítimo. Segundo Norbert Elias (2000), qualquer declaração verbal que não se referisse diretamente a dados estatísticos tornava-se pouco fidedigna, imprecisa e cientificamente suspeita. A quantificação predominava no meio acadêmico. Uma consequência da busca exagerada por uma similitude com as ciências indutivas naturais.

Em outro momento Elias percebeu que, sem o uso das palavras como instrumentos de pesquisa, os números ficavam mudos. A queixa, portanto, era de que os dados quantitativos deixam escapar as sutilezas do objeto pesquisado. Surgia ali alternativa de interpretar a realidade a partir de dados narrativos, coletados através de observação, observação participante, entrevistas etc.

Ocorre que essa abordagem qualitativa “nascia” a partir da obrigação constante de negar o que ela não é: números! É por isso que quando se resolve revisar as abordagens de pesquisa, especialmente, a qualitativa, percebe-se que, na maioria das vezes, ela não é definida por si mesma, mas sempre como um antônimo de abordagem quantitativa. Daí a “prática pedagógica” adotada é determinar o que aquela abordagem não é. Não é um conjunto de procedimentos que dependa fortemente de análise estatística para suas inferências ou de métodos quantitativos para a coleta de dados. O que nos parece ficar nas entrelinhas é que uma “pesquisa qualitativa” sempre espera pela possibilidade de se tornar “quantitativa”, como se sempre estivesse incompleta.

Richardson (1999) nos chamou a atenção para o fato de que as duas abordagens se complementam. Se se procurar seguir fielmente a proposta desse autor, encontrar-se-ia a conclusão de que é quase impossível, neste século XXI, pensar em fazer pesquisa sociológica sem complementaridade de ambos os métodos. Sem o aporte do método qualitativo ao quantitativo (ou o inverso), seria quase impossível uma interpretação fidedigna da realidade social. Esses são um dos argumentos que defendem pesquisa *quali/quant*i como ideal de pesquisa e/ou como sinônimo de confiabilidade.

No entanto, a pragmática de pesquisa e as considerações sobre tempo-espço pareciam refutar esse ideal. Uma pesquisa que busque uma abordagem “quali/quant”i, por exemplo, além de custar muito caro, requeria muito tempo e, principalmente, que o pesquisador dominasse profundamente várias técnicas. Vê-se que, na prática, a questão era bem mais complexa. Não é apenas da ordem do financiamento, como, muitas vezes, vários pesquisadores argumentaram. Há quem diga que, ontem e hoje, algumas instituições estão dispostas a financiar pesquisas sérias, bem estruturadas metodologicamente e, principalmente, que procurem atender às demandas contextuais, tanto teóricas como empíricas.

Para escolher nossos “meios” de pesquisa precisávamos levar em consideração o tempo e os dados. A pesquisa precisava ser desenvolvida de modo a atender ao cronograma. Uma dissertação, durante esse curso de mestrado (2008/2010), era um produto “obrigatório” a ser entregue no 24º, principalmente para alunos bolsistas.

Outra questão relevante se ligava ao próprio objeto. Estávamos em busca de respostas sutis demais para ser coletadas através da aplicação de questionários “engessados”. Seria mais coerente guiar por uma abordagem qualitativa. Embora não fossemos adotar o ideal de pesquisa *quali/quant*i proposto por Richardson (1999), consideramos, ao menos, sua observação acerca da abordagem qualitativa. De acordo com ele, essa abordagem tem a pretensão de compreender detalhadamente significados de dada situação por coleta e análise sistemática de materiais narrativos, processados pelo pesquisador. Estávamos confiantes, na estruturação do projeto de pesquisa, que aquela abordagem ofereceria meios para percebermos o “mundo social” dos indivíduos.

Lahire, na obra *Retratos Sociológicos* (2004), percebe o “mundo social” tanto dentro dos indivíduos como fora deles. Ressalta que, pelo fato do mundo social ter-se diferenciado e tornado tão complexo, brotou uma sensação de que o íntimo, o singular e o pessoal são diferentes da sociedade. Uma crença em dois objetos polares (indivíduo - sociedade), claramente distintos, os quais, por isso, poderiam ser colocados em contraposição. Lahire considera isso uma inverdade. Para o autor, indivíduo (suas subjetividades) e sociedade não devem ser separados. Porque “o indivíduo, o foro íntimo ou a subjetividade como local de nossa liberdade primordial é um de nossos grandes mitos contemporâneos” (*Ibid*, p.XII).

O autor critica que nas ciências sociais toda interpretação que ousou colocar em perspectiva as “representações” dos atores com relação a outros aspectos da realidade não ditos por eles, captados por uma etnografia, estatística ou história, foi tida como violência contra os atores. Sobre a construção do objeto da sociologia, o autor afirma:

Se os objetos de estudo legítimos do sociólogo fossem reduzidos aos objetos designados pelos atores sociais, terminaríamos nos submetendo ao senso comum, e essa submissão já foi explicitamente reivindicada. Uma obra sociológica não se reduziria a construir seus objetos, mas a deixar que os atores definissem os objetos que, posteriormente, seriam descritos ou

explicitados a partir do interior, sem contestação, em uma espécie de hermenêutica do senso comum. (Ibid, p.24)

A pesquisa que deu origem à obra *Retratos Sociológicos* tratava-se de um estudo sobre modos de vida. E através de entrevistas, o autor buscava encontrar sentido ao amplo conjunto das práticas abordadas. Quase todas as entrevistas foram realizadas no domicílio dos entrevistados, durante as quais o pesquisador buscava fazer anotações de cunho etnográfico sobre a forma como o contato foi estabelecido e observar o pesquisado nas refeições ou conversas informais, sozinho ou com outras pessoas, atividades de lazer, para obter informações sobre ele. Buscamos adotar tais técnicas nas entrevistas com os moradores do Plano Piloto de Brasília.

Como método de procedimento, resolvemos adotar entrevistas semi-estruturadas para captar a subjetividade dos entrevistados sobre o assunto em estudo. Buscamos perceber sensações, valores, comportamentos e práticas por meio do discurso dos agentes sociais. As entrevistas foram realizadas com utilização de gravador digital, ao mesmo tempo, que eram feitas anotações de punho.

Depois de transcritas e digitalizadas, as entrevistas foram codificadas dentro do software de análise qualitativa AQUAD, que nos auxiliou para encontrar vínculos entre códigos, palavras-chaves, posto que buscávamos observar a maneira como os entrevistados classificam sua cidade (Plano Piloto), os espaços públicos de sua cidade, os espaços privados, as cidades-satélites, bem como os habitantes dessas e daquela cidade.

Antes de coletarmos as informações, fazíamos uma “questão gerativa narrativa” que, segundo Flick (2004), tem por finalidade estimular a narrativa principal do entrevistado. Por isso, pedíamos aos entrevistados para relatar um pouco de sua trajetória de vida na cidade de Brasília. Posteriormente, indagávamos o entrevistado acerca das outras questões do roteiro de entrevistas cujas respostas podiam ser dadas com base no conhecimento que o entrevistado possuía imediatamente à mão. Aceitamos a proposta metodológica de Pierre Bourdieu (2003), segundo o qual o sociólogo pode e deve coletar os mais irreais discursos, com a condição, contudo, de ver neles, não a explicação do comportamento, mas um aspecto do comportamento a ser explicado.

3.1. Construção da amostra

A maioria dos indivíduos da Asa Sul e da Asa Norte do Plano Piloto (Brasília), campo que escolhemos para selecionar os entrevistados, reside praticamente em apartamentos. Isso inviabiliza a utilização de um modelo tradicional de pesquisa de campo, muito usado em bairros horizontais de classes operárias e populares, onde se toca a campainha para convidar um possível entrevistado ao portão da casa com maior facilidade. Tal técnica poderia ser aceita por nós em virtude de haver as quadras 700, onde se podem encontrar casas como em bairros horizontais. No entanto, essas quadras são exceção no Plano Piloto. Não podíamos construir uma amostra apenas com entrevistados das quadras 700 ou da Asa Norte em que moro. Era necessário garantir qualidade e confiabilidade na amostra. Os voluntários, determinei, para pesquisa deveriam ser os mais desconhecidos possíveis do entrevistador.

Então, inicialmente entrei em contato com alguns indivíduos cujo nome constava em minha agenda de contatos pessoais e solicitei a indicação de um morador ou moradora da Asa Sul ou Asa Norte do Plano Piloto de Brasília para participar voluntariamente da entrevista.

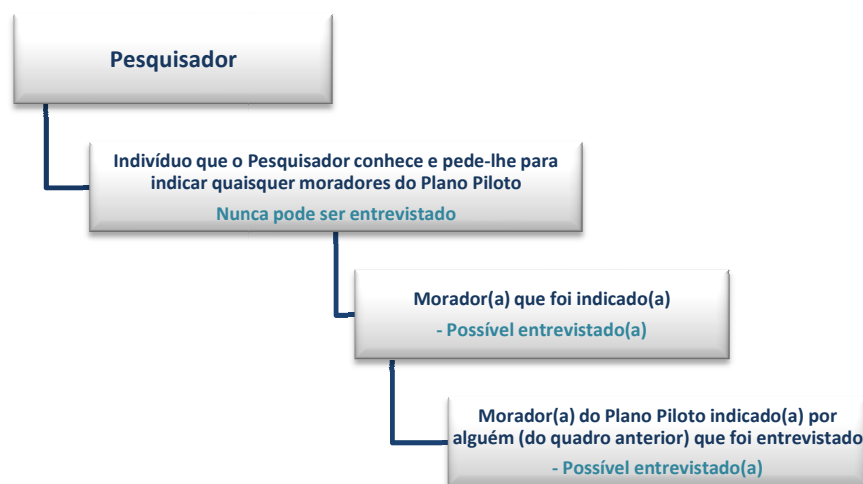


Figura 1 - Ordem através da qual se chegou aos entrevistados

Como se pode observar na figura 1 acima, os entrevistados seriam apenas indivíduos, numa ordem decrescente, da terceira caixa para baixo. Ao finalizar cada entrevista, pedia-se ao entrevistado ou entrevistada que recomendasse outros 2 ou 3 indivíduos para participar voluntariamente da pesquisa.

Quadro 1 - Conjunto de entrevistas, por sexo e faixa etária

FAIXA ETÁRIA	SEXO	
	Masculino	Feminino
De 16 a 30:	Entrevista 03 (20 anos)	-
	Entrevista 16 (20 anos)	Entrevista 20 (20 anos)
	Entrevista 07 (23 anos)	Entrevista 08 (22 anos)
	Entrevista 05 (27 anos)	Entrevista 13 (27 anos)
De 31 a 40:	Entrevista 15 (31 anos)	Entrevista 14 (35 anos)
	Entrevista 12 (40 anos)	Entrevista 19 (38 anos)
De 41 a 60:	Entrevista 04 (42 anos)	Entrevista 06 (41 anos)
	Entrevista 18 (49 anos)	Entrevista 11 (42 anos)
	Entrevista 09 (52 anos)	Entrevista 02 (56 anos)
	Entrevista 17 (52 anos)	Entrevista 10 (60 anos)
Acima de 60	Entrevista 01 (79 anos)	Entrevista 21 (72 anos)

A proposta era entrevistar moradores do Plano Piloto de Brasília com idade igual ou superior a 16 anos tanto do sexo masculino como feminino, divididos em 4 grupos (Ver quadro 1 acima) etários: Jovens de 16 a 30 anos de idade; Jovens-Adultos de 31 a 40 anos; Adultos de 41 a 60 anos; Idosos com idade superior a 60 anos. Nas duas faixas etárias “de 16 a 30 anos” e “de 41 a 60”, o objetivo inicial era entrevistar no mínimo dois indivíduos do sexo feminino e dois do sexo masculino, somando um total de quatro entrevistados. Nas outras duas, um indivíduo de cada sexo bastaria para compor uma amostra significativa. No final, nossa amostra foi fechada com 21 indivíduos que buscamos pulverizar o máximo possível pelo Plano Piloto. Conforme se pode conferir na figura 2 abaixo.

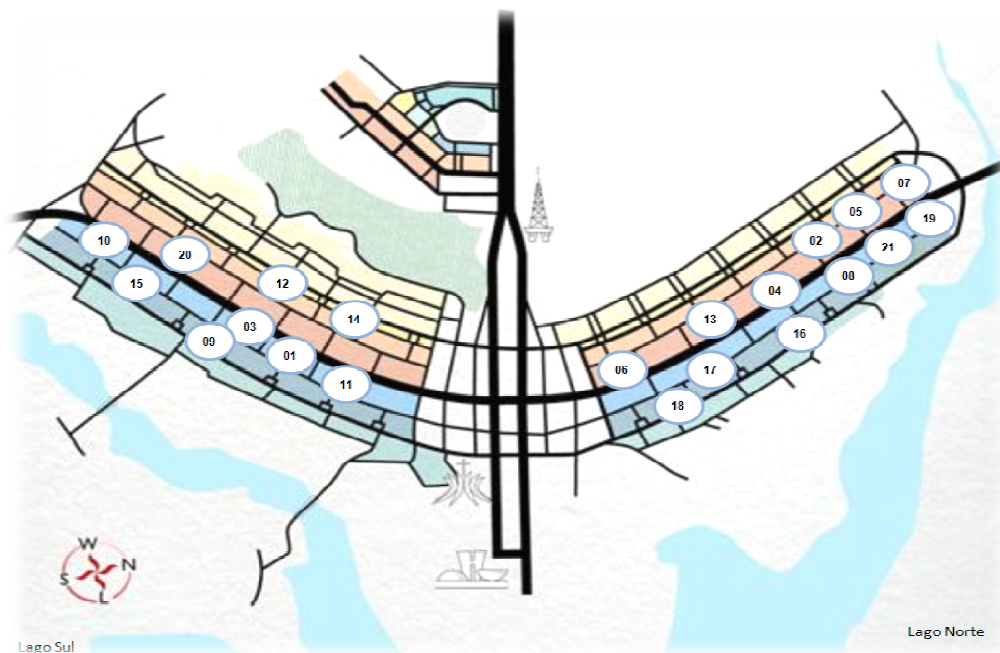


Figura 2 - Entrevistados distribuídos na Asa Norte e Asa Sul do Plano Piloto

Para montar essa amostra foi necessário driblar as dificuldades de campo. Entre elas o acesso aos entrevistados. Fazia-se o contato com o possível entrevistado pelo telefone celular, já que são poucos os indivíduos que usam telefone fixo. Isso gerou um certo dispêndio ao pesquisador. Foi observado também que a rotina dos possíveis entrevistados é ativa, dificilmente se consegue encontrar um horário em suas agendas para participar da entrevista ou porque talvez dizer que está sempre ocupado seja um valor aos indivíduos que moram na capital burocrática do país. Todavia, é notável que além da rotina do trabalho, os entrevistados geralmente cursam faculdade ou pós-graduação, praticam alguma modalidade esportiva ou fazem dança, frequentam escola de idiomas ou de teatro, entre outras atividades. No final de semana, dificilmente há algum indivíduo disponível, já que estão com viagem programada ou com visita agendada, sem esquecer que é o período que tem para repor as energias para uma próxima semana de trabalho, de estudos etc.

Todas essas dificuldades interpuseram em nosso caminho durante a pesquisa de campo. Vários foram os indivíduos para os quais liguei que propuseram ser entrevistados no período de trabalho. Sem muita escolha, resolvi fazer um teste. Na entrevista 05,

aceitamos o convite de aplicar na recepção de uma autarquia localizada no Setor de Autarquias Sul. No início da entrevista, o entrevistado percebeu muito barulho e movimentação no espaço e resolveu me conduzir a uma sala de reunião. Depois daquela entrevista, pude notar que no espaço de trabalho, bem como no horário de trabalho, o indivíduo tem conhecimento de que está em ambiente público e, por isso, não fica à vontade para responder as questões inquiridas pelo entrevistador.

3.2. As entrevistas e a análise de dados

Não é preciso reforçar que a pesquisa trata de temas polêmicos. Muitas questões de que tratamos têm relação direta com estereótipos. A figura do estranho no imaginário urbano se relaciona, na maioria das vezes, a imagens pejorativas. Ao se evocar de maneira genérica uma figura do “estranho”, os entrevistados tendem a formular preconceitos. A noção de “estranho” possuiu sentidos variados. Dentro de um espaço urbano, há, por exemplo, quem considere “estranho” um índio maquiado com penas avermelhadas caminhando nas super-quadradas do Plano Piloto de Brasília. Um jovem afobado e tenso ou uma pessoa mal encarada estão na mente de alguns entrevistados como figura de “estranhos”. São incluídas nessa categoria pessoas com poder aquisitivo mais baixo que não estejam bem vestidas. Um “estranho” em algumas mentes é uma “pessoa negra, grande, fedendo e com olhar saltitante” ou um negro com olhar sério e centrado. Indivíduos com padrões desviantes que usam roupas muito diferentes, como os “góticos”, também são tidos como estranhos, entre outros.

A maneira como foi organizado o roteiro de entrevista buscava captar esses estereótipos. O grande problema é que, em sua maioria, os estereótipos que veiculam formulações preconceituosas reconhecidas, quando referida a outrem, como crime²⁸. Conforme discutimos anteriormente, estamos lidando com um grupo específico de Brasília, cujas práticas estão associadas, segundo Bourdieu (2007), à instrução e posição social. Fazem parte de uma classe com alto volume global de capital.

²⁸ Cf. Lei 7.716 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

É evidente que esses indivíduos sabem da criminalização por preconceito. E não iam expor imediatamente a um sociólogo, principalmente num ambiente de trabalho. No espaço público ou no espaço do trabalho, o entrevistado tende a adotar o que tenho preferido chamar “precaução *lapsus loquendi*”²⁹ a todo custo. Essa era uma das maneiras de se resguardar. Isso ficou ainda mais claro na transcrição das entrevistas quando percebemos silêncios prolongados e observamos muitas frases sem complementos, principalmente quanto se trata de relatar um estereótipo. Muitas vezes, o entrevistado faz gestos, dá indícios, ou seja, utiliza de outros meios da linguagem que não seja a oral para não proferir verbalmente a palavra.

No espaço privado da residência, no entanto, embora adotasse a “precaução *lapsus loquendi*”, o entrevistado a adota com menor intensidade do que no local de trabalho. No seu espaço privado, o entrevistado se sente mais seguro e menos desconfiado. E ao passo que vai sentindo segurança no entrevistador, expõe mais facilmente suas opiniões sobre os problemas em questão. A partir dessas evidências, tive que descartar a aplicação de entrevistas em locais de trabalho e de lazer, o que dificultou bastante o agendamento das entrevistas. Como se percebe, precisei agir pacientemente. Estive em comunicação com mais ou menos cem possíveis entrevistados, que marcavam e desmarcavam por conta de imprevistos.

As repostas de uma entrevistada³⁰ de 35 anos corroboram nosso argumento acerca do que tenho chamado de precaução *lapsus loquendi*. Durante a entrevista ela havia deixado escapar suas representações acerca de pessoas estranhas, a saber, “*peças mal vestidas*”, “*suja*” e que estão, por exemplo, no Setor Comercial Sul ou no Conic “*sem fazer nada*”. Não obstante, ao evocarmos as representações, pedindo-lhe as cinco primeiras palavras ou imagens que vinham a sua memória quando pensava nas palavras “pessoa estranha”, sua resposta foi: “*Alguém pedindo informações. Pessoa que eu não conheço. Não fazer julgamento [o grifo é meu]. Amizade. Já também bati numa pessoa estranha. Invadiu o espaço que não deveria (risos)*”. A resposta “Não fazer julgamento” é um indício de que ela estava num exercício de precaução *lapsus loquendi*. Trazer a palavra

²⁹ Um lapso no falar. O mesmo que *lapsus linguae*, que significa enganos que cometemos na linguagem oral. São precauções adotadas para neutralizar ou evitar que o entrevistador observe impressões negativas (como por exemplo de preconceituoso) do entrevistado.

³⁰ Entrevista 14

“*amizade*” na sequência poderia ser talvez, na concepção dela, uma maneira de se retratar, quase no final da entrevista, pelo que tinha dito ao entrevistador ao se sentir observada e analisada.

A maioria dos entrevistados exercitava uma precaução *lapsus loquendi* no início da entrevista, soltando-se no decorrer da entrevista. Foi pelo modo como estruturamos o roteiro de entrevistas, a quantidade de perguntas e, principalmente, pelo fato dos entrevistados se mostrarem parcialmente à vontade, que podemos abstrair de um questionário aberto algumas tendências que permitem, no nível discursivo, estabelecer algumas regularidades significativas para observarmos as representações acerca dos temas em questão.

Para driblar possíveis exercícios de precaução *lapsus loquendi*, estruturamos o roteiro de entrevistas, a quantidade de perguntas e, principalmente, a localização das questões no roteiro de modo que pudéssemos tirar de um questionário aberto algumas tendências que permitissem, no nível discursivo, estabelecer algumas regularidades que pudessem ser significativas para observarmos as representações acerca dos temas em questão. Depois de fazer a “questão gerativa narrativa”, na qual pedíamos aos entrevistados para falarem sobre sua trajetória de vida na cidade Brasília, que introduzíamos o tema de nosso interesse.

A técnica aplicada foi relativamente simples. Partíamos de perguntas mais abstratas e seguíamos até as mais concretas. Pedíamos ao entrevistado para opinar sobre frases populares como “ninguém está seguro em lugar nenhum”, “nunca devemos confiar em ninguém”, “devemos ficar sempre atentos a nossa volta”, bem como “evitar lugares públicos e o contato com estranhos é uma das melhores maneiras para se viver com segurança”.

O roteiro de entrevista foi dividido em duas partes. Na primeira, buscamos captar as representações do medo, sentimento de insegurança, reserva e indiferença. E na última parte, buscamos apreender representações dos entrevistados sobre lugares seguros, como também procurávamos evocar representações acerca de “pessoas perigosas”, “pessoas estranhas”, “pessoas migrantes”, como também representações de incivildades. Para captar as representações sobre classificação de “coisas”, de “pessoas”, bem como tentar

captar os medos urbanos e suas causas, utilizamos o método de evocação³¹ desenvolvido por Serge Moscovici. Um meio de alcançar esse objetivo é, a partir da situação de entrevista, pedir ao entrevistado que diga, por exemplo, cinco palavras ou imagens que surgem em sua cabeça quando pensa na palavra “estranho” ou “migrante”. E assim procedemos.

No final da entrevista, pedíamos ao entrevistado para responder se, hipoteticamente, fosse político e tivesse poder para propor uma lei sobre migração o que faria, que órgãos, departamentos ou instituições, envolveria nessa questão.

Observamos que em pesquisas que envolvem temas polêmicos somos obrigados a exercer, na maioria das vezes, o que Huggins (2006) conceituou “papel de testemunha espectadora”, que indica que o entrevistador se encontra, ao mesmo tempo, dentro e fora do relato do entrevistado. Como arqueólogo da memória, tornamo-nos “testemunha espectadora” de relatos que suscitam surpresa, descrença e estimulam silêncios. Todavia, esse foi o modo que encontramos para manter a objetividade e, ao mesmo tempo, a ética na pesquisa.

Além disso, foi preciso reconhecer também que Nunes (2004) tem razão quando diz que nada é mais instável do que opiniões emitidas numa situação de entrevista. *“Não somente porque submetida aos caprichos do entrevistado e aos seus estados de alma, mas também e sobretudo porque totalmente dependente da questão, do modo como apresentá-la e do tipo de interação que se estabelece entre o entrevistador e o entrevistado.* (Ibid, p.115).

Buscamos seguir as classificações dispostas de modo dicotômico através dos quais os moradores do Plano Piloto de Brasília representam sua cidade e a cidade dos “outros”. Além disso, tentamos incorporar a proposta sugerida por Lahire (2004) acerca do mundo social do indivíduo. Segundo o autor, a sociologia deve aceitar o desafio de trazer à tona a produção social do indivíduo e mostrar que o social não se reduz ao coletivo ou ao geral, mas que marca sua presença nos aspectos mais singulares de cada indivíduo. De acordo

³¹ A teoria das Representações Sociais foi elaborada por Serge Moscovici, na psicologia social, atualizando as representações coletivas de Durkheim para a sociedade contemporânea. Em nossa pesquisa aceitamos o método de evocação elaborado por Moscovici para captar as representações sociais, no entanto, não seguimos sua metodologia analítica. Temos conhecimento da existência do sistema de informação “Evoque” que é muito utilizado pelos seguidores da teoria moscovicianiana.

com ele, “respeitar” o entrevistado é levar em conta todas as suas palavras e não apenas aquelas que ele acentua para ser interlocutor. Portanto, levamos em consideração a estrutura do discurso dos entrevistados e, a partir dela, incorporamos as categorias (figuras do “migrante”, do “estranho”, de “pessoa perigosa” e de “lugar perigoso”), indicadas livremente pelos entrevistados, como marcos para construir a análise.

CAPÍTULO 4 - OS MEDOS E AS CIDADES

Os indivíduos do Plano Piloto ao falarem sobre sua cidade e sobre a vida urbana elaboram classificações do espaço do Plano em contraste com a classificação das cidades-satélites. Ao classificarem espaços e pontuarem suas diferenças, os indivíduos ressaltam as marcas de distinção do Plano Piloto e, por consequência, dos seus habitantes.

Para apreendermos os espaços de medo e os medos urbanos dos brasilienses, orientamos nossas entrevistas de modo a estimular a fala do entrevistado com relação a suas sensações acerca dos espaços citadinos. As entrevistas também evocavam a figura do “estranho” que deveria ser elaborada pelo entrevistado. Quando a figura do “estranho” era evocada nas entrevistas, ela estimulava representações sobre a diferença e alteridade e podiam mobilizar diversas sensações. Acreditávamos assim que a figura do “estranho” e outras considerações sobre figuras de alteridades no espaço urbano estimulavam as representações e classificações de pessoas e lugares e também despertavam sensações nos entrevistados. Buscamos apreender a maneira pela qual as sensações de medo participariam das operações classificatórias.

Este capítulo busca organizar, a partir da análise de entrevistas, as classificações operadas pelos moradores do Plano Piloto. Busquei seguir as categorias e a lógica das classificações indicadas nas falas dos entrevistados. Segundo essa lógica, as classificações de “espaço” precedem e, em certa medida, orientam as classificações de “indivíduo”. O espaço urbano de Brasília e as cidades-satélites oferecem o quadrante sobre o qual operam as classificações de “indivíduo”.

Essas classificações se dividem em classificações do espaço urbano (classificações do Plano Piloto e das cidades-satélites, e a imagem de “lugar perigoso”) e classificações de “indivíduo” (classificações do migrante e do “estranho”).

4.1. Sobre o Plano Piloto

Através de entrevistas com habitantes do Plano Piloto, Nunes (2004) percebeu que muitas das falas de seus entrevistados apontavam para uma característica autoritária do desenho urbano de Brasília. É como se os indivíduos não soubessem muito bem o que incomoda, mas há algo que os incomoda no desenho. O autor argumenta que há em Brasília uma moldura urbana funcional muito bem detalhada, uma qualidade de vida urbana praticamente única no país, mas também há aqui uma sensação difusa de que falta algo na cidade como esquina ou um centro que referencie o espaço.

Ao buscar captar as representações dos moradores do Plano Piloto sobre sua cidade, nossa pesquisa de campo aponta Brasília como sinônimo de segurança, conforto, modernidade, felicidade e “viver bem”. Para os entrevistados, falar de Brasília é falar de um local amplo, plano, calmo, mas, ao mesmo tempo, sem-vida por não se ver pessoas o tempo todo, por serem restritas as possibilidades de interação social. Falar de sua cidade os enche de sensações, muitas das quais são ambíguas e contraditórias. Brasília é vista como um lugar onde se vive bem, mas também onde não há vida urbana intensa.

A Brasília da fala dos moradores do Plano é uma cidade na qual os indivíduos andam arrumados e alinhados no vestuário. Um indivíduo “mal vestido” e “mal cheiroso” é classificado fora do espaço e do *ethos* do Plano. Mas não há interesse do classificador em buscar explicações racionais e coerentes para isso. O discurso do brasileiro reivindica continuamente a propriedade da cidade. É uma sensação de posse que foi sendo construída desde o projeto de construção com os primeiros moradores da cidade. Eles replicam em suas falas a proposta original do Plano Piloto enquanto uma cidade administrativa que “foi feita para o funcionário”.

Por outro lado, as cidades-satélites deveriam atender a uma função específica: de dormitório. “Todo esse tipo de gente”, conforme o morador costuma chamar o migrante pobre, trabalharia em Brasília, mas não a habitaria. Os discursos deixam implícito que “esse tipo de gente” trabalharia em serviços como, por exemplo, construção civil, serviço doméstico ou serviços gerais. Trabalhar em Brasília não significa emprego público com todos os direitos, benefícios e garantias. Para o funcionário público, Brasília é um espaço

de trabalho e de habitação, enquanto que para os outros indivíduos, esse espaço citadino, no discurso do brasiliense, deveria se restringir a um local de trabalho ou mero lugar de passagem.

Essa sensação de contraste tão forte, entre os habitantes do Plano, derivaria da configuração de seu espaço, como um espaço socialmente homogêneo nos termos de Nunes (2004). O autor salienta que o Plano Piloto é habitado por uma parcela importante do funcionalismo público federal e do próprio Governo do Distrito Federal, especialmente seus escalões superiores. Isso caracteriza a área como espaço socialmente homogêneo, ou, pelo menos, com um grau de homogeneidade acima da média das demais cidades brasileiras.

Os entrevistados representam Brasília como uma cidade muito atípica, onde não há esquina. A secura do clima nos meses de agosto e setembro os remete a imagem de “um caldeirão do inferno”. O projeto urbano favorece as pessoas a se isolarem. Para o brasiliense que mora no Plano, a cidade é diferente das outras cidades brasileiras, porque em Brasília as pessoas se isolam. Só fazem amizades certas e não se abrem para interação com “estranhos”, porque se considera difícil construir uma relação.

Há aqueles, especialmente os mais jovens, que consideram Brasília uma cidade dormitório, diferente dos moradores mais antigos para os quais cidades-dormitórios são as satélites e não o Plano. Mas, para isso tem explicação. Os jovens, com idade igual ou inferior a 25 anos, queixam-se que à noite a cidade é muito vazia, quase não se encontra nada aberto para propiciar uma “vida noturna”. Dizem faltar locais de sociabilidade entre jovens.

Observamos que os indivíduos não possuem a mesma vivência e experiência da cidade. Os indivíduos, quando vêm de cidades do interior para morar no Plano, bem como quando mudam das satélites para o Plano Piloto, demonstram-se satisfeitos com as atividades e serviços que o Plano oferece. Há um tom de apologia à Brasília nesses discursos. Os restaurantes de Brasília são melhores. Os Shoppings de Brasília, as rodovias e as pistas são considerados mais limpos do que de outras cidades. Quando saem à noite, sentem-se contemplados com o que a cidade oferece com relação à diversão, ao lazer.

Os indivíduos que vieram de grandes centros urbanos para morar no Plano sentem falta de vida urbana mais intensa e, principalmente, de atividades culturais. A concepção acerca do que a cidade tem a oferecer é oposta à daqueles. Embora a cidade já esteja completando 50 anos, observam não haver prática turística na cidade. A cidade se esvazia nos finais de semana, já que boa parte dos moradores vai para outras cidades. A lei que procura resguardar o projeto original de Lucio Costa é sentida e representada por esses entrevistados como um projeto de teor “militarista”, onde imperaria um espaço rigorosamente normatizado. Para esses entrevistados, Brasília é uma cidade “sem-estilo”, sem forma cultural definida ou características que singularizariam sua população, como, por exemplo, um sotaque.

Nunes (2004) dá pistas para entender a causa do que ele chamou “sensação de incomodo”. Para ele, há moradores de origens diversas que chegaram à Brasília carregando padrões morais de sociabilidade adquiridos principalmente no interior das relações familiares ampliadas dos seus lugares de origens. Em Brasília, o ambiente social regula esses padrões de outra maneira: *“A centralidade do trabalho que justificaria a vinda para Brasília (Plano Piloto) à diferença daqueles que são atraídos sobretudo pela terra e a ausência de socializações não mercantis terminam por acentuar o individualismo e o isolamento das pessoas”* (Ibid, p.157). A maneira como foi concebido e organizado o Plano Piloto, ou seja, com preocupação principal com desenho urbanístico e menos com as relações sociais, terminou por restringir ou privilegiar contatos entre pessoas que estão na mesma repartição ou que têm padrões sócio-culturais próximos. O local de trabalho torna-se o lugar público preferencial de socialização. Isso faz do local de moradia quase uma extensão do local de trabalho.

No início da implantação da Nova Capital, um canteiro de obras que era mais sonho do que realidade, o governo teve que oferecer prebendas para que os altos funcionários que, na maioria, habitavam a cidade do Rio de Janeiro. Basicamente se ofereciam duas vantagens extras que o Rio não poderia dispor: ganhos salariais e habitação.

Há explicitamente uma valorização do diploma universitário, do emprego público e do “morar num bom endereço”, ou seja, um lugar privilegiado no Plano. A pesquisa de Pierre Bourdieu (2007) acerca da sociedade francesa percebe que as práticas culturais que se transmuda em meios de distinção estavam associadas à instrução e à posição social.

Na cidade de Brasília essa lógica que Bourdieu percebe na França parece ser análoga, visto que instrução e posição social são reivindicadas pelos moradores do Plano Piloto como marcas de distinção. Nela, as lógicas “ter alto salário”, “ser funcionário”, “morar nas áreas nobres da cidade” e “ter acesso a altos padrões urbanísticos” se combinariam em uma soma de privilégios.

São distintivos de privilégio, marcas de distinção que caracterizam a autoapresentação dos moradores do Plano. O endereço em Brasília exprime o prestígio do funcionário público. Para Nunes (2004), O processo de “assepsia do Plano Piloto” surgiria dessa lógica. A assepsia seria uma limpeza moral do Plano Piloto que contrastaria com a desorganização das satélites. O desejo por limpeza também se traduz em um desejo por ordem e regularidade. O Plano despontaria como um reduto homogêneo e privilegiado, onde tudo funciona regularmente conforme o planejamento e as leis da cidade. Por isso, tudo o que destoava da moldura urbana funcional passa a incomodar os olhos do morador do Plano.

Um modelo de habitação com forte presença do Estado para sustentar a infraestrutura do lugar e de instituições da esfera privada acabou produzindo o típico indivíduo *blasé* de Simmel. Pacto implícito, o Governo do Distrito Federal garante o funcionamento regular dos serviços públicos e a preservação do projeto original. Os indivíduos cuidam de si conforme o *ethos* do funcionalismo, considerado mais civilizado.

4.2. Sobre cidades-satélites

Cabe lembrar que as primeiras cidades satélites do Distrito Federal, embora não constassem no projeto original de Lucio Costa, são contemporâneas da construção do Plano Piloto de Brasília. Foi durante a gestação de Brasília que, segundo o geógrafo Aldo Paviani (2009), já começara surgir na Nova Capital um polinucleamento urbano, periferização e segregação sócio-espacial. Naquele período, o governo deflagraria um interminável processo de criação de cidades-satélites. Todas tinham como objetivo blindar o Plano Piloto de ocupações ilegais, irregulares e informais, como favelas ou “invasões”.

Na opinião de Paviani, a intenção de valorizar o Plano Piloto e de mantê-lo elitizado construiria ao mesmo tempo um espaço desvalorizado, estigmatizado no entorno de Brasília, destinado à população de baixa renda. Uma cidade para trabalhadores operários da construção civil com baixa qualificação e poucos anos de estudo formal. Instaura-se uma contradição entre Plano Piloto e cidades-satélites. As “cidades-satélites” são classificadas em referencia a representações opostas às do Plano Piloto. Existe um processo de estigmatização de seus espaços.

No entanto, do ponto de vista de um morador de uma cidade satélite esse espaço é valorizado como um espaço vivido. Embora, muitas vezes, reconheça que sua cidade tenha problemas urbanos e déficits que o Plano Piloto não tem, classifica o espaço construído como algo único, carregado de emoções de valores positivos³². Na classificação que os indivíduos fazem com objetivo de tornar inteligíveis as relações existentes entre os seres, segundo Durkheim e Mauss (1999), leva-se em consideração o valor afetivo próprio de cada região. É capital que não encontraríamos nas representações do morador do Plano classificações tão positivas quantos aquelas que fazem para seu próprio espaço vivido: o Plano Piloto. Não há uma relação de afetividade com as cidades-satélites que desde a construção de Brasília são classificadas pejorativamente.

Nesta pesquisa, averiguou-se que as satélites são vistas como cidades pobres, nas quais habitam “o pessoal que está à margem da sociedade”. É marcada no discurso uma fronteira simbólica entre Brasília, cidade que abrigaria uma sociedade “civilizada” por excelência, e suas margens. Essas classificações também tendem homogeneizar e universalizar as cidades satélites e todos seus habitantes como “mais pobres”. Essas cidades são referidas como um bloco homogêneo sob a designação genérica “cidades-satélites” sem menções às suas particularidades e a seus nomes específicos.

Ao se referirem às cidades-satélites, os entrevistados pensam em lugar habitado por “pessoa de baixa renda”, em transporte público e em “Restaurante Cidadão³³”. O Restaurante Comunitário e o transporte público remetem a lugares e serviços acessíveis a

³² Cf. Nunes (2007) e Sousa (2008).

³³ O restaurante do cidadão ou Restaurante Comunitário foi criado no ano 2001 pelo Governo do Distrito Federal. A proposta do governo é de comercializar refeições com preços acessíveis à população de baixa renda. Até o final do ano 2009, existiam nove unidades. Todas elas se localizam em cidades nas quais habitam grande quantidade da população de baixa renda do Distrito Federal: Samambaia, Ceilândia, Santa Maria, São Sebastião, Paranoá, Recanto das Emas, Planaltina, Itapoã e Estrutural.

todos, e por isso, marcados pela distinção negativa. São referências pejorativas que ressaltam uma suposta incapacidade de cuidar de si, sem auxílio de outrem. As cidades-satélites são imaginadas pelos brasilienses como um grande “subúrbio”.

Para os habitantes do Plano Piloto, de forma genérica, enquanto todos indivíduos de sua cidade estão empregados, existem desempregados “só” nas cidades satélites. São dessas cidades que saem os “pedintes” que circulam no espaço do Plano e tocam campanhas para pedir comida. Essas pessoas são vistas como “invasores” de um espaço que não lhes pertence. Os entrevistados parecem sugerir que esses indivíduos pobres não sabem “viver” em Brasília por não saberem cuidar de si e não terem ainda adotado a atitude *blasé* e, por isso, ensejando uma interação indesejada e incômoda. Perturbam a lógica do individualismo e o exercício de dessensibilização.

Entre o espaço de Brasília (Plano Piloto) e do DF existe uma classificação moralmente orientada. A assepsia no Plano Piloto relega práticas que não são moralmente aceitas no Plano, como prostituição. Sabe-se que nos dias de hoje (ano 2010) já se pode encontrar “centros de prostituição” nas quadras 513 e 213 Sul. No entanto, os espaços, por excelência, dessas práticas são identificados nas cidades-satélites. Nunes (2004) já havia observado que o Plano Piloto era classificado como o local de trabalho da burocracia e de residência dos funcionários. A representação moral e asséptica do Plano Piloto se contrapõe à heterogeneidade das cidades-satélites.

Isso talvez explique por que os entrevistados classificam as satélites como espaços onde se encontram muitos moradores de rua e muitos vendedores ambulantes. Elas destoam do Plano por serem cidades que mais se aproximam da heterogeneidade de outras cidades brasileiras. As satélites são, realmente, mais heterogêneas por morarem indivíduos que pertencem a diversas categorias sócio-profissionais, como aquelas ligadas às atividades comerciais e à indústria da construção civil.

De acordo com as representações dos moradores do Plano, “cidade-satélite” e periferia são sinônimas. Muitas vezes, classifica-se pejorativamente como lugar do “defeito cultural”. Se o Plano representa a expressão maior do planejamento “perfeito”, as satélites alheias a essa lógica são avaliadas como espaços urbanos “defeituosos”. Esse espaço que não segue um planejamento racional também é visto com um lugar no qual

predominam “incivilidades”. Lembrar de satélites é, para o morador de Brasília, lembrar-se de desorganização, de um espaço que o entrevistado (01), por exemplo, caracteriza como “*esconderijo dos bandidos. Mas agora (sic) isso não quer dizer que a população [de uma satélite] seja perigosa, porque ali habitam perigosos. Isso eu não quero dizer. Mas eles coexistem*”.

Nas considerações dos moradores de Brasília, Samambaia e Gama têm título de cidades perigosas. Mas há também outras regiões classificadas como perigosas. Planaltina e Itapoã são áreas sobre as quais os entrevistados relatam receber regularmente notícias de violências: assassinatos, brigas de gangues etc. Cidades satélites chegam ser representadas como “campo de guerra”. Esse trecho de entrevista abaixo corrobora essas representações:

Conversando com algum colega de sala que mora no Plano e no Lago Sul que nunca saiu desse meio, *cê* fala assim (sic): “vamos lá na Ceilândia? vamos no Samambaia?” O cara fica: “nossa! Não pode ir lá não! É muito perigoso!”. Então, quer dizer que a pessoa cria uma imagem muito distorcida daquele lugar, ela acha que lá é um campo de guerra. [O] que não é! Você tem situações mais perigosas lá assim por causa da criminalidade um pouco mais alta. Mas não é um campo de guerra, né!? (Entrevista 07).

Embora as satélites não façam parte de seu cotidiano, o seu espaço é continuamente representado pelos moradores do Plano. Cidades satélites são lugares míticos para o morador do Plano Piloto que só as conhece por meio de jornais impressos, rádios ou televisão. Poucos são os moradores do Plano que vão a uma satélite em busca de algum serviço ou atividade de algum lazer. Geralmente, esse itinerário só faz parte da vida do morador de cidade-satélite. No que tange às cidades do Entorno do Distrito Federal são ainda muito menos exploradas pelos moradores de Brasília. Os lugares são desconhecidos, temidos e amedrontam o morador do Plano Piloto, porque é “*onde têm muitos lugares perigosos*”. No interior de uma cidade-satélite é arriscado, porque se acredita não ter segurança e policiamento efetivo.

As satélites, portanto, são classificadas em termo de uma distância que não pode ser apenas medida espacialmente. Trata-se de uma distância classificatória respaldada nas diferenças culturais. Ao serem tomadas como lugares inseguros e perigosos, a lógica indica

que são delas que saem as causas dos “medos” dos indivíduos do Plano. Predomina nas satélites uma diferença que é impregnada de “impureza”. A utilização dos espaços públicos do Plano pelos indivíduos de cidades-satélites é tida como uma “invasão” indesejada por se temer ser contaminado por “incivilidades”.

4.3. Lugares perigosos

Os espaços nas cidades considerados perigosos pelos moradores de Brasília podem ser classificados em três tipos: 1) espaços de grande circulação, como, por exemplo, a Rodoviária, o Conic, o Setor Comercial Sul, o Parque da Cidade, entre outros; 2) espaços populares de cidades consideradas periféricas (cidades-satélites e cidades do Entorno do DF); e 3) espaços de passagens como, por exemplo, as passarelas subterrâneas no Eixo Rodoviário e Eixos W e L (popularmente conhecidos como Eixão e Eixinhos).

Averiguou-se que um bar de uma quadra comercial, um “centro de prostituição” ou onde tenha tráfico de drogas é classificado pelo morador do Plano com “lugar perigoso”. Depreende-se que “lugar perigoso” não está relacionado necessariamente à violência urbana. Essa classificação apresenta também um sentido moral. São espaços frequentados e/ou habitados por indivíduos desviantes.

O Setor Comercial Sul, o Setor de Diversão Sul, o Conic, a Rodoviária e o Parque da Cidade também são lugares perigosos. Fazem parte também desse grupo o Teatro Dulcina no estigmatizado Conic, o afamado Teatro Nacional, bem como “qualquer cidade-satélite”. O Lago Sul é ocasionalmente classificado como “lugar perigoso” por ser um bairro horizontal e espaço de passagem por ligar o Plano às cidades-satélites. Nas representações dos moradores do Plano Piloto, casas são tidas como mais vulneráveis a assaltos do que apartamento.

Espaços abertos como a Esplanada dos Ministérios ou os estreitos “túneis” que cortam o eixão também são representados como lugares perigosos. As agências bancárias

e algumas quadras 400³⁴ são locais também classificados como perigosos. Fora do Plano as cidades-satélites Ceilândia, Samambaia, Taguatinga, Itapoã, Gama e Planaltina são tomadas de modo genérico como espaços eminentemente perigosos. Nos discursos, o morador do Plano não particulariza os espaços de uma satélite e a classifica como perigosa em toda sua extensão.

Há unanimidade entre os entrevistados que um espaço da cidade com pouca iluminação, ermo ou escuro, com pouca presença do Estado é perigoso. Num contexto como esse, uma agência bancária que esteja escondida ou pouco iluminada também causa uma sensação de medo. Nas falas dos entrevistados, o Parque da Cidade no período diurno provoca sensação de segurança a quem o frequenta, nesse período os indivíduos praticam esporte e outras atividades de lazer. Mas esse espaço torna-se amedrontador com o ocaso do sol.

Independente do horário do dia, a periferia é um espaço que desperta sensações de medo e insegurança no morador do Plano. Espaços identificados como “periferias” podem ser também confundidos nas falas dos entrevistados como locais onde moram indivíduos desviantes, reputados como “bandidos”.

Um espaço na cidade de Brasília que amedronta os brasilienses são as passarelas subterrâneas no Eixão que servem para ligar as quadras 200 com as 100. Evidenciamos, a partir da amostra de campo, que durante à noite essas passagens causam uma intensa sensação de medo nos brasilienses. Se durante o dia o brasiliense se recusa utilizar essas passarelas, ao anoitecer um conjunto de sensações (visual, auditiva, olfativa) com relação àqueles locais intensificam os sentimentos de medo. Consideram-nos estreitos ou muito fechados, além de serem becos escuros ou mal iluminados. Acredita-se que sejam espaços abandonados, e as paredes pichadas confirmam essa impressão. Incomoda não saber o que existe próximo às escadas no final do túnel.

Consideram-se as passagens subterrâneas como “banheiro público”, “esconderijos de bandidos” ou “moradia de mendigo”. Há naquelas mentes mais ficcionais a crença de que “tem um dragão lá dentro” e, para aquelas mais religiosas, atravessar o Eixão por uma daquelas passarelas é como “jogar Daniel na cova onde estavam os leões famintos”. Trata-se de espaços que mexem com as sensações e com a imaginação dos indivíduos. Enfim,

³⁴ As quadras 400 são onde se localizam edifícios com apartamentos que não possuem o mesmo padrão de classe média alta.

todas essas representações e classificações transformam as passagens subterrâneas não só em espaço perigoso, mas num “lugar proibido” por ensejar intensos medos urbanos. É onde se acredita não existir a presença do Estado e sua proteção.

Trata-se de um espaço que provoca sensações intensas e que mexe com a imaginação dos moradores do Plano. As considerações e sensações com relação a essas passarelas reúnem em sua representação a expressão mais intensa de um lugar amedrontador. Esses espaços de passagem evocam uma imagem de lugar escuro, pouco movimentado, marcado pela imprevisibilidade de um possível encontro indesejável e amedrontador com um “outro” desconhecido ou “estranho”. Imagina-se o subterrâneo como algo inteiramente fora da ordem e da proteção da superfície. Como se fosse uma “caverna urbana” na qual habitaria o “inteiramente estranho e perigoso”: o “estuprador”, o “bandido”, o “mendigo” ou ainda seres extraordinários.

A imprevisibilidade e a heterogeneidade do espaço causam horror ou a imediata rejeição dos moradores do Plano por estarem tão acostumados a um estilo de vida marcado pela premeditação, planejamento, organização, normatização, homogeneidade social dos espaços onde se socializam, que são basicamente os locais de trabalho e de moradia.

4.4. Do “estranho” ao perigoso

4.4.1. O “Estranho” ou o “estrangeiro”

Pedi-se aos entrevistados que dissessem as cinco primeiras palavras ou imagens que viessem a sua mente quando pensam na palavra “estranho”. Essa foi uma técnica de evocação relativamente simples que usamos para estimular representações e sensações em torno da figura do “estranho”.

No quadro abaixo, pode-se observar várias palavras referentes a “estranho” que foram evocadas durante as entrevistas. Agrupamos as evocações em oito categorias: “predicados”, “paixões humanas”, “vestimentas, penteados e acessórios”, “referentes a

comportamentos disfuncionais e/ou antissociais”, “referente a lugares”, “alertas” e “outros”.

Quadro 2 - Categorias de evocações em torno da figura do “estranho”

Categorias	Evocações
Predicados	Alta, desengonçada, desleixo, desrespeitoso, <i>funkeiro</i> , silencioso, sem higiene, rosto pesado, mau, violento, revoltado, desconhecido, duvidoso, misterioso, descamisado
Paixões humanas	Tristeza, Medo, humildade, insegurança, segurança, força
Vestimentas, penteados e acessórios	Gorro preto, touca preta, jaquetão, camisa <i>juicer</i> estilo bem americano de bandido, tênis, bermuda, cabelo rastafári, sapato, excesso de piercing, excesso de tatuagem, alargadores de orelha e de lábio,
Referentes a comportamentos disfuncionais e/ou antissociais	Loucura, Impulsividade, Impulso, Problema emocional, inquietude, alterado, conturbado, violência, assalto, briga, roubo, drogas, tráfico
Referente a lugares	Floresta, prisão, rodoviária, periferia, escuridão
Alertas	Cuidado, observar, prudência, cautela, atenção, não comunicar, desconfiança
Outros	Pobreza, anônimo, estrangeiro

Observa-se que a maioria das palavras se refere a qualidades, paixões ou comportamentos humanos vistos como desviantes, negativos e anormais. São características que destoam do *ethos* do funcionalismo público e de seus padrões de civilidade e de sua imagem caracterizada pela indumentária limpa e bem cuidada. Os comportamentos evocados se ligam a ações irracionais, movidas pelas paixões. Isso contraria um ideal-típico de indivíduo racional e sensato. Os lugares relacionados à figura do “estranho” são espaços não urbanos ou pouco urbanizados.

A figura do “estranho” estimula representações muito heterogêneas. Muitas vezes, refere-se a algo ou alguém fora de seu “lugar” classificatório como, por exemplo, um índio pintado e adereçado com penas vermelhas caminhando nas superquadras. Um indivíduo com vestuários que destoam do padrão em voga no Plano Piloto também é classificado como um indivíduo “estranho”. Indivíduos com padrões desviantes como aqueles que usam roupas excêntrica e exóticas como “góticos”, e “funkeiros” também são classificados como “estranhos”.

Nota-se que as representações sobre uma “pessoa estranha” variam conforme o

contexto. A análise das representações demonstra que há vários tipos de estranhos. Além da figura do “estranho”, existe a figura do “desconhecido”. O desconhecido pode deixar de ser “estranho” e ser assimilado dentro de relações conhecidas como relações de trabalho, por exemplo. Diferentemente do “estranho” que representa figura da alteridade radical, o desconhecido pode ser “domesticado” e, por isso, aceito para participar de interações sociais.

Um estranho com o qual se entrecruza numa universidade ou num local trabalho é o “desconhecido”. Nesse caso, é um “estranho” do qual existe uma possibilidade de aceitação. Se a interação com o estranho não for mediada por relações conhecidas (a rede de relacionamentos é importante nesse ponto), tipificadas ou formalizadas conforme o contexto (trabalho ou a universidade), ela torna-se potencialmente ameaçadora. E os locais públicos são apontados como palco da interação com estranhos descontextualizados e ameaçadores. Um estranho com perfil desviante num espaço público como o Setor Comercial Sul ou o Conic já são considerados indivíduos “perigosos”, principalmente se o encontro ocorrer no período noturno.

4.4.2. O migrante

Para o brasiliense do Plano Piloto, pensar em “migrante” é lembrar-se, com frequência, dos indivíduos nordestinos ou de sua região geográfica: o Nordeste. Ao se pensar num “migrante”, os entrevistados evocam o trabalho ou os indivíduos cujas necessidades básicas os colocam abaixo da linha da pobreza. O migrante é assimilado como o retirante. Como se pode conferir no trecho da entrevista (11): *“Eu penso no nordestino que já vem cheio de saco carregando, cheio de criancinhas descalças, mulher grávida, marido pitando cigarro, eu vejo essa cena imediatamente. O retirante”*.

Observa-se que a figura do migrante se refere a aspectos culturais de um indivíduo de outra região, alguém que fala diferente, com uma mala ou uma mochila que indique que está chegando à Brasília. O migrante é aquele que se veste diferente, com “roupas diferentes”. O vestuário é um dos sinais aventados com frequência nas operações de

classificações de indivíduos. A aparência constitui um dos principais elementos de classificação e distinção. É a partir da aparência pessoal que os entrevistados identificam sinais de civilidade ou incivilidade, de naturalidade e até mesmo de caráter.

Embora Brasília seja uma “terra de migrantes”, evidenciamos que apenas um grupo de migrantes faz parte das representações dos brasilienses do Plano Piloto, ou seja, o migrante pobre que é expulso de regiões deprimidas do país. Palavras como “sozinha”, “família”, “doença”, “filhos”, “calça jeans, camiseta, sandália havaiana e sapato”, “sujo” e “rodoviária, mochila e mala” estão frequentemente nos discursos dos moradores do Plano e participam da construção da imagem estereotipada do “migrante” e seu cenário.

Aqueles “migrantes” de classe média que também chegam diariamente à Brasília para trabalhar em empregos públicos ou assumir cargos políticos de confiança passam despercebidos. Eles não são classificados como migrantes, mas sim assimilados e incorporados ao *ethos* brasiliense de funcionalismo. Eles “têm” o direito de habitar a cidade por serem “funcionários públicos”. O emprego público parece garantir-lhes o *status* de civilizado por acreditar-se que cuidarão de si sozinhos e não representarão um fardo aos outros moradores de Brasília.

Saltam aos olhos os migrantes pobres que chegam à Brasília. Para o morador do Plano, o migrante é uma figura imaginada, estereotipada e midiática. É a partir de notícias e imagens veiculadas pelos meios de comunicação que as representações acerca do migrante são, muitas vezes, construídas. São poucos os moradores do Plano Piloto que frequentam a Rodoviária da cidade, por não dependerem completamente de transporte público e por evitarem esse espaço considerado por eles como um “lugar perigoso”.

Nas representações dos moradores do Plano, são pessoas vestidas humildemente que desembarcam na rodoviária atrás de uma ilusão. Isso talvez explique por que palavras como “ajuda”, “precisão”, “dinheiro”, “comida” povoam à mente do brasiliense ao evocarem na figura do migrante. Há também, porém, em menor número, representações que classificam os “migrantes” como aventureiros. São considerados indivíduos impacientes, que nunca conseguem se fixar em lugar algum e necessitam de “novidade” frequentemente.

4.4.3. Os “perigosos”

Esta pesquisa também evidencia que os entrevistados classificam, de modo geral, indivíduos “perigosos” conforme dois critérios: características físicas e comportamento.

Por que nas classificações dos moradores do Plano a aparência é tão preponderante? As relações sociais no espaço urbano do Plano Piloto são pouco profundas e duradoras, de modo que, na maioria das vezes, só se conhece a imagem e aparência das pessoas. Brasília (conforme vimos no capítulo 1) é uma cidade cujo espaço não propicia interação social. De modo geral, as classificações são elaboradas em termos da aparência dos indivíduos. As considerações sobre o caráter e comportamentos dos indivíduos são apreendidas a partir dos sinais transmitidos pela aparência.

Pensar em pessoas perigosas que têm características físicas aparentes é lembrar-se de palavras (ou locuções adjetivas) como homem, gorro ou touca, drogas e tráfico, casaco, boné, bermuda, “de preto”, tênis, camiseta, bando ou roupa suja.

O vestuário caracteriza e identifica o indivíduo perigoso segundo a lógica classificatória dos moradores do Plano Piloto. Indivíduos jovens com tênis, calça *jeans* e camiseta ou bermuda e camisetas rasgadas ou sujas podem ser classificados como potencialmente perigosos. As representações acerca de roupas pretas e lugares escuros causam sensações de incômodo e medo. Porque essas representações são investidas de perigos para os indivíduos que habitam o Plano Piloto, espaço amplo, claro, livre, limpo e que prioriza a visibilidade.

Enquanto neste primeiro grupo, encontra-se um perfil particular e estereotipado de como é uma “pessoa perigosa”, no segundo, como as representações se referem ao comportamento humano, o entrevistado tem sempre dificuldade de construir uma imagem. Perigoso classificado nesse grupo são aquelas pessoas manipuladoras e dissimuladas cujas ações são imprevisíveis numa relação social.

Segundo os discursos dos moradores, os perigosos andam e agem rápido de modo imprevisível e descontrolável, demonstram “ansiedade” e “desequilíbrio emocional” e atitudes irracionais. As representações de alteridade corroboram a lógica da vida urbana de Brasília, considerada racional, equilibrada, regulada. O ideal arquitetônico de equilíbrio e

racionalização do espaço planejado parece ser assimilado como um valor para os moradores do Plano.

O “estranho” se torna “perigoso” quando está fora do lugar classificatório e quando apresenta características e comportamento que destoam do estilo de vida do Plano Piloto. Ele representa o obscuro, a não visibilidade, o não domesticado, que por isso é potencialmente perigoso e ameaçador.

4.5. O medo na cidade

Saber se um determinado espaço da cidade é perigoso ou seguro é bem mais complexo do que parece. As classificações acerca dos espaços físicos da cidade podem mudar segundo o horário do dia. Exemplo, se, por um lado, o Parque da Cidade é visto como um lugar seguro sob a luz do dia, por outro, torna-se um lugar perigoso com o ocaso do sol. Acessórios como iluminação artificial, policiamento também podem interferir na sensação de medo ou de segurança de um indivíduo no espaço em questão.

Os indivíduos moradores do Plano Piloto materializam as causas dos medos urbanos em determinados espaços ou indivíduos considerados perigosos. Uma expressão irônica talvez sintetize essa lógica classificatória: diga quem anda nesse lugar que os moradores do Plano dirão se o lugar é seguro ou perigoso.

Evidenciamos que classificações de espaços como “cidades pobres”, como lugares “desorganizados”, “violentos”, “sujos” refletem a maneira como classificam os indivíduos que habitam ou transitam nesses espaços. No entanto, essa pesquisa verificou que as classificações são dinâmicas. Se no CONIC, por exemplo, à noite frequentam pessoas de classe popular, migrantes, “pessoas tidas como perigosas”, logo o CONIC à noite passa a ser classificado como um “lugar perigoso”.

Conforme pudemos notar a partir das falas dos entrevistados, o consumo da droga, ou melhor, quando se têm muitos indivíduos num determinado espaço citadino usando

droga, esse espaço físico se transforma num “lugar perigoso”. Esse mesmo modelo de interpretação pode ser usado para entender por que a “213 Sul” e a “513 Sul” são quadras classificadas, principalmente, no período noturno como um “lugar perigoso”. São as pessoas que frequentam as quadras que as transformam num espaço de perigo. Esse trecho da entrevista (01) corrobora nosso argumento: *“agora na W3 tornou um lugar perigoso justamente por causa dessas mulheres [prostitutas]. Porque se encontra de tudo. É um cara da droga, é o ladrão. E dentro desse espaço encontram elementos que são assassinos em potenciais. Só falta acionar um último ‘bip’ para disparar sua potencialidade”*.

É interessante notar que vários espaços elitizados também são tidos como lugares perigosos. E são perigosos em virtude de frequentarem indivíduos socialmente desviantes. Nesses espaços físicos elitizados, frequentam não só aquele modelo estereotipado de migrante que tratamos anteriormente, mas, principalmente, “estranhos” e indivíduos com características de baixa renda classificados com “pessoas perigosas”.

A Esplanada dos Ministérios, conforme o dia, a hora e quem a frequente, é representada de modo diferente. O brasileiro tem medo de frequentar a Esplanada dos Ministérios em eventos promovidos pelo poder público. Porque é quando frequenta o “povão”, “multidão” de indivíduos de diversas classes sociais, mas principalmente de classes populares.

São, portanto, “gangues”, “mendigos reunidos”, “povão”, “multidão”, “aglomerações” atrelados a uma sensação de abandono do espaço físico que provocam sensações de medo nos moradores do Plano. Espaços como o Setor Comercial Sul (SCS) ou o Conic, mais intensamente, no período noturno são classificados como locais amedrontadores. É notável a ironia ou a contradição nos discursos dos moradores de Brasília a representação desses espaços, locais de intensa circulação e uso, como locais abandonados.

O ócio é potencialmente perigoso para os brasileiros do Plano Piloto que consideram o trabalho como um valor, uma atividade civilizadora e moralizante. Por isso, incomodam-se ao verem indivíduos que julgam estar sem “fazer nada”, “à toa” no SCS ou nas proximidades do Conic.

Essa classificação moral de espaços e indivíduos está também relacionada à

assepsia do Plano Piloto, cuja proposta é garantir que o Plano, principalmente nos dias úteis da semana, seja um espaço para o trabalho e não para diversões. Em função dessa assepsia restaria às satélites abrigar esses tipos de atividades e os indivíduos classificados como “à toa”. As atividades não relacionadas ao trabalho burocrático incomodam os habitantes de um espaço com um alto grau de homogeneidade social como o Plano Piloto.

Para aqueles que moram no Plano desde os anos 1960, a diversidade e quantidade de transeuntes na Esplanada, mas também em todos espaços de “sua cidade”, provocam uma sensação de incômodo. Defendem que, ultimamente, na Esplanada têm ocorrido muitas manifestações de “Sem-Terra” e de “desocupado”. Para eles, esses indivíduos tumultuam, atrapalham o trânsito. Esses moradores recordam que “antigamente” podiam andar na Esplanada com tranquilidade e tinham a cidade toda para si. O adjunto adverbial de tempo “antigamente” refere-se ao período de Regime Militar no Brasil (1964-1984), no qual manifestantes públicos eram presos e torturados. A movimentação na Esplanada permanece tímida até o início dos anos 1990³⁵.

Se, por um lado, a multidão e a quantidade de pessoas transformam um espaço em perigoso, por outro, a falta de circulação de pessoas também é, para o morador, característica de um espaço possivelmente perigoso.

Então, o que realmente torna, para o brasiliense, um espaço em “lugar perigoso”? Perguntei a uma entrevistada, como seria, de modo geral, um lugar perigoso nas cidades. Ela me respondeu que *“Ah! Eu acho que é a periferia, né? Cê fica (sic) com medo de entrar. Por exemplo. Rio de Janeiro!”* (Entrevista 06). Na sequência, indaguei-lhe o que fazia, em sua opinião, desse espaço um lugar perigoso. Leiamos integralmente sua resposta, pois nela estão reunidos alguns elementos que podem ajudar-nos a compreender como são construídos ou de onde se originam boa parte dos medos urbanos.

Gente!, basicamente acho que é a necessidade que essas pessoas sentem. Necessidade de ter as coisas do mundo capitalista, *né!*? Digamos assim, o pobre não tem... ele não tem educação como deveria ter, não tem instrução legal. Ele vê pessoas que têm condição, que têm “carrão” (sic), que têm casão (sic), que têm dinheiro, que têm relógio de marca... Poxa!... Ele rala, rala, rala *prá* ganhar salário mínimo... Aquilo vai dando um desespero nele. Ele fala *“puxa!, eu não*

³⁵ Cumpre lembrar que a partir do movimento estudantil “caras-pintadas” que a Esplanada começou a assumir a função de espaço de manifestações. Esse movimento ocorreu durante o ano 1992, quando os estudantes queriam a renúncia do Presidente da República, acusado de corrupção.

vou conseguir nunca obter uma vida dessa, vou ter que roubar". Aí parte *prá*... O cara, às vezes, desestrutura. O cara, às vezes, tinha até intenção, na sua trajetória de vida, quando adolescente, quando ele está formando a personalidade dele, os conceitos.

Ele tá trazendo *prá* ele o quê que ele vai ser como cidadão [ele pensa]: "*eu vou ser do mal ou vou ser do bem?*", *né!*? Aquela coisa assim "*eu vou assimilar os valores que foram passados, os princípios morais e éticos que a gente vê na escola, desde a faixa etária primária até o segundo grau, ou eu vou desvirtuar?*". Porque tem... Você vê isso muito na escola, na educação, na escola pública, nas escolas classes, *né?*, e nas escolas de ensino público.

Às vezes, a criança *tá* ali (sic). Ela tinha até uma intenção... ela tinha até aquela coisa de "*não, eu vou ser do bem, eu vou assimilar esses valores. A gente tem que ser correto, a gente tem que ser honesto, a gente ter um comportamento ético, um comportamento certo na sociedade*". Mas às vezes a vida dá tanto nele, ele vira [e diz para ele mesmo] "*prá que que eu vou ser isso se eu posso roubar ali, pegar uma arma e conseguir um relógio de marca com a maior facilidade do mundo?*". Então, às vezes, o cara fala [para si mesmo] "*não, eu não quero ir por esse caminho, esse aqui é mais fácil*". Ele acha que é mais fácil o caminho. Acaba desvirtuando, acaba caindo na marginalidade. Ele começa com pequenos assaltos, com pequenas violências e daqui a pouco ele vira um assassino e *tá* dando tiro numa menina de 8 anos, como eu falei, entendeu? Do nada! Então, assim o cara tem aquela coisa [de pensar] "*puxa!, eu não queria ser assim, eu não queria, né?, me tornar esse mostro que eu me tornei*". Mas a vida foi tão às vezes dura [que] ele não soube sair fora daquela situação ou daquele sentimento de querer obter uma coisa mais rápida, de uma maneira mais rápida. Não quis! [Preferiu pensar] "*ah!, eu não vou ser certinho, eu não vou estudar, eu não vou ralar, não vou estudar prá tentar fazer sei lá um concurso ou tentar trabalhar, arrumar um emprego digno*". Então vai *pro* caminho mais fácil (sic). Não sei! É muito pessoal. É uma coisa muito pessoal!

Parece haver um grupo de pessoas, no imaginário do morador do Plano Piloto, que quer obter seus bens, mesmo que seja pela subtração, já que ganhar um "salário mínimo" não é garantia de conquistá-los. Esse discurso corrobora o perfil de indivíduo perigoso e ameaçador: sem propriedade, sem trabalho (ou com trabalho de baixa remuneração) e com poucas possibilidades de consumo. Estranho à cidade.

A vida na cidade parece despertar desejos por consumo em indivíduos de várias classes sociais. Segundo a lógica de classificação, esse desejo de consumir pode transformar o comportamento dos indivíduos. Essa visão de cidade que perverte os indivíduos ela se torna mais clara nas representações sobre o "migrante". O migrante quando chega à Brasília é considerado como "bom" e provoca sensações de compaixão e benevolência por parte dos moradores do Plano. No entanto, a vida urbana cria ideais de consumo, de ambições, que o morador do Plano julga ser alheio ao estilo de vida anterior a vinda para Brasília.

Há uma rejeição implícita com relação à chegada de indivíduos de classes populares à cidade de Brasília. Alguns entrevistados demonstram um receio, muito sutil, de perder alguns benefícios para os novos indivíduos que chegam à cidade sem garantia de

emprego e de possibilidade de consumo. Os migrantes pobres são vistos como indivíduos a quem faltam itens básicos de sobrevivência. Contudo, no discurso do brasiliense há uma precaução “*lapsus loquendi*”. A habilidade na maneira de argumentar e expor as idéias seduz.

Eu tinha que dar um jeito delas não virem. Não porque eu não queria elas aqui. É porque a cidade já não consegue dá acolhida, serviços públicos para quem já está aqui. Então, mas, por outro lado, também não poderia fazer uma barreira, né? Já não existe mais isso. Mas o serviço social poderia acolhê-las e orientar elas a voltar, sem deixar que se instalem. Uma vez, já tem bastante tempo, aqui nessa quadra [314 Norte], eu tenho sido diretamente abordada pelo pedinte, né? [É] engraçado essa coisa do pedinte, me assusta, mas não me assusta tanto... Mas, assim, a mulher veio me pedindo dinheiro para comprar remédio, com aquela clássica receita amarelinha, dobrada. Aí eu falei para ela que não ia comprar o remédio que eu não tinha dinheiro. Aí falei com ela assim: onde é que você estava morando?

Ela falou assim que estava morando debaixo da ponte do Bragueto. E a menina que *tava* com ela, uma menina, de 9 ou 10 anos, disse “*ah!, a gente vai ganhar um lote*”. Eu falei para elas assim: de onde vocês veio? “*Do interior de Minas, do norte de Minas*”. Aí eu falei para elas assim: Ah!, vocês deviam dar um jeito de voltar, porque a vida aqui está muito ruim. Não tem emprego para todo mundo. Tem muita gente desempregada aqui. Aí ela me desarmou quando ela falou assim: “*ah!, mas pelo menos tem água. Porque eu tava pagando não sei quanto por um litro de água lá onde eu tava. Agora eu tou ali, na beira do Lago tem água*”. Prá gente [ela se refere ao morador do Plano Piloto], aquilo nem é água, né!? Mas aí ela me desarmou. Fazer o quê!? Aí fica difícil medida...

Se eu tivesse poder, eu faria uma equipe de assistentes sociais bem forte prá triar aquilo ali e sugerir que volte, mas não numa situação dessas que não tem nem água, né? Aí [nesses casos] fazer um campo de trabalho, fazenda agrícola. Me veio na cabeça agora (risos), plantar hortinha. Colônias, né? Tem muita terra. O governo poderia doar a terra para plantar, aí não precisa buscar na Ceasa longe. (Entrevista 2)

Nesta entrevista, observa-se que o indivíduo que migra para Brasília é percebido, sobretudo, como alguém que está num estado de miséria e prostração no qual artigo básico de sobrevivência, como comida, remédio ou roupas, supera a necessidade de emprego. A figura do migrante é vista como de alguém no limiar da sobrevivência para quem basta comida e água. Os brasilienses não consideram que o emprego seja uma necessidade a ele. Exclui-se o migrante do trabalho e do mundo social urbano, já que o lugar dele é na “hortinha”. O migrante encarna a figura do “estranho”, pois seu lugar classificatório, de acordo com as representações dos brasilienses do Plano Piloto, não é a cidade e sim o campo (zona rural). O espaço dele é na lavoura, na horta, no mundo social do campo.

E na cidade de Brasília são considerados “incivilizados”, no sentido empregado por Sennett (1979), por não se manterem sozinhos economicamente e dependerem de programas governamentais assistencialistas. Os moradores do Plano julgam que chegadas de fluxos migratórios elevarão a demanda por serviços públicos refletindo em aumento

nas/das taxas de impostos para eles pagarem.

4.6. Brasília: o medo corporificado

Conforme temos tentado mostrar, Brasília é uma cidade cujo modelo arquitetônico é moderno, futurista e *high-tech*. É, sem dúvidas, um marco na concepção arquitetônica por não se encontrar paralelo em modelos exteriores. Um ponto de inflexão, segundo Nunes (2009a), no processo de autonomização do planejamento urbano no país.

O modelo da cidade de Brasília é, sem dúvida, segregador. Um espaço por excelência dos indivíduos *blasé* de Simmel (1979). Indivíduo móvel, dessensibilizado cujo modelo coincide na concepção de Sennett (1997) com o capitalismo moderno. Um sistema que valoriza o egoísmo, a indiferença e, principalmente, a civilidade, pois os indivíduos egoístas sabem que onde a civilidade está significa que todos cuidarão de si individualmente. A sociedade contemporânea, conforme sustenta Sennett (1979), tende a rejeitar os indivíduos que constituem um fardo aos outros.

A valorização da individualidade só pode gerar, portanto, insegurança nos indivíduos que temem contato com seus “iguais”, mas principalmente com aqueles que são diferentes de si. Para Kuster e Pechman (2007), vivemos numa era da segurança na qual nossas cidades já começam a experimentar as dores e os horrores de se transformarem em cidadelas. Observam que o planejamento urbano, no qual podemos incorporar o de Brasília, por sua necessidade de racionalizar o espaço da cidade acabou desprezando os fluxos relacionais ao privilegiar as coisas e negligenciar as pessoas.

Mas sem a confiança mútua é impossível uma convivência civil, salienta o cientista político Lúcio Rennó Jr (1997). Ao buscar testar o “hobbesianismo social” no Distrito Federal, o autor notou que o espaço no qual habitam os brasilienses é marcado por desconfiança mútua e por avaliações negativas sobre os concidadãos. Apenas 8% da população admitia poder confiar no concidadão. Mais de 90% da população relatou-lhe ser

melhor tomar cuidado com outras pessoas. Para 88% dos entrevistados de Rennó Jr., o brasileiro quer levar vantagem em tudo. “*A falta de confiança tem como corolário uma avaliação negativa da disposição do brasileiro para o trabalho*” (Ibid, p.99). Os cidadãos são vistos como preguiçosos e preconceituosos. Segundo o cientista político, essa avaliação negativa do caráter do concidadão aponta para a existência de uma situação de segregação oriunda da discriminação.

Há, por parte dos brasilienses, uma total descredibilidade nas instituições democráticas. Por isso, procuram evitar soluções administradas pelo Estado. Na opinião de Rennó Jr., tem-se fomentado um clima geral de alto sentimento de insegurança causado pela crença na imprevisibilidade dos comportamentos. Por não confiarem no Estado, o cidadão se sente obrigado a virar-se sozinho. “*A maior parte da população se vê obrigada a esconder-se no âmbito restrito da casa e buscar o mínimo de aventura no mundo desafiador do estado de natureza prevalecente na rua*” (Ibid, p.109). O único local de segurança é a esfera privada. Apenas a casa é um ambiente com segurança razoável.

Já o sociólogo Jessé Souza (1997) observa que isso ocorre pelo fato de a maioria das pessoas não perceber seus concidadãos como confiáveis. A indagação do autor acerca do comportamento do brasiliense é notadamente interessante. Em Brasília, há uma primazia de valores sociais como igualdade e solidariedade, bem como recusa explícita de valores individualistas. Todavia, ao trabalhar com estratos sociais, Souza percebe que esses ideais valorativos tinham sido incensados pelas classes populares, grupo mais numeroso na sua amostragem.

Entre a classe média, os valores individualistas eram vistos como bem mais importantes do que os altruístas. Sua conclusão é de que heranças hierárquicas e liberais parecem combinar de forma orgânica na classe média. Uma combinação que permite liberalismo e individualismo conviverem numa sociedade cuja marca é o personalismo e afetividade. Existe na classe média “*um certo cinismo instrumental de aproveitamento de um contexto que lhe permite vantagens materiais e ideais sem uma real adesão consciente aos valores hierárquicos*”, sustenta Souza (Idem, p.127).

A sociedade para o brasiliense é aquela que apresenta características hierárquicas, cuja base é o respeito aos mais poderosos. As hipóteses do sociólogo Jessé Souza e

cientista político Lúcio Rennó Jr têm sido corroboradas em nossa pesquisa. No entanto nossa pesquisa de campo aponta para um sentimento de medo, insegurança e desconfiança mais intenso do que aquele apurado por eles.

Pedimos aos entrevistados que opinassem sobre as frases “nunca devemos confiar em ninguém e devemos ficar sempre atento a nossa volta”. Os indivíduos demonstram confiar desconfiando ou confiar em certa medida.

Ao buscarem opinar, os entrevistados entraram em contradição. Muitas vezes, iniciavam a opinião dizendo que a frase não era verdadeira e por isso não se aplicaria. Todavia, no final da resposta demonstravam uma dose elevada de pessimismo com relação aos seus concidadãos. Consideravam que onde o homem bota o pé, a chance de haver problemas é grande. Como se sabe, uma oração adversativa seguida por uma conjunção como “mas”, “porém”, “contudo”, entre outras, nega a anterior para prevalecer.

Os moradores que vieram de cidades do interior para Brasília são casos *suis generis*. Defendem que devemos confiar ou acreditam nos indivíduos. Mas, quando cruzamos esta questão com a opinião “ninguém está seguro em lugar nenhum”, percebemos uma opinião a qual demonstraria que já assimilaram o ideal-típico do indivíduo *blasé* do sociólogo alemão Georg Simmel. O trecho da entrevista abaixo exemplifica, muito bem, uma atitude *blasé*.

Eu estava num restaurante e passou um grupo de crianças e pegou comida de um dos pratos que estavam assim na mesa próxima da calçada e próxima a minha mesa também. Aí eu falei (sic) “meu Deus do céu!, daqui a pouco até os restaurantes vão ter que estar com grades”. Aí me chamou atenção uma coisa assim da minha infância, do interior. Nós tínhamos lá uma coisa chamada cachorro vira-lata, que era aquele cachorro que ficava nas latas de lixo dos vizinhos roubando a comida que sobrava nas casas. Hoje eu moro na cidade que eu não conheço a figura do cachorro vira-lata, em Brasília não tem o cachorro vira-lata. [...] Só que essas crianças vão crescer! Só que se crescerem sem oportunidade, sem estudo, vão virar bandido. E **a gente tem que ficar com o pé atrás** [grifo meu]. Isso que eu vi, um grupo de jovens pegar um frango que estava assim num prato de uma pessoa me deixou muito preocupado. O desespero. Aquela coisa de entrar no restaurante e pegar a comida e sair correndo. Eu não sei como é que vai ser até pra você comer fora. Você está vendo que eu estou caindo em contradição. (Entrevista 17)

Esse outro morador do Plano Piloto, originalmente de uma pequena cidade interiorana, também defende que se deve “confiar nas pessoas”. Todavia, sua

argumentação nos leva a crer que existem as pessoas certas nas quais se podem confiar:

Falta de emprego, falta de perspectiva, falta de possibilidade de o cara comprar um tênis, ele vai roubar, ele vai buscar, ele quer o tênis igual ao que todos os amigos dele têm. Que roubaram também! Aí sai lá do Paranoá e vem a família e fica aqui debaixo tocando em todos os apartamentos querendo comida, querendo isso, querendo aquilo. Por quê? Porque o cara não tem emprego, não tenho dinheiro prá... Aí fica... Aumenta-se a sensação de insegurança com a presença das pessoas que não tem nada a ver com a quadra, não tem nada a ver com a comunidade em si. E eles usam esse comércio, esse mercado para olhar quem é que vai, como é que vai, que hora que vai, se tem segurança se pode assaltar. (Entrevista 09)

Nesses dois trechos de entrevistas, podemos perceber uma atitude *blasé* claramente. Parece estar havendo um processo de “desumanização” e “despersonalização” em processo dentro de nossas cidades contemporâneas, que obrigam as pessoas a agirem friamente num problema sério como da falta de alimentação. Chega-se ao ponto de comparar seres humanos com um animal como um cão. Está claro que há um reconhecimento do problema da desigualdade social. Mas há uma sensação de incômodo quando esses problemas se apresentam no campo de visão real, e não apenas por vê-los através dos meios de comunicação.

Adotar um comportamento *blasé* é uma maneira de se distanciar dos problemas sociais. Acreditam que os indivíduos são materialistas. Querem possuir “coisas” cuja frustração é o caminho para o indivíduo cometer crime violento.

4.7. O medo da cidade

Embora Claval (1981) tenha concluído que a cidade é uma organização destinada a maximizar a interação social e Park (1979) que o ar da cidade liberta o homem, percebe-se nos discursos dos brasilienses uma opinião que defenda o contrário. A cidade é vista como o espaço que corrompe as pessoas. Representa-se idilicamente que a vida interiorana de

uma fazenda libertaria e inocentaria o homem. É um espaço cujo modo de vida exige pouca ambição. Vive-se feliz, porque não há necessidade de competir continuamente com “seus vizinhos”. O “homem” interiorano é classificado como “bom” e “humilde”, que ao chegar à cidade grande se transforma. A cidade incita-lhe ambição, a cobiça e a inveja. Paulatinamente, segundo essa noção de cidade, os desejos do homem do campo tendem a aumentar, porque começa a comparar sua vida com a dos seus concidadãos.

Pedi-se ao brasileiro para imaginar um lugar no qual ele não sentisse medo e estivesse completamente seguro. É consensual, entre os entrevistados, que a casa é um espaço que confere a maior sensação de segurança. Os parques urbanos também são considerados com lugares onde a sensação de segurança é alta, mas apenas no período em que a luz solar predomina no céu. No entanto, a “fazenda” é vista como um espaço, fora da esfera privada, que provoca maior sensação de segurança ao brasileiro.

A escolha por esses espaços pode ser interpretada como um “medo da cidade”. Não da cidade física, mas da cidade de Wirth (1979), isto é, uma cidade de um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos. Medo da “cidade” seria o medo dessa heterogeneidade. Evidenciamos que o brasileiro do Plano Piloto se diferencia do indivíduo urbano comum em outras grandes cidades brasileiras, mais acostumados com heterogeneidade social urbana.

Ao pensar em fazenda os indivíduos estão, idilicamente, pensando também numa pequena cidade do interior do país, num lugar pequeno cujo modo de vida é tido como de “pretensões econômico-sociais humildes”. Nela, se chega à felicidade com pouca ambição.

O ar da cidade é transformador, mas não naquele sentido positivo percebido por Park (1979). Para os moradores do Plano Piloto, na cidade “não tem espaço para todo mundo”. Como os moradores de Brasília acreditam que a cidade corrompe os homens, julgam que o homem do campo não deveria vir para cidade, pois na cidade ele será visto não só como “estranho”, mas corre riscos de ser transformado em “pessoa perigosa”.

Sennett (1979) em suas análises sobre a sociedade contemporânea evidenciou que num sistema, como o nosso, que valoriza egoísmo, indiferença e civilidade, o indivíduo que não consegue cuidar de si individualmente é estigmatizado. Para esse autor, civilidade

significa que o indivíduo cuidará de si individualmente, não constituindo, portanto, um fardo aos outros. O migrante que faz parte das representações do brasiliense não é aquele que é forçado a mudar pela instabilidade no local de origem, pela falta de emprego. Mas é aquele “que veio de fora *prá cá*”, quem vem atrás de “algo melhor”, que chega com “objetivo” de consumir uma cidade que já “tem dono”: o brasiliense. Os termos relatados pelos brasilienses referem-se direta ou indiretamente a um indivíduo que depende de outrem para sobreviver, por isso será mais um “incivilizado” na “sua” cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual é a sensação de andar nas ruas das grandes cidades contemporâneas? Não raras vezes, o espaço da cidade é identificado como espaço de medo, no discurso midiático, do cidadão comum, como também nos discursos de especialistas. Os medos urbanos são aventados como uma sensação típica do cotidiano das cidades contemporâneas.

A recorrência de representações de medo no imaginário dos indivíduos citadinos poderia convencer-nos de que as cidades tornar-se-iam espaços perigosos. As representações que se fazem da metrópole contemporânea quase sempre são anexadas ao fenômeno da violência urbana. A mídia apresenta o mundo social urbano com ênfase redobrada em problemas sociais, sobretudo, aqueles relacionados à violência urbana e que sensibilizam a audiência. Essas imagens de medos tendem a se generalizar nos espaços urbanos e passam a orientar a conduta e as sensações dos indivíduos. Assim, os encontros, os momentos de interação, ou de sociabilidade no espaço urbano (público e heterogêneo), tendem a ser vistos como potencialmente perigosos.

O conflito e a violência, considerada muitas vezes incontrolável, passaram a caracterizar as maiores cidades. As cidades, que eram originalmente construídas para garantir segurança a seus habitantes, hoje são cada vez mais vistas como espaços de perigo. Tais fenômenos contemporâneos estimulam a pensar que, talvez, os medos e o sentimento de insegurança e indiferença podem também incitar a segregação-exclusão no espaço citadino.

No início deste século XXI, tem sido cada vez mais frequente o imperativo de se proteger a todo o custo combinado a um desejo nostálgico de retorno à vida em comunidade tradicional ou a uma “cidadela”, no sentido empregado por Pechman e Kuster (2007). A nostalgia do passado representa a vida rural, a vida em contato com a natureza, como sinônimo de liberdade que coincidiria com a “fuga” da cidade.

Os indivíduos do Plano Piloto se reverenciam aos elementos da natureza, cultuam à natureza, ou seja, evocam um ideal de vida feliz e segura na fazenda, no campo. Todavia,

não têm na memória uma experiência em virtude de uma história real pela qual passaram, posto que não vivenciaram profundamente tal mundo social. Apenas acreditam nesse ideal-típico, nessa utopia. Todavia, experienciaram e experienciam diariamente a vida urbana. Têm para si, isto é, acreditam que a vida na cidade grande representa riscos e, por isso, enseja medos. Se nos reportarmos ao filósofo Espinosa através de Chauí (1987), notaremos que o medo nasce da tristeza. É um afeto original que enfraquece o ânimo e deixa o indivíduo ontologicamente inseguro. Todavia, os indivíduos, em sociedade, não podem viver apenas tristes e inseguros em função dos seus medos, por isso, têm esperança de que em algum lugar ou momento viverão alegres e seguros. Os humanos, sobretudo, não sobrevivem sem esperança. Segundo a lógica de Espinosa, não há medo sem esperança, nem esperança sem medo.

A segurança nasce, sobretudo, da esperança e os indivíduos urbanos precisam sentir-se seguros em algum lugar. Isso pode ser originária da construção de um mundo social idílico, identificado com o campo, em estreita oposição à vida urbana. Por isso, o mundo social dos pais de nossos pais ou de nossos bisavôs seria utopicamente sinônimo de alegria e segurança.

A esperança dá segurança, porque os indivíduos imaginam um espaço considerado passado como se este estivesse no tempo presente. Desconhecem, na maioria das vezes, a experiência real de uma vida no campo, mas ideiam para si a ficção contemplativa de viver em contato constante com a natureza, onde o tempo é de outra ordem. Ali o estilo de vida seria oposto àquele do indivíduo *blasé* na cidade grande observado pelo sociólogo Georg Simmel (1979). A vida camponesa imaginária demandaria, idilicamente, pouca energia do indivíduo e dispensaria a calculabilidade, a pontualidade do relógio e o calendário estável e impessoal (fenômenos intensamente presentes na vida urbana de Brasília).

Não obstante, essa nostalgia da vida do campo não corresponde com a realidade dos fatos, pois são para as cidades que os indivíduos continuam marchando. Desde seu início, os indivíduos iam para as cidades em busca de um ideal de liberdade. Ali acreditavam poder empreender uma vida protegida dos perigos da natureza. Além disso, a vida na cidade parecia ao camponês permitir conquistas de mais direitos, conforme nos mostra o historiador inglês Edward Thompson (1998). No final do século XIX, os camponeses percebiam que os protestos no mundo urbano a respeito dos direitos comuns eram

frequentemente mais grandiosos e visíveis do que os rurais. Os indivíduos obtinham mais sucessos na luta por seus direitos na cidade, porque ela permitia anonimato e amotinados.

Todavia, deve haver algum momento da história na qual essa nostalgia da vida no campo surge. Poderíamos especular que essa passagem estaria também no final do século XIX, onde o sistema burguês, com a industrialização, começava oprimir severamente as classes operárias. Friedrich Engels (2008) foi quem melhor observou esse mundo urbano e o considerou miserável e degradante. Criticou o modo desumano pelo qual o sistema econômico e social passara a explorar a classe operária. Ao invés de realizar o sonho de liberdade no mundo urbano, na cidade, o trabalhador se tornava em escravo com vida miserável.

Durante esse século XIX, eram constantes as investidas de autores para dentro dos indivíduos. Nesse contexto, vários literatos brasileiros do movimento romantista já faziam, através de suas obras, culto à natureza. Procuravam, em um passado indígena, não só a gênese de uma cultura naturalmente brasileira, mas estavam atrás também de um ambiente natural, de um “mundo social” cujo sinônimo seria “ambiente divino e puro”.

Não obstante, essa breve discussão especulativa não dá subsídio para formularmos uma explicação para as causas dos medos urbanos. E tentar encontrá-las excede nossa proposta de pesquisa. O que está à disposição dos urbanistas seria que as grandes cidades contemporâneas parecem, de fato, estar transformando-se, cada dia mais, no sonho oposto de Le Corbusier, cuja utopia arquitetônica negava confusão e caos da desordem e do espontâneo.

De acordo com o sociólogo urbano Brasilmar Nunes (2009a), o que tem prevalecido nas grandes cidades é exatamente a estética do caos e a lógica da desordem como expressão do urbano. Ao menos é isso que tem defendido a arquiteta-urbanista Paola Jacques (2003), ou seja, a lógica erva/rizoma, um sistema de pensamento descentralizado, cultura instável, sem modelo, nem imagem precisa. Cidades rizomáticas para as quais o importante é o processo, o próprio movimento, o germinar, o crescimento, o ímpeto. Segundo a autora, precisa ser pensada outra lógica para as cidades que não sejam a conservadora de museificação. Pensar, por exemplo, em preservar não arquitetura da cidade, nem seu urbanismo, mas seu próprio movimento, através de seus atores.

A proposta da autora coloca em evidência problemas não previstos pelos desenhos na prancheta de Lucio Costa, ao projetar Brasília. O urbanista priorizou em Brasília mais a arquitetura e o urbanismo do que as interações sociais. Todavia, o Plano Piloto já foi transformado em um “museu vivo” a partir do tombamento da cidade no ano 1987. Isso parece incomodar alguns moradores que frequentemente apontam uma característica autoritária do desenho urbano de Brasília. Esse trecho da entrevista (01) corrobora nosso argumento: *“Eu presenciei aqui a construção da cidade de Brasília... Quanto ao seu aspecto urbanístico, eu sinto uma monotonia extrema. Porque não muda, [tudo permanece] estático. Quando se ocorre mudança, é uma árvore que foi plantada ou gramado que está verde ou uma construção erguida”*. A fala desse funcionário público aposentado nos indica o que é viver no Plano Piloto durante 50 anos de uma vida de 79 anos. Há uma relação com a cidade de amor e ódio intensos. Ao mesmo tempo em que os brasilienses questionam a falta de mudança no espaço físico da cidade, defendem a permanência de um espaço socialmente homogêneo.

A homogeneidade social, talvez seja na “consciência prática”, um meio de garantir a “propriedade” da cidade e assegurar a utopia arquitetônica de Le Corbusier (planejamento, ordem e estabilidade) no projeto de Lucio Costa. Frequentemente, os discursos dos entrevistados salientam a proposta original do Plano Piloto enquanto uma cidade administrativa que “foi feita para o funcionário”. Há uma defesa pelas marcas de distinção que caracterizam os moradores do Plano Piloto: “ter alto salário”, “ser funcionário público”, “morar em áreas nobres” e “ter acesso a altos padrões urbanísticos”. A “asessia do Plano Piloto”, que visa manter a limpeza física da cidade como também de práticas consideradas imorais (como prostituição e crimes), traduz-se em desejo por ordem e regularidade e assegura marcas de distinção dos moradores do Plano Piloto.

Dentro de um espaço urbano, marcado pela premeditação, planejamento, organização, normatização, homogeneidade social dos espaços onde se socializam, que são basicamente os locais de trabalho e de moradia, não é de estranhar que os moradores do Plano Piloto sintam horror da imprevisibilidade e heterogeneidade social por serem opostos ao estilo de vida ao qual estão acostumados. Os moradores manifestam restrição a determinados grupos (em especial dos migrantes pobres e indivíduos de classes populares) a fazer uso da cidade enquanto espaço público, agindo em função do desejo de privatização

de determinadas áreas da cidade (como das quadras ou super-quadras).

Observamos que a segregação social é subsidiada por operações classificatórias. Os brasilienses do Plano Piloto tomam por base esses espaços descritivos do espaço físico e social de sua cidade para classificar a cidade dos “outros” (as cidades-satélites), como também os próprios “outros” (os habitantes delas). Usam formas de classificação que acabam induzindo a segregação sócio-espacial no território do Distrito Federal como também de toda RIDE/DF, a tal ponto que poderemos considerar que o endereço de cada morador como indicativo do lugar social dos indivíduos. O que corrobora a tese de Pinçon (2000) quando defende que o espaço urbano expressa simbolicamente o espaço social.

O uso da reserva (diante do “outro”, dos “estranhos”), aspecto do comportamento “*blasé*” simmeliana, além de poupar energia para usá-la egoisticamente, é também um meio de chamar a atenção ou sustentar a hierarquia do espaço e, por conseguinte, a segregação territorial de agentes e grupos.

A partir dos estudos de Sennett (1997), podemos depreender que a reserva diante do “estranho” não é um fenômeno exclusivo de Brasília ou de outras grandes cidades brasileiras. É um fenômeno comum às cidades. Sennett, ao fazer uma história da cidade através do estudo da arquitetura e de suas analogias com o corpo humano, percebe que os cidadãos venezianos parcelavam o solo para segregarem os “estranhos” (estrangeiros), porque estes eram considerados como “sujos, impuros e doentes”.

Os venezianos se autodenominavam purificados e saudáveis e evitavam o contato com corpos “enfermos e contaminados”. Obrigavam os imigrantes a morarem enclausurados. Para os venezianos, a diferença estava impregnada de impureza. Independente da posse de capital econômico ou cultural, só eram cidadãos ali as famílias cristãs que viviam na cidade antes do renascimento do comércio. Havia na cidade de Veneza do século XVI um alto sentimento de insegurança e medo algo próximo ao que ocorre na cidade de Brasília do século XXI. Todavia, temos aqui um aspecto absolutamente original.

Esse exemplo evidencia que o alto sentimento de insegurança e a convivência com “estranhos”, “migrantes” e “pessoas perigosas” não é um fenômeno contemporâneo, mas

faz parte de cidades que recebem migrantes diariamente. Com a chegada desses novos habitantes, os “cidadãos” se vêem obrigados a dividir “sua” cidade com indivíduos “estranhos”. Com o intuito de se protegerem, os “cidadãos” passam a agir com indiferença ou adotar mecanismos de reserva, visto que uma relação amistosa pode indicar tolerância ou consentimento da presença do “outro” na “sua” cidade.

Cinco séculos depois, as cidades ganharam proporções inimagináveis. São milhões de pessoas que dividem o mesmo espaço urbano (como, por exemplo, RIDE/DF a qual, segundo a Codeplan 2008, estima-se já ter ultrapassado a casa de 3 milhões e meio de habitantes). Nela, a chegada de migrantes diuturnamente aproxima a “metrópole Brasília” à antiga Veneza do século XVI.

Brasília tem, porém, um poder de atração, muito superior ao daquela Veneza, porque na cidade de Brasília o indivíduo pode esperar a longo prazo encontrar o que Park (1979) já havia notado, ou seja, algum lugar, entre as diversas manifestações da vida na cidade, um tipo de ambiente no qual esse indivíduo se senta à vontade. O criador da Escola de Chicago não vê como negativo a segregação na cidade. Para ele, os processos de segregação são meios de estabelecer distâncias morais entre indivíduos diferentes na cidade grande. É, exatamente, esse distanciamento que torna a cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram. *“Tudo isso tende a dar à vida citadina um caráter superficial e adventício; tende a complicar as relações sociais e a produzir tipos individuais novos e divergentes.” (Ibid, 62).* E se Park estiver certo, seria a figura de “estranho” uma expressão desse mosaico?

Não sabemos até que ponto os processos de classificação e segregação que operam a partir dos espaços das cidades-satélites e de seus habitantes devem ser vistos como fenômenos normais das grandes cidades contemporâneas. Apenas sabemos, na verdade, que há uma lógica que ordena as operações classificatórias dos indivíduos do Plano Piloto. São cidades cuja diferença apresentada em relação ao Plano Piloto está impregnada de “impureza”. Por isso, a utilização dos espaços públicos do Plano pelos indivíduos de cidades-satélites é tomada como uma “invasão” indesejada e uma cidade que tem “dono”.

Observamos também que os medos constituem uma experiência individual, socialmente construída e culturalmente compartilhada. Replicando a tese de Reguillo

(2008), o medo não nos parece fruto do acaso, mas é determinado por causas necessárias que, ignoradas, não cessam de alimentá-lo. O que não encontramos ainda são justificativas para uma sensação de medo e insegurança intensos dentro de um espaço tão resguardado como o do Plano Piloto.

Os dados da pesquisa de campo contrariaram a hipótese corrente segundo a qual Brasília, uma cidade planejada conforme a mais alta tecnologia da arquitetura moderna, na qual a segurança foi uma preocupação primordial, os indivíduos, na sua maioria, funcionários públicos estatutários do alto escalão dos governos federal e distrital, teriam alta sensação de segurança em suas vidas cotidianas. Ao longo da pesquisa, constatei que a maioria dos brasilienses sente-se extremamente insegura. Tais características do espaço urbano de Brasília não coincidem, portanto, com um alto sentimento de segurança. Mas, de onde vêm esses intensos medos? Que sensações poderosas obrigam os indivíduos a aprovarem os usos de aparatos tecnológicos de segurança ou desejarem se trancafiar na residência? Qual seria então a causa de tanto medo e insegurança? Penso que os medos urbanos podem estar relacionados a uma sensação mais geral de mal-estar.

Uma sensação geral de mal-estar na sociedade não poderia original. Autores clássicos da teoria sociológica observavam uma sensação geral de mal-estar e, para essa, procuravam dar explicação a partir do quadro de transformações sociais. Marx analisava o presente apoiando-se nos acontecimentos pelos quais as sociedades já haviam passado. Certo de que nenhum modelo de sociedade dura eternamente, o autor previa que, em certo momento, a sociedade capitalista daria lugar a um novo modelo de vida social. Marx (1998) pensava que as mesmas armas, com as quais a burguesia abateu o feudalismo, voltar-se-iam contra si.

No *Prefácio a Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx (1977) procura explicar a transição de sociedades. Segundo o autor, quando se atinge uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se confrontam com as relações de produção existentes, com as relações de propriedade desenvolvidas até aquele momento. As relações de produção se converteriam em obstáculos às forças produtivas. Uma revolução social eclodiria esses obstáculos e inauguraria um novo período na história.

Marx buscava, de acordo com Rima (1977), alertar quanto à contradição segundo a qual a concorrência industrial levaria a um avanço na maquinaria e, por conseguinte, um aumento de indivíduos despregados. Marx e Engels (1998) também rejeitavam, como muito bem observou Harvey (2009), a tese de pensadores iluministas, como Adam Smith e Saint-Simon, acerca de um capitalismo benevolente o qual poderia oferecer os benefícios da modernidade capitalista para todos.

Para Durkheim, ao contrário de Marx, a Europa de seu tempo não podia ser considerada totalmente capitalista, conforme notou Giddens (1975). Pensava estar vivendo um período de mudanças, numa sociedade anômica. Aquele período que transformava radicalmente as tradicionais estruturas sociais da Europa era considerado como algo temporário. Tratava-se de estado de anomia instalado entre a sociedade feudalista e a sociedade industrial. Durkheim estava certo de que, depois do período de crise, o equilíbrio seria recobrado.

Para Durkheim (1984), em tempos de crise ou mudança, a sociedade pode se ver perturbada e ingressar em um estado de anomia no qual as paixões são menos disciplinadas. Esse mal-estar que paira no ar durante o período anômico gera um sofrimento social que pode se manifestar em perturbações psíquicas ou em distúrbios fisiológicos. A maioria dos indivíduos não consegue entender a *gênesis* do mal-estar, apenas compartilha da experiência de sofrimento da comunidade moral.

Como poderemos observar na teoria social contemporânea (Bauman, 1998 e Harvey, 2009), a sociedade não mais consegue oferecer quantidade significativa de emprego seguro. Bauman observa que as melhorias econômicas já não garantem e não garantirão mais o fim do desemprego, visto que *“atualmente, ‘racionalizar’ significa cortar e não criar empregos. Modernizar a maneira como a empresa é dirigida consiste em tornar o trabalho ‘flexível’ – desfazer-se da mão-de-obra e abandonar linhas e locais de produção de uma hora para outra”* (Ibid, p.50). A insegurança quanto ao futuro contribuiria para aumentar o mal-estar social?

Tais autores sustentam que vivemos numa sociedade de incertezas acerca do futuro. Sociedade da efemeridade, volatilidade e descartabilidade na qual a estética prevalece sobre a ética e preconiza-se que o presente deve ser vivido como se não houvesse o devir.

Não se sabe ao certo se os sentimentos de inseguranças e medos são consequências dessa situação de instabilidade quanto ao emprego e ao consumo. Todavia, parece notável que um “mal-estar social” se generaliza na sociedade.

Também parecia certo para Freud que havia um mal-estar no seio da civilização. Os indivíduos não se sentiam confortáveis dentro dela. O mal-estar se dava por conta do freio que a civilização impunha sobre os instintos dos homens. Nas palavras de Freud: “*o homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança*” (Freud, 1974b, p.137). E conclui que era preciso pagar um preço pelo avanço em termos de civilização, qual seja, “*uma perda de felicidade pela intensificação do sentimento de culpa*” (Ibid, p.158).

No debate social contemporâneo, apesar de muitos autores não concordarem quanto à possibilidade da sociedade contemporânea ter-se transformado em pós-moderna, como Rouanet (1987), existe um ponto consensual: todos percebem um mal-estar pairando no ar. Segundo Rouanet, há um mal-estar na modernidade que se deve a uma consciência de ruptura nas dimensões sociais e culturais ensejada pelo próprio desejo de mudança. Não obstante, não há uma equivalência de ruptura real, visto que as heranças do Iluminismo estão num périplo espreitando qualquer mudança na modernidade.

Para Rouanet, não ocorreu ruptura real no cotidiano pelo fato da informatização tomar o lugar da maquinização. Também não vê ruptura pelo fato de novos movimentos políticos (feministas e gays) entrarem em cena, pois supõe que a microfísica do poder não destruiu a macrofísica. Com relação às dimensões culturais também não vê nenhum corte com a modernidade. A ciência tampouco é pós-moderna por assumir uma perspectiva probabilística, já que os critérios de aceitabilidade dos enunciados e de legitimidade do discurso científico ainda são os da ciência moderna. Rouanet constata o mal-estar social, porém não o toma como indício de uma transformação da sociedade.

O foco de Huyssen (1992) privilegia exatamente pontos que Rouanet desconsidera. Percebe que, desde os anos 1950, já vinha emergindo lentamente nas sociedades ocidentais uma mudança de sensibilidade para a qual o termo “pós-modernismo” é inteiramente adequado.

Enquanto Rouanet busca, sem êxito, evidências factuais da suposta ruptura pós-moderna, Huyssen busca reconhecer e assimilar as mudanças na sociedade através dos sentidos e dos sentimentos. A transformação não seria, portanto, imediatamente inteligível à razão, mas sim apreensível aos sentimentos e sensações.

Para Bauman (1998), estaríamos diante de um mal-estar da pós-modernidade. O autor toca no ponto fulcral da nossa discussão, quando diz que os mal-estares, aflições e ansiedades são típicos do mundo pós-moderno. Para ele, essas sensações resultam do gênero de sociedade que oferece cada vez mais liberdade individual ao preço de cada vez menos segurança, percebendo uma inversão na fórmula de Freud. “*Os mal-estares pós-modernos nascem da liberdade, em vez da opressão.*” (Bauman, 1998, p.156).

Huyssen (1992), buscando salvar o pós-moderno de seus defensores e de seus detratores, afirma que em quase todo o debate sobre o pós-modernismo ou se diz que há uma ruptura radical com o modernismo, ou se afirma a continuidade com ele. Já Harvey (2009) não se prende apenas ao presente. Ele percebe que há desejo, por parte de alguns, de um retorno ao classicismo. Harvey diz concordar com ponto de vista dos modernos, para os quais toda época tem julgada a realização da plenitude do seu tempo, não pelo ser, mas pelo vir-a-ser.

Ao tratar da história da modernidade e da condição de vida pós-moderna, Harvey não afirma que há uma ruptura radical com a modernidade. No entanto, também não desconsidera a possibilidade de estar ocorrendo uma constante mudança na sociedade contemporânea. Harvey, apoiando-se no materialismo histórico, encontra uma das chaves da insegurança da modernidade. “*O impulso de realocação para locais mais vantajosos (o movimento geográfico do capital e do trabalho) revoluciona periodicamente a divisão territorial e internacional do trabalho, acrescentando à insegurança uma dimensão geográfica vital.*” (Ibid, p.103). O princípio dessa insegurança reside no que Marx denominou de “valor em movimento”: a circulação do capital, incansável e eternamente em busca de novas maneiras de auferir lucros.

Com a aceleração do giro de bens e consumo nas sociedades contemporâneas, as pessoas foram forçadas a lidar com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de obsolescência instantânea. Isso implica profundas mudanças na psicologia humana. De

acordo com Harvey, a volatilidade torna extremamente difícil qualquer planejamento de longo prazo. Para ele, há mais continuidade do que diferença entre a ampla história do modernismo e o movimento denominado pós-modernismo. Parece mais sensível ver este último como um tipo particular de crise do primeiro.

Penso que antes de generalizar essas hipóteses e suposições para o contexto brasileiro, faz-se necessário também testá-las empiricamente. Nossa proposta não foi identificar as causas dos medos, mas sim apreender o modo pelo qual os medos são configurados em referência a processos urbanos. É possível que esses sentimentos estejam relacionados a uma sensação mais geral de mal-estar que não seria apenas corolário da violência urbana e de incertezas quanto ao futuro empregatício. Essa discussão sobre o mal-estar indica algumas possibilidades para análises futuras em torno da temática dos medos urbanos.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor, HORKHEIMER, Max. **A Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ADORNO, Sérgio. **Conflitualidade e Violência**: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. São Paulo: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, V.10, n.1, p.19-47, 1998.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO DISTRITO FEDERAL/**Companhia de Planejamento do Distrito Federal** – Brasília: CODEPLAN, 1977-2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

_____. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. **O Mal-Estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. Renato Ortiz (org.). São Paulo: Olho d'água, 2003.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papius, 1996.

CALDEIRA, Teresa. P. do Rio. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMARGO, Jean C. G. *Habitus e/ou Consciência Prática?*: Por uma crítica comparativa na proposta teórico-metodológica de Bourdieu e Giddens. In: **Urbanidades**, Revista Eletrônica do PIP Itinerâncias Urbanas, n. 6, 2009. Disponível em <http://www.urbanidades.unb.br/06/artigo_7_jean_camargo.pdf>. Brasília, acesso em 10 janeiro de 2010.

CHAUÍ, Marilena. Sobre o Medo. In: CARDOSO, Sérgio; et al. **Os Sentidos da Paixão**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CHOMSKY, Noam. **Topics in the theory of generative grammar**. Paris : Mouton, 1969.

CLAVAL, Paul. **La logique des villes: Essai d'urbanologie**. Paris : LITEC, 1981.

DATASUS. **Banco eletrônico de Dados do Sistema Único de Saúde**. Disponível na internet: <www.datasus.gov.br>. Brasília, acesso em 5 janeiro de 2010.

DISTRITO FEDERAL - Síntese de Informações Socioeconômicas, 2008/**Companhia e Planejamento do Distrito Federal** (Codeplan). Brasília: Codeplan, 2008.

DURKHEIM, Émile. **A Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Émile Durkheim: Sociologia**. José Albertino Rodrigues (org.). São Paulo: 1984.

DURKHEIM, Émile, MAUSS, Marcel. Algumas Formas Primitivas de Classificação: Contribuição para o estudo das representações coletivas. In: **Ensaio de Sociologia**. SP: Ed. Perspectiva, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boi Tempo, 2008.

ELIAS, Norbert. Considerações sobre o método. In: ELIAS, N., SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2000.

FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. In. **Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo**. *Revista USP*, no. 17, 1993.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. In. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FREITAG, Barbara. **Capitais Migrantes e Poderes Peregrinos: o caso do Rio de Janeiro.** Campinas, SP: Papyrus, 2009.

_____. **Cidade dos Homens.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

FREUD, Sigmund. O Futuro de uma Ilusão. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro. IMAGO, 1974a.

_____. O Mal-Estar na Civilização. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro. IMAGO, 1974b.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, Anthony. **A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: Ed. da UFMG. 2001.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: José Olympio Ed., 1977.

HUGGINS, M., et al. **Operários da Violência.** Brasília: Editora da UNB. 2006.

HUYSSSEN, Andreas. Mapeando o pós-moderno. In: Buarque de Holanda, Heloísa (org.). **Pós-modernismo e política.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

IBGE. **Estimativas das populações dos municípios 2009.** Brasília: disponível na internet <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em setembro de 2009.

JACQUES, Paola B. **Estética da Ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. Esboço do programa científico de uma sociologia psicológica. In: **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v.34, n.2, ago, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso

em 10 jan. 2010.

_____. **Retratos Sociológicos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAGO, Luciana Correia do (org.). Como Anda Rio de Janeiro. In: **OBSERVATÓRIOS DAS METRÓPOLES**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

MARX, Karl. **O capital**. Rio: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

_____. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: **Karl Marx e Friedrich Engels**. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MICHAUD, Yves. **A Violência**. São Paulo: Ed. Ática. 1989.

NUNES, Brasilmar Ferreira. A lógica social do Espaço. In: PAVIANI, A., GOUVÊA, L. A. DE C. (Orgs.). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora UNB, 2003.

_____. **Brasília: A construção do cotidiano**. Brasília, Paralelo 15, 1997.

_____. **Brasília: A Fantasia Corporificada**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

_____. Cidade vivida e cidade planejada: encontro da teoria com a pesquisa. In: **XXX Congresso da SBS**. Rio de Janeiro: *Paper* apresentado na mesa redonda “Visões da cidade: percursos teóricos e dinâmicas de pesquisa” (não publicado), 2009a.

_____. Consumo e Identidade no Meio Juvenil: considerações a partir de uma área popular no Distrito Federal. In: **Sociedade e Estado**. Brasília: Dep. De Sociologia UnB. V. 22, nº 3, p. 593-620, 2007.

_____. Elementos para uma sociologia dos espaços edificados em cidades: o “Conic” no Plano Piloto de Brasília. In: **Cadernos Metrôpoles 21**. São Paulo: EDUC, 2009b.

_____. Fragmentos para um discurso sociológico sobre Brasília. In: NUNES,

Brasilmar Ferreira (Org.). **Brasília: a construção do cotidiano**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NUNES, Brasilmar F., COSTA, Arthur T. M. Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social. In: **Cadernos MetrÓpole 17**. Rio de Janeiro: Observatório das MetrÓpoles, 17(1): 35-57, 2007.

NUNES, Brasilmar F., MARTINS, P. H. DÁdiva e Solidariedades Urbanas. In: **Sociedade e Estado**. Brasília: Dep. de Sociologia da UnB, Vol. XVI, N. 1-2, 2001.

ORTIZ, Renato. A Procura de uma Sociologia da Prática. In: **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

PARK, Ezra Robert. A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O FenÓmeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

PAVIANI, Aldo. A Violência do Desemprego. In: PAVIANI, A., FERREIRA, I. C. B., BARRETO, F. F. P. (Orgs.). **Brasília: Dimensões da Violência Urbana**. Brasília: Editora UNB, 2005.

_____. Brasília: Cidade e Capital. In: NUNES, Brasilmar Ferreira (org.). **Brasília: A Construção do Cotidiano**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

_____. Demandas sociais e ocupação do espaço urbano. O caso de Brasília, DF. In: **Cadernos MetrÓpoles 21**. São Paulo: EDUC, 2009.

PECHMAN, R. M., KUSTER, E. Da ordem. Da cidade. Da literatura: personagens à beira do “ruim do mundo”. **Sociedade e Estado**. Brasília: Dep. De Sociologia UnB. V. 22, nº 3, p. 593-620, 2007.

PINÇON, M., PINÇON-CHARLOT, M. La ville des sociologues. In: **La ville et L’urbain l’état des savoirs**. Paris : Éditions la découverte, 2000.

PNUD. **Site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Brasília, jan-fev 2009, disponível na internet: <http://www.pnud.org.br>.

REGUILLO, Rossana. Sociabilidad, Inseguridad y Miedos: Trilogía para pensar La ciudad. **Alteridades:** Revista da UNIDADE IZT APALAPA, México, Universidade Autónoma Metropolitana, Departamento de Antropologia, V.18(36), p.63-74, 2008.

RENNÓ Jr, Lúcio. Hobbesianismo Social e Democracia. In: NUNES, Brasilmar F. **Brasília: A Construção do Cotidiano.** Brasília: Paralelo 15, 1997.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

RIMA, Ingrid Hahne. **História do Pensamento Econômico.** São Paulo: Atlas, 1977.

ROCHÉ, Sebastian. **Le Sentiment d'insécurité.** Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo.** São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1999.

ROUANET, Sérgio Paulo. A Verdade e a Ilusão do Pós-modernismo. In: **As Razões do Iluminismo.** São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SANTOS, Mariza Veloso M. O Patrimônio Modernista e a Diversidade Cultural. In: NUNES, Brasilmar F. **Brasília: A Construção do Cotidiano.** Brasília: Paralelo 15, 1997.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. La Fin de la culture publique. In: **Les Tyrannies de L'intimité.** Paris : Éditions du Seuil, 1979.

SEPLAN/ SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2007. Disponível em <www.seplan.gov.br>. Acesso em 10 jan., 2010.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O Fenômeno Urbano.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. O Estrangeiro. In: **Georg Simmel: Sociologia.** (Org.) Evaristo de Moraes

Filho. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Questões Fundamentais da Sociologia: Indivíduo e Sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SINGER, Paul. **Migrações Internas:** considerações teóricas sobre o seu estudo. In: Economia Política da Urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SIQUEIRA, Deis, BANDEIRA, Lourdes. O profano e o sagrado na construção da “terra prometida”. In: NUNES, Brasilmar F. **Brasília: A Construção do Cotidiano.** Brasília: Paralelo 15, 1997.

SOUZA, Jessé. Valores e Estratificação Social In: NUNES, Brasilmar F. **Brasília: A Construção do Cotidiano.** Brasília: Paralelo 15, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TUAN, Yi-fu. **Paisagens do Medo.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.